UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

JOSÉ ANTONIO VASCONCELOS

QUEM TEM MEDO DA TEORIA?

A História Intelectual e a ameaça do pós-modernismo nas páginas da *American Historical Review*

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da

Profa. Dra. Célia Maria Marinho de Azevedo

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela comissão julgadora em 11/12/2001.

BANCA

Profa. Dra. Célia Maria Marinho de Azevedo (Orientadora)

Profa. Dra. Marilene Weinhardt (Membro)

Prof. Dr. Modesto Florenzano (Membro)

Profa. Dra. Luzia Margareth Rago (Membro)

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari (Membro)

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

DEZEMBRO, 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
V441q
V
TOMBO 47873
PROC 16.837/02
C X
PREÇO R$ 11,00
DATA 15-02-02
Nº CPD

CM00163714-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

V 441 q

Vasconcelos, José Antonio
Quem tem medo da teoria? a história intelectual e a ameaça do pós-modernismo nas páginas da American Historical Review / José Antonio Vasconcelos . - - Campinas, SP : [s. n.], 2001.

Orientador: Celia Maria Marinho de Azevedo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Historiografia. 2. Filosofia - História. 3. Pós-modernismo – Estados Unidos. 4. Literatura – História e crítica. I. Azevedo, Celia Maria Marinho de . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Se nos perguntarmos "o que é uma escrita histórica?" a resposta só pode ser "há este tipo de escrita da História, e este tipo, e então novamente este tipo." Se tal entendimento pudesse alcançar uma aceitação, ainda que relutante, da profissão histórica, poderia ser aberto um espaço no qual um outro tipo de História Intelectual pudesse ser escrita, uma História que dissesse respeito não a autores mortos, mas a livros vivos, não a um retorno de escritores antigos a seus contextos históricos, não à reconstrução do passado, mas fornecendo um meio crítico pelo qual os trabalhos valiosos do passado possam sobreviver a seu passado – possam sobreviver a seu passado de modo a falar-nos sobre nosso presente. Pois é somente assim que poderemos esperar algum dia vermos a nós mesmos e a História de outra forma.

David Harlan, "A História Intelectual e o retorno da Literatura".

Dedico esta tese à memória do Professor Francisco Moraes Paz. *In memorian* é pouco para expressar a saudade imensa que ele deixou em todos nós.

AGRADECIMENTOS

Como tudo na vida – incluindo a própria vida – um dia tem fim, minha defesa já está com data marcada. O grande rito de passagem se aproxima. É nesse momento de relativa tranqüilidade, acompanhada de tensa expectativa, que aproveito para agradecer algumas das inúmeras pessoas e instituições com quem partilhei angústias e alegrias ao longo do processo:

- Célia Azevedo, orientadora segura, minuciosa e que sempre mostrou muito interesse pelo tema que me propus a pesquisar (ainda hoje me pergunto, como pude ter tanta sorte em arranjar alguém tão legal e competente para me orientar);

- Margareth Rago, professora da Unicamp, que revelou bastante entusiasmo pela minha pesquisa, publicando a tradução que fiz de um artigo central para minha tese, e me chamando vez por outra a dar palestras a seus alunos;

- Pedro Paulo Funari, também professor da Unicamp, que juntamente com a Margareth, fez observações importantes em meu exame de qualificação;
- Edgar de Decca, Michael Hall e Luís Orlandi, professores que ministraram disciplinas na Unicamp;

- Marilene Weinhardt, que me aceitou como aluno especial na disciplina de "Teoria da Ficção", na pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná;

- Hayden White, que ministrou a disciplina de "Teoria do Texto", na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, em 1998, e que me deu conselhos valiosos;

- Martin Jay e Dominck LaCapra, que me ajudaram a orientar os rumos da pesquisa;

- Antonio Paulo, colega, amigo de todas as horas e interlocutor de primeira categoria;

- Carminha, que leu e comentou meu projeto de pesquisa;

- Renato, Luigi, Norberto, Paulo, Eliana, Raimundo Nonato, Fábio, colegas e amigos na Unicamp;

- Man, Guillermina, Marie, Bill, Toshie, amizades que fiz nos Estados Unidos;

- Júnior, Marli, Lurdinha e todo o pessoal da secretaria de pós-graduação, que souberam me guiar com maestria pelos meandros da burocracia acadêmica;

- Ao "Seo" Américo e família, pela amizade e consideração;

- Décio e Rachel, meu pais, pelo apoio nos momentos difíceis;

- Lucimara, mulher querida, amor da minha vida, pelo carinho de todos os dias.

- Marcelo, filho maravilhoso que só me dá alegria.

- FAPESP, pela bolsa concedida e pelo custeio de todas as despesas que tive ao participar da 22nd School of Criticism and Research, na Universidade de Cornell.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO I – SITUANDO O DEBATE.....11

1. A HISTORIOGRAFIA AMERICANA ATÉ A DÉCADE DE 1980.....11

1.1. Da abordagem "científica" ao culto do consenso na historiografia americana.....12

1.2. Vozes dissonantes: a Nova esquerda americana e as minorias sociais.....18

1.3. A influência dos movimentos de direitos civis.....27

2. A PERCEPÇÃO DE UMA CRISE EPISTEMOLÓGICA.....40

3. O DEBATE TEÓRICO NA *AMERICAN HISTORICAL REVIEW*.....55

CAPÍTULO II – A HISTÓRIA SITIADA.....75

1. AS SINTOMÁTICAS PREOCUPAÇÕES DE UM HISTORIADOR.....77

2. HISTÓRIA E PÓS-MODERNISMO.....81

2.1. Como definir o pós-modernismo?.....87

2.2. O pós-modernismo e a escrita da História.....92

3. HISTÓRIA E PÓS-ESTRUTURALISMO.....100

3.1. Estruturalismo e pós-estruturalismo.....102

3.2. Identidade e diferença: de Descartes a Nietzsche.....105

3.3. Pós-estruturalismo: Foucault e Derrida.....111

3.4. Para onde vai a História a partir de agora?.....117

4. A ANTROPOLOGIA CULTURAL.....118

4.1. A abordagem estruturalista.....123

4.2. A abordagem culturalista.....131

4.3. História e Antropologia: entendimentos e desacertos.....140

5. O NOVO HISTORICISMO E A HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA.....146

5.1. Novo Historicismo e Nova Crítica.....150

5.2. Novo Historicismo e Crítica Marxista.....155

5.3. Características gerais do Novo Historicismo.....161

5.4. Novo Historicismo e Historiografia.....169

6. O PÓS-MODERNISMO: UM MAL A SER ELIMINADO?.....173

CAPÍTULO III – A ABORDAGEM PÓS-ESTRUTURALISTA DE J. DERRIDA.175

1. A DESCONSTRUÇÃO.....177

1.1. A desconstrução em Derrida.....180

1.2. A desconstrução na Teoria Literária.....188

2. A POLÊMICA COM A FILOSOFIA ANALÍTICA.....198

2.1. A crítica ao fonocentrismo.....202

2.2. A crítica de Derrida à teoria dos atos da fala.....214

CAPÍTULO IV – O QUE ESTÁ EM JOGO NO ARTIGO DE HARLAN?.....221

1. AS INSUFICIÊNCIAS DE HARLAN E DE SEUS CRÍTICOS.....221

1.1. A crítica de Harlan às teorias de Skinner.....223

1.2. A desconstrução na ótica de Harlan.....233

1.3. Os críticos da abordagem pós-modernista da História.....250

2. A CONFIGURAÇÃO POÉTICA NA ESCRITA DA HISTÓRIA.....256

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....271

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....275

RESUMO

Em minha tese, proponho-me a delinear um quadro da conjuntura intelectual norte-americana do final da década de 1980 a nossos dias, buscando assim explicar o confronto entre o pós-modernismo e seus adversários no campo da historiografia. Mais do que uma corrente teórica bem articulada, o pós-modernismo constitui na verdade um conjunto difuso de posicionamentos, cuja característica comum consiste na recusa dos grandes modelos explicativos. No caso específico da historiografia, os autores pós-modernistas revelam uma acentuada tendência a questionar a objetividade na escrita da História. Minha pesquisa tem como ponto de partida uma polêmica desenvolvida nas páginas da *American Historical Review*, envolvendo autores como David Harlan, David Hollinger, Joyce Appleby, Allan Megill, Russell Jacoby e Dominick LaCapra. O principal ponto de discórdia nesta discussão diz respeito à possibilidade – ou impossibilidade – de recuperar as intenções primárias dos autores de textos antigos a partir de um estudo do *contexto* em que tais autores viveram. Se optarmos pela negativa, dizem-nos os teóricos do pós-modernismo, isto significaria um maior grau de autonomia para o historiador com relação à utilização de suas fontes. Ao descartar a necessidade do contexto como referência obrigatória na reconstrução do passado, argumentam os pós-modernistas, os historiadores estariam se abrindo a novos modos de representação dentro de seu campo de estudo. Trata-se de um debate extremamente rico, no qual as questões levantadas ultrapassam as fronteiras da História enquanto disciplina e estabelecem um profícuo diálogo com a Teoria Literária e a Filosofia da Linguagem.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ABSTRACT

In my dissertation I try to outline the North-American intellectual conjuncture from the end of the 1980s to the present. Thus I try to explain the confrontation between postmodernism and its opponents in the historiographical field.Instead of a well-articulated theoretical trend, postmodernism is in fact a diffuse collection of positions whose common characteristic is its refusal of the great models of explanation. In the specific case of historiography, postmodern authors show a sharp tendency to question the objectivity of historical writing. My research has a starting point a polemics developed in the pages of the American Historical Review, involving authors such as David Harlan, David Hollinger, Joyce Appleby, Allan Megill, Russel Jacoby and Dominick LaCapra. The main point of disagreement in this discussion concerns the possibility, or not, of recovering the primary intention of authors of old texts from a study of the *context* in which these authors lived. If we choose the negative, say theoreticians of postmodernism, this would mean a greater degree of autonomy for the historian in the use of his sources. Discarding the need of context as an obligatory reference in the reconstruction of the past, the postmodernists contend, historians would open themselves to new modes of representation in their field of study. It is an extremely rich debate, in which the questions go beyond the boundaries of the historical discipline and establish a profitable dialogue with literary theory and philosophy of language.

INTRODUÇÃO

Não há como negar em nossos dias uma reviravolta ocorrida em praticamente todos os campos do saber. Sob designações diversas – pós-modernidade, neomodernidade, pós-estruturalismo, desconstrucionismo, crise dos grandes modelos explicativos, etc. –, o que se impõe com evidência é o fato de que existe uma ruptura facilmente identificável entre um discurso que se utiliza de metáforas de verticalidade, e outro, que envia tais metáforas para um limbo conceitual. Para os teóricos da modernidade o visível não passa de aparência. Subjacente a tudo o que vemos, existe um nível mais profundo, essencial, e é somente a partir dele que podemos verdadeiramente entender nossos objetos de estudo. Para o marxismo, por exemplo, as instituições, a superestrutura, que constitui o campo do visível, se explica somente a partir da estrutura – a essência –, uma instância invisível, mas primordial. Do mesmo modo, para a psicanálise, o comportamento humano, que constitui o campo do visível, se explica por mecanismos psicológicos complexos, inconscientes, e, portanto, invisíveis. Tais metáforas de verticalidade, porém, esfacelam-se frente à crítica empreendida pelos teóricos do pós-modernismo. Não existe uma realidade primordial, subjacente ao mundo dos fenômenos. O que existe é o simulacro, a construção de uma realidade outra. Não a *descoberta* de um nível mais profundo de explicação do real, mas a *invenção* de um outro real. Não se trata simplesmente de negar o valor das teorias modernistas, mas de perceber seu verdadeiro alcance.

Acerca da condição pós-moderna no âmbito da academia, assim afirma Steven Connor:

> A fórmula apresentada por Jean-François Lyotard para a emergência do pós-modernismo, a "suspeita das metanarrativas" – os princípios orientadores e mitologias universais que um dia pareceram controlar, delimitar e interpretar todas as diferentes formas da atividade discursiva no mundo – conseguiu um amplo acordo. A condição pós-moderna, dizem-nos repetidas vezes, manifesta-se na multiplicação de centros de poder e de atividade na dissolução de toda espécie de narrativa totalizante que afirme governar todo o complexo campo da atividade e da representação sociais. [...] Notável é precisamente o grau de consenso no discurso pós-moderno quanto ao fato de já não haver possibilidade de consenso, os anúncios peremptórios do desaparecimento da autoridade final e a promoção e recirculação de uma narrativa total e abrangente de uma condição cultural em que a totalidade já não pode ser pensada.[1]

Um detalhe significativo é o uso freqüente do prefixo "meta" em diversos neologismos pós-modernos. Além do tradicional vocábulo "metafísica", de origem antiga, fala-se também hoje de "metalinguagem", "metanarrativa", "metaficção", e até mesmo "metahistória". Tais neologismos apontam para o caráter transitório de tudo o que a modernidade considerava sólido e estável. Dir-se-á que a cultura pós-modernista conduz ao niilismo e ao relativismo. Talvez. De minha parte contudo, prefiro acreditar que não se trata de um relativismo avassalador, de uma razão que, ao criticar a própria razão, destrói a si mesma, mas, longe disso, de uma razão que passa a pensar sobre si mesma a partir de uma perspectiva irônica.

Mas o que tem tudo isto a ver com a produção historiográfica contemporânea? Para responder a esta questão, nada melhor do que as pistas que nos são dadas por Hayden White, em sua obra *Tropics of Discourse*.[2] White nos diz que a historiografia, no século XIX, assumia um *status* privilegiado. Quando questionados pelos cientistas, os historiadores respondiam que a a História, na verdade, era um tipo especial de ciência, algo muito próximo da arte. Quando questionados pelos literatos, os historiadores defendiam-se, apelando para o caráter científico de sua disciplina. Afinal, a História não dependia somente da imaginação de seus autores. Os historiadores, em última instância, tinham de lidar com "o que realmente

---

[1] Steven Connor,**Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**, São Paulo : Loyola, 1994. p. 16-17.

[2] Hayden White, **Tropics of discourse: essays in cultural criticism**, Baltimore : Johns Hopkins, 1985.

aconteceu". Aprisionada em uma perspectiva realista, a historiografia fechou-se a novos e diferentes modos de apreensão da História. Ao passo que a arte e a ciência responderam aos anseios dos novos tempos, a História permaneceu, de maneira geral, nos mesmos moldes em que era concebida no século XIX. Para Hayden White, portanto, a historiografia só teria a ganhar, abrindo-se a outros modos de representação:

> O historiador poderia ser visto como alguém que, como o artista ou o cientista modernos, procura explorar uma certa perspectiva sobre o mundo que não se arroga exaurir a descrição ou análise de todos os dados em todo o campo fenomenal, mas que, ao invés, se oferece como **uma maneira entre muitas** de esclarecer certos aspectos do campo. Tal concepção de indagação histórica permitiria que os historiadores concebessem a possibilidade de uso de modos de representação impressionistas, surrealistas, expressionistas e até mesmo acionalistas, para a dramatização dos dados por eles descobertos.[3]

F. R. Ankersmit, em seu ensaio "Historiography and Postmodernism", propõe indagações semelhantes às de White. Para ele também a História se encontra em um dilema entre arte e ciência. Numa perspectiva pós-modernista, porém, não se trataria de inserir a História em uma nova perspectiva científica, mas sim de abandonar toda pretensão de cientificidade. De fato, não se trata mais de descobrir uma verdade histórica fundamental subjacente ao universo das aparências, mas aceitar a investigação do passado como uma construção intelectual de valor primordialmente estético. De acordo com Ankersmit:

> Se estamos de acordo com a aplicabilidade do *insight* pós-modernista na historiografia, eu gostaria de esboçar certas conclusões. Para o modernista, dentro de uma perpectiva científica, dentro de uma visão de História que nós inicialmente aceitamos, a evidência é, em essência, a evidência de que alguma coisa aconteceu no passado. O historiador modernista segue uma linha de raciocínio a partir de suas fontes e evidências até uma realidade escondida por trás das fontes. Por outro lado, na visão pós-modernista, a evidência não aponta para o *passado*, mas para outras *interpretações* do passado; para isso é que nós, de fato, usamos a evidência. Para expressar isto através de uma imagem: para o modernista, a evidência é uma lajota que ele pega para ver o que está embaixo

[3] *Ibidem*, p. 46-47. *"the historian [...] could be viewed as one who, like the modern artist and scientist, seeks to exploit a certain perspective on the world that does not pretend to exhaust description or analysis of all the data, but rather offers itself as* ***one way among many*** *of disclosing certain aspects of the field. [...] Such a conception of historical inquiry [...] would permit historians to conceive of the possibility of using impressionistic, expressionistic, surrealistic, and (perhaps) even actionist modes of representation for dramatizing the significance of data which they have uncovered".*

dela; para o pós-modernista, por outro lado, é uma lajota na qual ele pisa para se deslocar para outras lajotas: horizontalidade ao invés de verticalidade.[4]

As reflexões de Linda Hutcheon também caminham nesta direção. Para ela, "a disciplina da história [no século XX] tem sido tradicionalmente estruturada com base em pressupostos positivistas e empiricistas no sentido de separá-la de tudo o que tenha o sabor do 'meramente literário'."[5] Hutcheon afirma ainda que em "seu habitual estabelecimento do 'real' como presença não problemática a ser reproduzida ou reconstruída, a história suplica que a desconstrução questione a função da própria redação da história".[6] Como resposta a esta "súplica" da História, Linda Hutcheon identifica o surgimento de um estilo literário que recebe o nome de *metaficção historiográfica.*

No que diz respeito à metaficção historiográfica, a utilização de estruturas narrativas típicas do romance não permite que a aceitemos como historiografia em sentido estrito, pois ela se distancia muito das formas já sacralizadas pela tradição acadêmica. Ao mesmo tempo, porém, tais ficções revelam por vezes um tal comprometimento com o que "realmente aconteceu", que se torna impossível simplesmente chamá-las de "ficções". Trata-se, pois, de um estilo literário que se constitui de forma híbrida, em parte ficcional e em parte historiográfico, e que aponta para o caráter quimérico de uma distinção nítida entre *História* e *Ficção.*

O impacto da metaficção historiográfica na produção acadêmica tem sido muito pequeno, como seria de se esperar, se considerarmos apenas seus *efeitos diretos.* Pouquíssimos departamentos de História aceitariam um projeto de mestrado ou doutorado

---

[4] F. R. Ankersmit, "Historiography and postmodernism", **History and theory**, v. 28, n. 2, 1989. p. 140. *"If we are in agreement with [...] the applicability os postmodernism insight to historiography, I would like to draw a number of conclusions [...]. For the modernist, within the scientific world-picture, within the view of history we initially accept, evidence is in essence the evidence that something happened in the past. The modernist historian follows a line of reasoning from his sources and evidence to an historical reality hidden behind the sources. On the other hand, in the postmodernist view, evidence does not point towards the* past *but to other* interpretations *of the past; for that is what we in fact use evidence for. To express this by means of imagery: for the modernist, the evidence is a tile which he picks up to see what is underneath it; for the postmodernist, on the other hand, it is a tile which he steps on to move on to other tiles: horizontality intead of verticality."*

[5] Linda Hutcheon, **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**, Rio de Janeiro : Imago, 1991. p. 129.

[6] *Ibidem,* p. 129.

historiadores contextualistas do grupo de Cambridge – Quentin Skinner, J. G. A. Pocock, John Dunn –, era comparada desfavoravelmente aos avanços de historiadores intelectuais que se valiam de *insights* dos pós-estruturalistas franceses. Skinner, por exemplo, que parte da teoria dos atos de fala para fundamentar sua pretensão de recuperar a intencionalidade dos autores por ele estudados – e para tanto a relação texto/contexto é fundamental –, é descrito por Harlan como um intelectual "sitiado", defendendo sua abordagem teórica frente a ataques provenientes de direções diversas. Em outras palavras, na visão de Harlan, os pós-modernistas, inimigos do contextualismo, parecem ter vindo para ficar, e não há nada que possamos fazer a respeito.

A filosofia pós-estruturalista, envolvendo nomes como Barthes, Foucault e Derrida, não é, contudo, a única perspectiva a partir da qual os teóricos orientados pela Crítica Literária e Filosofia da Linguagem atacam o contextualismo em História. Hayden White, por exemplo, fazendo uso da tipologia desenvolvida por Stephen C. Pepper para classificar as diferentes concepções de realidade no discurso científico, afirma que o contextualismo é apenas uma das quatro formas básicas de reflexão filosófica utilizadas na historiografia.[16] Entretanto, segundo White, nada nos autoriza a privilegiar a abordagem contextualista como sendo a única realmente válida no campo da historiografia, em detrimento do formismo, do mecanicismo ou do organicismo.

Ainda uma outra vertente teórica, inspirada nos estudos antropológicos de Clifford Geertz, apresenta objeções à possibilidade de utilização do contexto para explicar o significado dos textos que servem de fonte ao historiador.[17] Em primeiro lugar Geertz opera um deslocamento conceitual: não mais a *explicação* dos dados obtidos empiricamente deve ser tomada como a tarefa primordial da pesquisa social, mas sim a *interpretação* desses dados.

---

[16] Stephen C. Pepper. World Hypotheses. *apud* Hayden White, **Metahistory: the historical imagination in nineteenth century Europe**, Baltimore : London : Johns Hopkins University, 1983. p. 13-14.

[17] Clifford Geertz, **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1989. Para discussões sobre o impacto da obra de Geertz na historiografia, ver Aletta Biersack. "Saber local, história local: Geertz e além". In: Lynn Hunt (org.), **A nova história cultural**, São Paulo : Martins Fontes, 1992. p. 97 a 130. Ver. também o artigo de Ronald G. Walters. "Signs of the times: Clifford Geertz and historians", **Social Research**, 47 p. 551-553, Autumn 1980.

Em segundo lugar, Geertz parte de uma acepção bastante ampla de textualização. Não apenas os registros escritos são considerados textos, mas a própria realidade social é tomada como um texto a ser lido e interpretado. Partindo das premissas estabelecidas por Geertz, muitos historiadores têm questionado o sentido de buscarmos no contexto uma *terra firme* a partir da qual possamos explicar os registros escritos, se o próprio contexto não passa de um texto, lido e interpretado pelo historiador de modo particular e subjetivo.

Num gesto de deferência às convenções da disciplina histórica, apresento, no primeiro capítulo, uma reconstrução imaginativa do contexto social e intelectual em que ocorreu o debate que me propus a estudar. A década de 1980, em especial, é um período em que diversas teorias hermenêuticas e epistemológicas confrontavam-se, constituindo, assim, um campo propício para o debate interdisciplinar. Encontrando afinidades com o pós-modernismo, um difuso conjunto de posicionamentos que pretendia romper com os paradigmas da modernidade, muitas dessas tradições intelectuais ameaçavam seriamente solapar os fundamentos da pesquisa historiográfica. Para uma "velha guarda" acadêmica, o desconstrucionismo era visto como esotérico, algo que se deveria evitar por uma questão de higiene intelectual. Para os jovens acadêmicos, porém, as novas idéias representavam uma tentação irresistível.

Nesta conturbada conjuntura intelectual dos anos 1980 é que podemos entender o surgimento de uma obra como *Os últimos intelectuais*, de Russel Jacoby, por exemplo.[18] O título é ambígüo, pois pode servir para designar tanto a mais recente geração de intelectuais americanos – e, portanto, "últimos" – como também os mais velhos, a última geração de "verdadeiros" intelectuais. Esta obra poderia representar aquilo que eu provisoriamente chamaria de um "clima apologético" entre os intelectuais avessos ao ideário pós-modernista, e que de certa forma nos ajudaria a entender a forte reação provocada pela publicação do artigo de Harlan, em 1989.

---

[18] Russel Jacoby, **Os últimos intelectuais**, São Paulo : Trajetória Cultural : Universidade de São Paulo, 1990.

No segundo capítulo procuro mapear as tendências intelectuais que mais influenciaram a orientação pós-modernista nos estudos históricos. Nesse sentido, utilizei como roteiro uma sugestão dada por Lawrence Stone que, escrevendo a partir de uma perspectiva abertamente defensiva, afirmou que História estaria sendo vítima de três grandes "ameaças" pós-modernistas: a lingüística pós-estruturalista, a antropologia cultural e o Novo Historicismo.[19] Acredito que a sugestão de Stone constitui um bom esquema de trabalho, uma vez que me permite esclarecer muitas confusões correntes acerca do seja ou não o pós-modernismo.

No terceiro capítulo, destaco a principal orientação teórica de Harlan – a filosofia de Jacques Derrida – de modo a interpretar as discussões filosóficas entre esse autor e filósofos de orientação analítica como pano de fundo para o debate sobre teoria da História ocorrido na *American Historical Review*. Uma consideração atenta da filosofia derridiana me permite ainda compreender melhor a argumentação de Harlan, apontar suas principais insuficiências e sugerir outras respostas para algumas das questões mais cruciais que ele levanta. Esta análise do texto de Harlan, à luz da filosofia de Derrida, e complementada com *insights* de outros autores, como Martin Jay, Hayden White, Paul Ricoeur e Dominick LaCapra, constitui o foco do quarto e último capítulo.

Acredito que, seguindo a filosofia de Derrida – que difere radicalmente de uma determinada versão de "desconstrução" proposta por correntes influentes na crítica literária – somos levados não a uma escolha necessária entre contextualismo e intertextualismo, mas sim a uma noção mais aberta e dialógica de "contexto". Acredito ainda que, se desejamos avançar para além do impasse entre os modelos contextualista e intertextualista, devemos adotar um posicionamento que não se encerre no estudo das condições de possibilidade de produção de um texto – enfoque da abordagem contextualista – e nem que se limite a uma estética da recepção – enfoque da abordagem intertextualista –, mas que procure dar conta do

[19] Lawrence Stone, "History and Postmodernism", **Past and Present**, n. 131, May 1991, pp. 217-218.

arco inteiro de operações pelas quais um texto emerge de uma cultura particular e se dirige a um leitor em potencial.

Quanto ao título – "Quem tem medo da teoria? A História Intelectual e a ameaça do pós-modernismo nas páginas da *American Historical Review*" – a segunda parte expressa com mais precisão aquilo que efetivamente me propus a estudar. Quanto à primeira parte, fiz uma paráfrase da canção "Quem tem medo do Lobo Mau?". Embora ela seja cantada pelos três porquinhos, tenho em mente a figura de chapeuzinho vermelho, que canta enquanto leva os doces para a vovozinha. De maneira análoga à protagonista dessa história infantil, muitos historiadores seguem tranqüilamente seu caminho, cientes das teorias que ameaçam dissolver sua disciplina no campo dos estudos literários, mas propositalmente ignorando esse "perigo". Tinha em mente também, quando compus esse título, a expressão "medo da teoria", utilizada pelo crítico literário Stanley Fish, com relação à atitude de autores que parecem encarar a teoria como se ela fosse a fonte de todos os males.[20] Essa aversão à teoria é algo também comum entre muitos historiadores, que se afirmam mais inclinados ao empirismo, como se o empirismo não fosse, por definição, um posicionamento teórico.

[20] Stanley Fish, "Consequences", **New literary history**, v. 11, n. 3, March 1985, p. 433-458.

CAPÍTULO I

SITUANDO O DEBATE

Em 1989 a *American Historical Review* publicou uma série de artigos teóricos, trazendo considerações sobre a historiografia face a aquilo que, para um grande número de historiadores, se apresentava como uma profunda crise epistemológica. Esses artigos, na verdade, diziam respeito mais especificamente à História Intelectual, a especialidade historiográfica que, nos Estados Unidos, mantinha um diálogo mais intenso com a Teoria Literária e com a Filosofia, e que, portanto, mais se via influenciada pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo, tendências bastante fortes nessas áreas. Mas as questões levantadas nesses artigos ultrapassavam em muito as particularidades da História Intelectual, endereçando-se à disciplina histórica como um todo. O debate, que pode ser traçado em diversos números da *American Historical Review*, envolveu, portanto, não só os historiadores intelectuais, mas toda a categoria profissional em torno daquilo que quase todos – alguns mais timidamente, outros menos – admitiam ser uma crise sem precedentes nos estudos históricos nos Estados Unidos.

1. A HISTORIOGRAFIA AMERICANA ATÉ A DÉCADA DE 1980

Tomando como base a caracterização preliminar da situação da historiografia profissional nos Estados Unidos tal como esbocei acima, procurarei ampliar esse quadro, mapeando algumas tendências historiográficas contemporâneas, e resgatando de maneira breve o percurso da historiografia americana em suas relações com o cenário político e social

dos estados Unidos de modo que possamos entender mais adequadamente o debate teórico que teve lugar nas páginas da *American Historical Review*. Buscarei, desse modo, compreender melhor de que maneira os historiadores americanos vêm reagindo ao sentimento de crise que atualmente assola sua disciplina, e de que modo o debate discute e encaminha esse problema.

1.1. Da abordagem "científica" ao culto do consenso na historiografia americana

Nas primeiras décadas do século XX podemos perceber, nos Estados Unidos, a tendência a fazer da História um estudo de caráter científico, em grande parte devido à influência que a escola rankeana exercia sobre um grande número de historiadores naquele período. Opondo-se ao paradigma romântico do século XIX, que enfatizava os grandes feitos dos grandes heróis, esses historiadores buscavam uma História "científica", encaminhando a pesquisa historiográfica de acordo com procedimentos metodológicos rigorosos, e perseguindo um ideal de objetividade em seus resultados, de modo a resgatar o passado "tal como realmente aconteceu". Para tanto, segundo se acreditava então, era necessário que a História se afastasse de duas áreas que ameaçavam desviá-la de seu caminho rumo a resultados objetivos e cientificamente comprovados. Uma delas era a Literatura, na qual a imaginação desempenharia um papel muito mais relevante que a observação e registro dos fatos. A outra era a Filosofia, que, fornecendo de antemão "leis gerais" para o curso da História, acabaria comprometendo a análise com opiniões pré-concebidas.[1]

Em nome da cientificidade, muitos historiadores americanos do início do

século acabavam desenvolvendo uma prosa árida, de pouco apelo ao público não especializado. Como justificativa para esse fato, dizia-se que a História ocupava uma posição intermediária entre a ciência e as artes: embora, em virtude de sua *forma*, ela tivesse um parentesco com a literatura, sua escrita encontrava-se condicionada à apresentação de um *conteúdo* genuinamente científico. Esse discurso, que situava a História a meio caminho, entre ciência e arte, é discutido por Hayden White, que o vê como uma "tática Fabiana" utilizada por historiadores contra críticas de intelectuais de outras áreas:

> A tática funciona da seguinte maneira: quando criticados pelos cientistas sociais pela delicadeza de seu método, a precariedade de suas metáforas de organização ou pela ambigüidade de seus pressupostos sociológicos e psicológicos, o historiador responde que a História nunca reclamou o *status* de uma ciência pura, que ela depende de métodos tanto intuitivos quanto analíticos, e que os julgamentos históricos não podem, portanto, ser avaliados pelos padrões críticos aplicados propriamente somente nas disciplinas experimentais e matemáticas. Mas, quando repreendidos por artistas literários por seu fracasso em provar os substratos mais arcanos da consciência humana e por sua falta de interesse em utilizar modos contemporâneos de representação literária, o historiador cai de volta na visão de que a história é, afinal, uma *semi*-ciência, que os dados históricos não se prestam à "livre" manipulação artística, e que a forma de suas narrativas não é uma questão de escolha, mas é requerida pela natureza dos próprios materiais históricos.[2]

White apresenta essa visão para argumentar que ela é insustentável em nossos dias, uma vez que teve como resultado o bloqueio de uma "consideração séria frente aos avanços significativos na literatura, na ciência social e na filosofia no século XX".[3] Mas não

---

[1]Para essa caracterização baseei-me em Gerson Moura, **História de uma História**, São Paulo : Edusp, 1995, pp. 16-18.

[2] Hayden White, "The burden of history", *in*: **Tropics of discourse: essays in cultural criticism**, Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1985, p. 27. *"The tatic works like this: when criticized by social scientists for the softness of his method, the crudity of his organizing methaphors, or the ambiguity of of his sociological and psychological pressupositions, the historian responds that history has never claimed the status of a pure science, that it depends as much upon intuitive as upon analyical methods, and that historical judgements should not therefore be evaluated by critical standards properly applied only in the the mathematical and experimental disciplines. But when reproached by literary artists for his failure to probe the more arcane strata of human consciousness and his unwillingness to utilize contemporary modes of literary representation, the historian falls back upon the view that history is after all a* semi-*science, that historical data do not lend themselves to 'free' artistic manipulation, and that the form of his narratives is not a matter of choice, but is required by the nature of historical materials themselves".*

[3] *Ibidem*, p. 28. *"Among contemporary historians one senses a growing suspition that the tactic functions*

podemos deixar de admitir que as críticas de intelectuais de outras áreas, mesmo na primeira metade do século XX, não deixaram de surtir certo efeito. Muitos historiadores dessa época, acusados de estarem se fechando numa erudição pedante e de pouca relevância para as questões sociais contemporâneas, foram melhorando paulatinamente sua maneira de escrever, ao mesmo tempo em que buscavam orientar suas pesquisas em função das preocupações sociais de seu presente.

Desse modo, podemos perceber duas fases no desenvolvimento da historiografia científica norte-americana até o início década de 1930. Num primeiro momento observamos a ascensão de uma abordagem conservadora, voltada principalmente para o estudo das instituições, e enfatizando sua *continuidade* ao longo do tempo. Herbert Levi Osgood e Charles M. Andrews, em cujas obras procuraram discernir a continuidade das instituições britânicas na experiência social e política americana, constituem exemplos típicos dessa vertente. "Vivendo na atmosfera do evolucionismo", nos diz Gerson Moura, "esses historiadores buscaram uma explicação das instituições coloniais americanas na própria história européia, diferentemente dos 'românticos', que tinham acentuado a singularidade das colônias inglesas na América".[4] Num segundo momento, sem que ainda se esgote a tendência conservadora, vemos emergir uma história de caráter progressista, também chamada de "Nova História", pelos seus contemporâneos. Nela observamos um maior comprometimento com os problemas sociais do presente, assim como uma maior abertura para o diálogo interdisciplinar, especialmente com a Sociologia. Como representantes da historiografia progressista desse período, podemos citar Frederick Jackson Turner, que, em sua obra *The frontier in American*

---

primarily to block serious consideration of the more significant advances in litarature, social science, and philosophy in the twentieth century".

[4] Gerson Moura, **História de uma História**, p. 19.

History, salientava a importância da fronteira para reduzir a dependência americana em relação à Inglaterra, e Charles Beard, que, em *An economic interpretation of the Constitution,* apresentava as discussões da convenção constituinte como resultado do conflito de interesses entre credores e devedores naquela conjuntura específica. Os historiadores dessa segunda vertente, portanto, em oposição aos conservadores, enfatizavam a heterogeneidade, a mudança e o conflito social. "O que agora se vê é um país em fluxo constante, repleto de conflitos, profundamente dividido, pouco ancorado em velhas tradições e construtor de sua própria identidade mediante o rompimento dos laços com o passado europeu".[5]

A partir da década de 1930 a "nova história" norte-americana começou a enfraquecer-se, sofrendo uma série de críticas. De um lado, entre os próprios progressistas, historiadores como Carl Becker e Charles Beard questionavam a possibilidade de que, em suas análises, os historiadores pudessem obter resultados verdadeiramente objetivos, desvinculados de julgamentos de valor. Além disso, por causa de sua insistência na impessoalidade dos processos históricos, a historiografia progressista era acusada de negligenciar a ação dos indivíduos e, em conseqüência, reduzir a complexidade de seus objetos de estudo. Questionava-se ainda o tratamento pouco problematizante dado pelos progressistas à história intelectual, como se as idéias fossem mero reflexo das condições sociais e econômicas. De acordo com Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margareth Jacob:

> Já na década de 1930 os historiadores americanos progressistas Carl Becker e Charles Beard soaram o chamado de clarim do relativismo histórico, insistindo que todo homem (palavras deles) escreveria sua própria História. Eles pareciam subentender que como todo homem tinha sua própria versão da História, a História funcionava como um mito cultural ao invés de um relato objetivo do passado (uma posição não distante daquela de Nietzsche). Eles argumentavam que o ideal de uma reconstrução definitiva e objetiva do passado era quimérica.Os fatos não se apresentavam diretamente ao historiador; o historiador pegava e escolhia entre eles, guiado por seus pressupostos

[5] *Ibidem*, p. 23.

> ideológicos. Nas palavras de Beard, o historiador desempenhava um "ato de fé", baseado numa "decisão subjetiva, não numa descoberta puramente objetiva". Portanto, não muito tempo depois que os historiadores tinham estabelecido sua disciplina como um campo de estudos autônomo, emulando métodos científicos de pesquisa, a crença em seu *status* científico e sua capacidade para objetividade começou a declinar.[6]

Por tudo isso, a historiografia progressista foi perdendo terreno ao longo das décadas de 1930 e 1940. Concomitantemente, crescia o prestígio da História Intelectual, especialmente quando esta enfatizava a relativa autonomia das idéias em relação a seus respectivos contextos sociais. Segundo Chartier, neste período teve grande impacto, por exemplo, a abordagem de Arthur Lovejoy, que em sua obra *The great chain of being*, buscou rastrear o percurso de uma idéia – o *ser* –, desde a antiguidade até o século XX. Outro autor de destaque foi Ralph Gabriel, que em um livro intitulado *The course of American democratic thought*, argumentava a existência de valores universais presentes na cultura americana desde a época da independência, e que teriam se preservado a despeito das constantes transformações por que passara os Estados Unidos ao longo do tempo. Mas, talvez, o mais importante dos historiadores intelectuais dessa época seja Perry Miller, cuja obra principal, *The New England Mind*, continua sendo um marco importante nessa área de estudos. Ao discutir a distinção entre História Intelectual e História das Idéias, Chartier remete-se a esses autores. "A historiografia americana", nos diz ele, "conhece duas categorias, cujas relações se encontram pouco especificadas e têm sido problemáticas: a *intelectual history*, surgida com a

---

[6] Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margareth Jacob, **Telling the truth about history**, New York : W. W. Norton, 1995, pp. 216-217. *"As early as the 1930s, the American progressive historians Carl Becker and Charles Beard raised the clarion call of historical relativism by insisting that every man (their term) would write his own history. They seemed to imply that since every man had his own version of history, history funcioned as a cultural myth rather than as an objective account of the past (a position not far from Nietzsche's). They argued that the ideal of a definitive, objective reconstruction of the past was chimerical. Facts did not present themselves directly to the historian; the historian picked and chose among them, guided by his ideological presuppositions. In Beard's words, the historian performed an 'act of faith' based on 'subjective decision, not a purely objective discovery'. Thus, not long after historians had established their discipline as an autonomous field of study emulating scientific methods os research, belief in its scientific status and capacity for objectivity began to waver".*

'new history' dos inícios do século e constituída como designação de uma área particular de investigação, com Perry Miller, e a *history of ideas*, criada por Arthur Lovejoy para definir uma disciplina que possui o seu objeto próprio, o seu programa e os seus métodos de investigação, o seu lugar institucional (em especial devido ao *Journal of the History of Ideas*, fundado em 1940 por Lovejoy)".[7]

Embora as críticas fossem pertinentes, o declínio da abordagem progressista eventualmente trouxe consigo grandes perdas para a historiografia norte-americana, que só seriam recuperadas a partir da década de 1960. Gerson Moura observa que o grande número de pesquisas de história local e a ênfase na análise de conflitos sociais, foram características da "nova história" americana que paulatinamente foram sendo deixadas de lado.[8] A historiografia progressista aos poucos foi dando lugar a pesquisas de caráter mais abrangente, com ênfase em aspectos que ressaltassem o *consenso* a e *unidade nacional*.

Essa nova tendência foi grandemente estimulada pelo ambiente político americano durante as décadas de 1940 e 1950, com o estabelecimento de uma nova ordem internacional, na qual os Estados Unidos colocava-se como nação hegemônica no conjunto dos países capitalistas, e via na União Soviética um adversário dotado de uma ideologia agressiva e pretensões expansionistas. Além da importância do reconhecimento de um *Outro*, diferente e ameaçador, como fator aglutinador de valores nacionais americanos, devemos levar em consideração ainda o *macarthismo*, que desencorajava pesquisas acadêmicas que enfatizassem conflitos internos. Lembremos, com Russell Jacoby, que o "macarthismo, evidentemente, se refere ao anti-comunismo manipulado pelo senador Joseph McCarthy no início dos anos 50. Entretanto, como termo geral para designar hostilidade e perseguição

[7] Roger Chartier, **A História Cultural**, Lisboa : Difel, 1990, p. 29.

sistemáticas, ele data de pelo menos 1940, quando um comitê da Assembléia Legislativa de Nova York [...] começou a investigar os subversivos nas escolas superiores."[9]

Dentre os mais importantes representantes do paradigma consensualista das décadas de 1940 e 1950, nos Estados Unidos, podemos citar Richard Hofstadter, Louis Hartz e Daniel Boorstin. Em geral, esses autores ressaltavam a igualdade de direitos entre os cidadãos americanos, herança do liberalismo burguês, e a ausência de uma tradição revolucionária nos Estados Unidos. Via-se a sociedade americana como um conjunto de pessoas divergentes em seus interesses particulares, mas convergentes quanto aos valores últimos da nação, herdados dos Pais Fundadores. O paradigma consensualista, porém, colocando o conflito de lado, como não-essencial, revelava-se inadequado na explicação de aspectos como a discriminação racial e religiosa nos Estados Unidos, ou de conjunturas revolucionárias, como a Guerra de Independência ou a Guerra Civil americana. Seria de se esperar, portanto, que, na década de 1960, a historiografia norte americana se orientasse de volta aos moldes da mudança e do conflito social. Além de qualquer expectativa, entretanto, foi o vigor da contestação social que estaria por vir, e suas conseqüências com relação aos rumos da pesquisa historiográfica nos Estados Unidos dali por diante.

1.2. Vozes dissonantes: a Nova Esquerda americana e as minorias sociais

A sociedade norte-americana nos anos 1960 representou, de forma inequívoca, um contra-exemplo do paradigma do consenso nas ciências humanas, que havia sido predominante nas duas décadas anteriores. O ideal de uma sociedade igualitária e de conforto

[8]Gerson Moura, **História de uma História**, p. 29.

material, sob a forma de uma casa no subúrbio, carro, eletrodomésticos e *corn flakes* todos os dias para o café da manhã, definitivamente não havia sido alcançado por todos os cidadãos americanos. Isso se mostrava com cada vez mais evidência em virtude do surgimento de movimentos de reforma social e freqüentes tumultos em protesto contra a discriminação racial e sexual e em favor da liberdade de expressão.

Esses movimentos, naturalmente, nem sempre perseguiam exatamente os mesmos objetivos, ou utilizavam as mesmas estratégias. As manifestações nos estados do Sul, em defesa do direito de voto e contra a segregação racial em locais públicos, por exemplo, assumiam um caráter diferente das revoltas ocorridas nos estados do Norte, nos quais esses direitos já haviam sido conquistados, e onde, ainda assim, persistia a desigualdade social, na forma da oposição entre guetos negros e uma classe média branca suburbana nas grandes cidades. Do mesmo modo, o movimento liderado por Martin Luther King Jr., visando a integração entre brancos e negros através de manifestações pacíficas, contrastava de modo notável com a prática dos *Black Muslims*, liderados por Malcom X, que pregava o separatismo racial e defendia, em certos casos, o uso da violência. Também no interior do movimento feminista havia sérias divergências, como, por exemplo, quanto ao apoio – ou não – às reivindicações de *gays* e lésbicas. Contudo, apesar de sua heterogeneidade, esse complexo conjunto de movimentos sociais fazia-se uníssono em sua denúncia contra o mito do consenso e seu ataque à exclusão social promovida sob a égide do "grande sonho americano".[10]

A própria instituição universitária não se manteve imune à tendência de contestação que parecia tomar conta da cultura norte-americana nesse período. Em 1964, a

---

[9] Russel Jacoby, **Os últimos intelectuais**, São Paulo : Trajetória / Edusp, 1990, p. 138.

[10] Para essa caracterização da sociedade americana me baseei principalmente em Mary Beth Norton *et alii*, **A people and a nation: a history of the United States**, vol. II: since 1865, Boston : Houghton Mifflin, 1985.

Universidade de Berkeley foi palco de um confronto envolvendo a administração, os estudantes, as autoridades públicas e a polícia. Como resultado, o prédio da universidade foi tomado pelos estudantes e as aulas foram suspensas por vários dias. Segundo os líderes estudantis, tratava-se de uma luta contra as estruturas de poder, que, entre outras coisas, controlavam a burocracia universitária. Berkeley, contudo, não constituiu um caso isolado. Até o final da década ocorreram ainda outros levantes estudantis, como na Universidade de San Francisco, na Universidade de Columbia e na Universidade de Cornell. Os pretextos para a revolta eram diversos, desde a reivindicação para se coibissem situações de racismo até a oposição à Guerra do Vietnã. John Patrick Diggins aponta ainda outros fatores: "A luta pelo controle da universidade abrangia nomeações de docentes, currículos, listas de leituras e a criação de novos programas de estudos de minorias".[11] Ainda segundo Diggins, mesmo fora dos *campi*, a presença estudantil fazia-se sentir por meio de organizações como *Students for a Democratic Society* (SDS), *Free Speech Movement* (FSM), *Young Socialist Alliance* (YSA), e *Student Non-Violent Coordinating Commitee* (SNCC), entre inúmeras outras. Quando eclodiram tumultos envolvendo a polícia e manifestantes, por ocasião da convenção do Partido Democrata, em Chicago, em 1968, por exemplo, foi bastante significativa a participação estudantil.[12]

Não devemos pensar com isso que os alunos universitários na época fossem quase todos ativistas políticos de esquerda, unidos em torno de um ideal comum. Pelo contrário, a Nova Esquerda nos anos 1960 constituía uma fração da população universitária

---

[11] *apud* John Patrick Diggins, **The rise and fall of the American Left**, New York : W. W. Norton and Copmpany, 1992, p. 252. *"The struggle for the control of the university embraced faculty appointments, curricula, reading lists, and the creation of new minority studies programs"*.

[12] Os movimentos citados são bastantes discutidos por Patrick Diggins, **The rise and fall of the American Left**, especialmente no capítulo 6, intitulado "The New Left", pp. 218-276.

norte-americana, além de encontrar-se dispersa em diferentes orientações: marxistas, nacionalistas negros, anarquistas, pacifistas etc. Mesmo assim, era uma voz que se fazia ouvir com bastante intensidade e que soube despertar a atenção do público em geral. A situação dos docentes universitários, em vários aspectos, era semelhante à dos estudantes. Os professores de orientação radical ainda estavam muito longe de constituir um segmento majoritário na profissão. E mesmo entre eles, o apoio às revoltas estudantis não era unânime. O historiador marxista Eugene Genovese, por exemplo, na época advertiu a *American Historical Association* quanto à ameaça representada por "[alunos] totalitários, pseudo-revolucionários de classe média".[13] Tal como ocorria entre os estudantes, os docentes radicais também se encontravam dispersos em um amplo espectro ideológico. Mas, apesar de terem sido numericamente pouco representativos, os intelectuais de esquerda exerceram uma influência considerável no cenário acadêmico norte-americano durante os anos 1960. De acordo com Peter Novick:

> A presença da Esquerda na profissão histórica a partir dos anos 60 foi substancial comparada a períodos anteriores, mas freqüentemente se exagera quanto a sua força. Em nenhuma especialidade histórica importante a Esquerda era maioria; em nenhum departamento de história de destaque eles eram mais que uma pequena minoria. As fileiras da Esquerda historiográfica estavam depauperadas pelo abandono da profissão por parte daqueles que tinham se associado à facção de Lynd de historiadores radicais. Alguns, como o próprio Lynd, que mais tarde tornou-se advogado, encontraram outros empregos. [...]
> O que os historiadores de esquerda alcançaram foi uma certa legitimidade. [...] Quando a pesquisa acadêmica histórica de esquerda começou a despontar, em meados dos anos 1960, ela freqüentemente recebia uma tolerância um tanto rancorosa [...]. Mas ao longo das décadas seguintes, os membros da Esquerda tornaram-se um grupo reconhecido, não muito diferente de outros grupos, baseados em região ou especialidade histórica, e, como tal, plenamente merecedor de representação em comitês profissionais, em programas de encontros profissionais e em periódicos profissionais.[14]

---

[13] Eugene Genovese, *apud* John Patrick Diggins, *op. cit.*, p. 252.

[14] Peter Novick, **That Noble Dream: the "objectivity question" and the American historical profession**, New York : Cambridge University Press, 1993, pp. 458-459. *"The left presence within the historical profession from the 1960s onward was substantial compared to previous periods, but its strength is often exagerated. In no important historical specialty were leftists a majority; in no major history department were they more than a minority. The ranks of the historiographical left were depleted by the departure from the profession of most of*

Intelectuais de Esquerda, portanto, podiam ser encontrados em praticamente todos os campos de especialização da História, ainda que não constituíssem maioria em nenhum deles. Mas os campos em que os historiadores de esquerda exerceram maior influência foram a História Social e a História Diplomática.

Dea acordo com peter Novick, a História Social foi a subdisciplina que mais cresceu nos departamentos de História das universidades americanas nas décadas de 1960 e 1970. Em virtude dos próprios temas de pesquisa que suscitava – movimentos sociais, mobilidade social, escravidão, trabalho operário, racismo, condição da mulher etc. –, ela atraía pesquisadores de esquerda mais que nenhuma outra subdisciplina historiográfica. Ainda que os historiadores de Esquerda nesse período não fossem um grupo coeso, encontrando-se em desacordo sobre um grande número de questões importantes, a grande maioria deles repudiava o alinhamento da "Velha" Esquerda americana à política da União Soviética e mostrava interesse no estudo da cultura. Buscava-se, com isso, escapar ao reducionismo que caracterizava muitas obras escritas sob inspiração do marxismo stalinista ortodoxo, com sua ênfase no determinismo econômico.[15]

Por tudo isso, ainda segundo Novick, houve uma identificação da Nova Esquerda americana com o trabalho do historiador marxista inglês Edward P. Thompson, que

---

those who had been associated with the Lynd faction of radical historians. Some, like Lynd himself, who became a lawyer, found other employment. [...]. What left historians achieve was a certain legitimacy. [...] When left historical scholarship first appeared in the mid sixties, it often received rather grudging tolerance, as when Robert R. Palmer reluctantly advised the editor of the AHR *to let a young radical's work appear in the* Review*: 'Otherwise it might seem that the* AHR*, as an organ of the establishment ... seem to be trying to silence him or brush aside ideas emanating from the Left.' But within the next decades leftists became a recognized constituency, not unlike other constituencies based on region or historical specialty, and as such fully entitled to representation on professional committees, on programs at professional meetings, and in professional journals."*
[Staughton Lynd representava uma tendência de extrema oposição à estrutura burocrática e ao caráter conservador da *American Historical Association.*]
[15]Peter Novick, **That noble dream**, pp. 438-444.

exerceu grande influência nos estudos de História Social nos Estados Unidos nos anos 1960 e 1970. Após os acontecimentos de 1956, Thompson, juntamente com outros intelectuais marxistas ingleses de renome, romperam com o Partido Comunista Britânico, condenando publicamente a intervenção soviética na Hungria. Além disso, o trabalho de Thompson atraía interesse também por seu abandono da metáfora *base/superestrutura* no estudo da História e sua ênfase em aspectos culturais das sociedades do passado. Nesse sentido, é importante destacar o modo como ele trabalhava com o conceito de *classe*, ou *luta de classes*. Para Thompson, "quando falamos em *classe*, estamos pensando em um corpo pouco definido de pessoas que partilham o mesmo conjunto de interesses, tradições e sistemas de valores, que tem a *disposição* para se *comportar* como uma classe, e definir-se em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas ao modo de uma classe. Mas a classe, em si mesma, não é uma coisa, e sim um acontecimento".[16]

Posicionando-se contra as ortodoxias então vigentes, Thompson buscava escrever uma História "vista de baixo". "Apenas os vitoriosos [...] são lembrados", afirmou ele na introdução de *A formação da classe operária inglesa*, sua obra mais conhecida. E acrescentou: "Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos".[17] Ao tentar resgatar uma história dos vencidos, em contraposição à História tradicional, uma história dos vitoriosos, Thompson julgava-se defensor daquilo que ele mesmo denominaria "Humanismo Socialista". Ainda estaria vivo, insistia Thompson, um forte elemento humanista na tradição marxista, e cabia aos intelectuais de esquerda saberem

---

[16] Edward Thompson, "The peculiarities of the English", **Socialist Register**, 1965, p. 357. *"When we speak of* a *class we are thinking of a very loosely defined body of people who share the same congeries of interests, social experiences, traditions and value-systems, who have a* disposition *to* behave *as a class, to define themselves in their actions and in their consciousness in relation to other groups in class ways. But class itself is not a thing, it is a happening."*

separá-lo de todo o dogmatismo e autoritarismo resultantes da hegemonia soviética na interpretação dos textos de Marx e Engels.

Nos Estados Unidos, muitos historiadores marxistas inspiraram-se na abordagem thompsoniana para o estudo do passado americano. Entre eles podemos citar Eugene Genovese, que escreveu sobre a escravidão, e Herbert Gutman, com seus estudos sobre os movimentos de trabalhadores negros. Em sua obra mais conhecida, *Roll Jordan, Roll*, Genovese argumenta que a ideologia dos senhores, embora hegemônica, não era assumida passivamente pelos escravos. Estes reinterpretavam o paternalismo, a religiosidade e os demais valores culturais de seus senhores de maneiras muitas vezes inesperadas, indicando assim a existência de um universo cultural relativamente autônomo, criado pelos próprios escravos. Gutman, por sua vez, em seu livro *Work, Culture and Society*, descreve as lutas políticas dos trabalhadores americanos, os quais se valiam de valores pré-industriais – ideais religiosos, étnicos, de parentesco etc. – em sua resistência contra a disciplina de trabalho imposta pela sociedade capitalista. Assim como Thompson, os escritos de Genovese e Gutman influenciaram toda uma geração de historiadores radicais americanos.[18]

A História Diplomática foi outra área em que os intelectuais de esquerda exerceram um forte impacto nos anos 1960. A historiorafia concernente às relações internacionais sempre havia sido marcada pelo conservadorismo. Com a ascensão de uma Nova Esquerda historiográfica, porém, alguns dos principais pressupostos da História americana foram colocados em xeque pela crítica revisionista. Um grande número de historiadores, notavelmente os membros da "Escola de Wisconsin", seguindo o exemplo de

---

[17] Edward P. Thompson, **A formação da classe operária inglesa**, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, p. 13.

[18] As contribuições de inspiração thompsonoana de Genovese e Gutman são discutidas por Patrick Diggins, **The rise and fall of the American Left**, pp. 315-318; 326-329.

William Appleman Williams, em *The tragedy of American diplomacy*, contestou a interpretação tradicional, de que os Estados Unidos, quando começaram a aspirar ao *status* de nação hegemônica global, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, estariam rompendo com uma tradição de não-envolvimento nos assuntos de outros países. Esses historiadores revisionistas – Gar Alperowitz, Diane Shaver Clemens, Gabriel Kolko, etc.–, pelo contrário, argumentavam que, ao assumir uma política externa imperialista, os americanos estavam, na verdade, dando continuidade à política de períodos anteriores, como a expansão de suas fronteiras ao longo do século XIX, ou as intervenções em países latino-americanos no início do século XX. O debate tornou-se acirrado, pois suas conseqüências morais eram bastante sérias. Até então havia um certo consenso, nos Estados Unidos, de que a adoção de uma política externa agressiva e expansionista só era compatível com governos totalitários. De acordo com Peter Novick:

> No pensamento americano acerca das relações internacionais, nenhum teorema era mais influente que aquele afirmando uma grande afinidade moral entre as políticas externa e doméstica de uma nação – regimes democráticos benevolentes que eram pacíficos e defensivos, despotismos brutais que eram agressivos e expansionistas. Esta proposição tinha sido básica no pensamento americano sobre diplomacia desde o século XIX. A afirmação de que o terror doméstico e ideologias messiânicas de regimes "totalitários" encontravam sua contrapartida inevitável no impulso ilimitado para conquista daqueles países era simplesmente a atualização e sistematização do que tinha sido por muito tempo a visão convencional.[19]

Mais do que uma divergência de opiniões entre acadêmicos, portanto, o revisonismo nas relações internacionais implicava na reconsideração de como os americanos viam a si mesmos. "As questões explícitas no debate", ressalta Novick, "eram bastante

---

[19]Peter Novick, **That noble dream**, p. 447. *"In American thinking about international relations, no theorem was more influential than that which asserted there was a close moral affinity between a nation's foreign and domestic policies – benevolent democratic regimes which were pacific and defensive, brutal despotisms which were agressive and expansionist. This proposition had been a staple of American thinking about diplomacy since the nineteenth century. The assertion that domestic terror and messianic ideologies of 'totalitarian' regimes found their inevitable counterpart in those regimes' limitless drive for conquest was simply an updating and*

importantes, mas o que fazia a controvérsia tão acirrada eram as questões implícitas que ela levantava, que tinham a ver com nada menos que o estatuto moral dos Estados Unidos no mundo".[20]

Questões ainda mais polêmicas foram levantadas pelas teses revisionistas acerca das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. De acordo com Peter Novick, "o ponto crucial do posicionamento revisionista era de que, ao final da Segunda Guerra Mundial, a política soviética era dominada por uma preocupação pela segurança e reconstrução, e não com expansão e subversão global; que um anti-sovietismo visceral decisivamente coloriu as percepções das autoridades americanas; que uma variedade de ações americanas – particularmente o fracasso em aceitar a inevitabilidade de uma esfera de influência soviética no Leste Europeu – desnecessariamente aumentou as tensões internacionais e comprometeu o estebelecimento de um *modus vivendi* pós-guerra."[21] Em outras palavras, tratava-se de atribuir maior responsabilidade aos Estados Unidos que à União Soviética pelo clima de hostilidade que caracterizava o relacionamento entre as duas nações no período da Guerra Fria. Era, evidentemente, uma tese que grande parte dos historiadores americanos tinha dificuldade em aceitar.

A Nova Esquerda, de fato, representou um importante movimento de renovação na historiografia norte-americana. Redefinindo o conceito de classe social, denunciando diversos mitos relativos ao caráter americano e fazendo emergir vozes outrora silenciadas, os

---

systematization of what had long been the conventional wisdom".

[20] *Ibidem*, p. 227.

[21] *Ibidem*, p. 448. *"The core of the revisionists' position was that at the end of World War II, Soviet policy was dominated by a concern with security and reconstruction, rather than expansion and global subversion; that visceral anti-Sovietism decisively colored the perceptions of American officials; that a variety of American actions – particularly the failure to accept the inevitability of a Soviet sphere of influence in Eastern Europe – had unnecessarily escalated international tensions and prevented the establishment of a postwar modus vivendi."*

intelectuais de esquerda trouxeram contribuições originais para as discussões sobre a História dos Estados Unidos. Segundo a interpretação de Peter Novick, contudo, a historiografia radical que emergiu nos anos 1960 ainda estava presa a uma concepção tradicional de conhecimento histórico, pois a objetividade do estudo historiográfico, e a imparcialidade do pesquisador permaneciam como pressupostos não totalmente abertos ao questionamento.

1.3. A influência dos movimentos de direitos civis

Novick nos diz em *That noble dream*, que "os historiadores americanos, quando comparados com historiadores de outras nacionalidades, têm sido sempre especialmente ligados a normas universalistas, e orgulhosos de que essas normas tenham se fortalecido enquanto a profissão se desenvolvia [...]".[22] Implícitas, nesse ideal de universalidade, eram as pretensões de objetividade e imparcialidade no estudo da História. Ainda de acordo com Novick, mesmo o marxismo, que, com sua ênfase no conflito, havia contribuído para a superação de muitas das insuficiências da abordagem consensualista, não havia se desvinculado completamente de uma concepção tradicional de objetividade e erudição histórica:

> Em seu uso inovador do legado marxista, e no seu rompimento com alguns dos aspectos mais desacreditados desse legado, os jovens historiadores de esquerda eram certamente "novos". Mas havia muito pouco de novo ou não ortodoxo acerca da postura epistemológica dos historiadores radicais; ela era, como o marxismo tradicionalmente tem sido, predominantemente objetivista.[23]

---

[22] *Ibidem*, p. 469. *"American historians, as compared with historians of other nationalities, had always been especially attached to universalist norms, and were proud that these norms had strenghtened as the profession developed [...]".*

[23] *Ibidem*, p. 422. *"In their innovative use of the marxian legacy, and in their break with some of the more discreditable aspects of that legacy, the young leftist historians were certainly 'new'. But there was very little that was new or unorthodox about the epistemological posture of the radical historians; it was, as marxism traditionally has been, overwhelmingly objectivist".*

De qualquer modo, Novick observa que, mesmo estando em desacordo com seus pressupostos epistemológicos, a escrita historiográfica de muitos ativistas de esquerda teve como efeito uma suspeita crescente de que a História não poderia ser escrita senão a partir de um ponto de vista parcial e subjetivo:

> Mas sem pretendê-lo, os novos historiadores radicais, pelo próprio fato de sua súbita emergência, desafiando suposições fundamentais da corrente principal de historiografia existente em uma variedade de frentes de batalha, inevitavelmente levantaram a questão da objetividade histórica. Se a moldura prévia para a interpretação da História americana era objetivamente verdadeira, a perspectiva dos radicais não poderia ser; ou, mais ameaçadoramente, vice-versa. [...] Acima de tudo, diferentemente da maioria dos membros da geração anterior de historiadores, eles fracassaram em manter a "neutralidade política" que era tão importante para a pesquisa acadêmica.[24]

A emergência dos movimentos de direitos civis, e seu impacto sobre a historiografia norte-americana, fortaleceu ainda mais esta tendência de questionamento da objetividade histórica já iniciada pela historiografia da Nova Esquerda. A unidade de interpretações, assim, passava a ser vista como uma ilusão e o ideal de objetividade não mais que um mito. As minorias que se insurgiam contra as estruturas de poder, reivindicavam, entre outras coisas, uma reconstrução do passado americano, do qual elas haviam sido previamente excluídas, e os conceitos de objetividade e imparcialidade foram denunciados como parte da estratégia de uma ideologia *wasp*.[25] Tratava-se de resgatar a História dessas minorias a partir do ponto de vista de seus próprios membros no presente. A subjetividade, nessa perspectiva, passava então a ser vista não mais como obstáculo para um conhecimento verdadeiro de uma

---

[24]*Ibidem*, p. 424. *"But without intending to, the new radical historians, by the very fact of their sudden emergence, challenging fundamental assumptions of existing mainstream historiography on a variety of fronts, inevitably raised the question of historical objectivity. If the previous framework for interpreting American history was objectively true, the radical's perspective could not be; or, more threatening, vice-versa. [...] Above all, unlike most members of the previous generation of historians, they failed to maintain the 'political neutrality' that was so important for scholarship".*

[25]Wasp: o termo é formado a partir das iniciais de *White Anglo-Saxon Protestant*, e expressa o tradicionalismo americano em seu mais alto grau.

sociedade passada, mas, pelo contrário, como condição *sine qua non* para o desvelamento das relações de poder nela existentes.

Devemos reconhecer que nem todas as minorias sociais se ajustam a esse quadro. "A entrada de um grande número de judeus nas posições mais altas da profissão nos anos 1950 e 1960", observa Novick, "era amplamente visto como a realização de normas universalistas". E isto porque eles estavam "comprometidos com uma sensibilidade que não era só integracionista, mas geralmente assimilacionista também".[26] Russel Jacoby faz observações semelhantes ao afirmar que as "circunstâncias e a vida do judeu e do imigrante explicam muito uma vulnerabilidade ao êxito convencional, ao dinheiro e ao reconhecimento". E acrescenta: "que os intelectuais judeus completassem a universidade ou assegurassem postos acadêmicos era especialmente agradável: em comparação com os cristãos, isso quase sempre era mais bem visto em suas famílias".[27] Mas se é certo que os judeus nos Estados Unidos estavam dispostos a exibir uma sensibilidade assimilacionista, o mesmo não é verdade para outras minorias sociais, especialmente os *negros* e as *mulheres*.

A evolução da historiografia sobre os negros americanos revela uma imbricação profunda com os movimentos sociais que tiveram lugar nos Estado Unidos nas décadas de 1960 e 1970. A grande maioria dos ativistas negros no início dos anos 60, em parte estimulada pelo aparente comprometimento do Partido Democrata com o movimento de direitos civis, durante as administrações de John F. Kennedy e Lyndon Johnson, militava em prol do anti-segregacionismo e da integração de brancos e negros na sociedade americana,

---

[26] Peter Novick, **That noble dream**, p. 470. *"The entry of large numbers of jews in the upper reaches of the profession in the 1950's and early 1960's was widealy seen as as the fulfillment of universalist norms.[...] Jews, upon entering the profession, had insisted thatthey were 'just like everyone else, except more so', commited to a sensibility which was not just integrationist, but usually assimilationist as well".*

[27] Russel Jacoby, **Os últimos intelectuais**, pp. 101-102.

através de demonstrações pacíficas de desobediência civil. O espírito do ativismo negro naquele momento foi expresso de maneira particularmente clara no discurso *I have a dream*, de 1963, proferido por Martin Luther King Jr. durante uma manifestação em Washington. Ali ele afirmava que seu ideal de integração social era "um sonho profundamente enraizado no Sonho Americano".[28] Em outras palavras, não se tratava de mudar radicalmente a sociedade americana, mas apenas abrir um espaço para que nela os negros pudessem efetivamente exercer sua cidadania. Além do *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC), liderado por Martin Luther King Jr., outros movimentos, como o *Congress of Racial Equality* (CORE) e o *Student Non-Violent Coordinating Committee* (SNCC), apresentavam propostas de ação semelhantes.

Em meados da década de 1960, o ativismo negro começava a dar claros sinais de mudança em relação a suas estratégias e objetivos. Desapontados com os parcos resultados obtidos com as táticas de protesto não-violento, e decepcionados com a lentidão nas mudanças sociais no governo de Johnson, que receava atrair a antipatia de brancos do Sul, muitos militantes negros abriram-se à possibilidade do uso de violência para a obtenção de seus objetivos. Além disso, eles passaram a ver como inviável, e mesmo indesejável, uma integração negra à sociedade que os brancos haviam criado. Esses militantes propunham então que, para se tornarem verdadeiramente livres da opressão branca, os negros deveriam criar suas próprias instituições e cultivar seus próprios valores culturais. Expressões como *Black Power* e *Black Nationalism* começavam a ser cada vez mais usadas. Associações, como SNCC e CORE, que previamente haviam se colocado a favor da integração racial, agora expulsavam

---

[28]Martin Luther King Jr., "I Have a dream (1963)", in: Anderset Breilid et alii (ed.). **American Culture: an anthology of civilization texts**, London : Routledge, 1996, p. 87. *"[...] I say to you today, my friends, that in spite of the difficulties and frustrations of the moment I still have a dream. It is a dream deeply rooted in the*

os membros brancos de suas fileiras, argumentando que a principal preocupação dos negros deveria ser com a conquista do poder, e não com a simpatia dos brancos. Paralelamente, eclodiam tumultos em diversas das principais cidades americanas, acompanhando a emergência de grupos armados, como era o caso dos *Black Panthers*, liderados por Bobby Sealy e Huey Newton.[29]

O percurso da historiografia sobre os negros americanos é análogo, em muitos aspectos, à trajetória dos movimentos contra o racismo nos Estados Unidos. Até o início dos anos 60, jovens historiadores negros viam o grande modelo a ser seguido na figura de John Hope Franklin, cuja trajetória intelectual é descrita por Novick.. Perseguindo altos padrões de objetividade e imparcialidade na apresentação dos resultados de suas pesquisas, ele angariou admiração e respeito no meio acadêmico após a publicação de seu estudo *From slavery to freedom*, em 1947, no qual discutia a sociedade do Sul dos Estados Unidos na época da escravidão. O reconhecimento de seu trabalho ficou ainda mais evidente quando Franklin foi admitido como professor efetivo do Brooklin College, tornando-se, assim, o primeiro historiador negro a assumir uma posição regular de docência numa instituição de brancos, em 1956. Franklin acreditava que a cor da pele do pesquisador não era garantia de privilégio epistemológico, e que a criação de uma área de estudos voltada exclusivamente para historiadores negros só contribuiria para sua marginalização dentro da profissão histórica. No dizer de Novick, "Franklin sempre esteve profundamente comprometido com as normas universalistas e objetivistas da profissão, com a fé na América e com o otimismo em alcançar

---

American dream".

[29]Uma boa descrição da trajetória da militância de esquerda em prol dos negros pode ser encontrada em John Patrick Diggins, **The rise and fall of the American Left**, pp. 256-265.

a justiça racial por meio da integração".[30] Contudo, com o crescimento de uma nova "consciência negra", de tendência separatista, os intelectuais negros que seguiam a orientação de Franklin passaram a ser vistos com desprezo por ativistas negros, como Vincent Harding, Sterling Stuckey e Julius Lester, entre outros.[31]

Para a grande maioria desses ativistas, muitos deles alunos e professores de História, determinados *insights* estariam além do alcance de pesquisadores brancos, porque estes seriam incapazes de "pensar como negros". A tendência separatista no estudo da História dos negros americanos já era dominante em meados da década de 1960, mas ganhou novo impulso a partir da reação negra à publicação, em 1967, de um romance histórico intitulado *Confessions of Nat Turner*. Nesse livro, seu autor, William Styron, representava o líder da maior revolta de escravos na História dos Estados Unidos de um modo desagradável aos ativistas negros de modo geral. Eles questionavam o fato de que intelectuais brancos se achassem no direito de se apropriarem e, pior, *distorcerem* o passado dos negros. O final da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970 foram marcados por inúmeros – e por vezes rancorosos – debates a esse respeito.[32]

Um acontecimento que reflete bem este estado de crise foi o levante estudantil ocorrido na Universidade de Cornell, em 1968, no qual estudantes negros armados tomaram um dos prédios, exigindo a demissão de professores racistas e a inclusão no currículo de disciplinas sobre história e cultura afro-americana. O historiador branco Eugene Genovese descreveu a situação em que vivia como um período no qual "qualquer branco trabalhando

---

[30]Peter Nocick, **That noble dream**, p. 472. *"Franklin was always deeply commited to the universalist and objetctivist norms of the profession, to faith in America, and to optimism about the attainment of racial justice through integration".*

[31]Ver Peter Novick, **That noble dream**, pp. 472-491.

[32]Sobre a repercussão do livro de Styron especificamente, ver Peter Novick, **That noble dream**, pp. 474.

sobre a História dos Negros tinha de agüentar um monte de insultos". E acrescentou:

> Todos sentíamos isso, mas minha atitude era a de que eu não deixaria que me insultassem. Depois de algum tempo isso já não me acontecia tanto porque eu rapidamente criei uma reputação de ser bastante selvagem. Quando algum desses garotos se levantava e perguntava quem era eu para escrever acerca de pessoas negras eu o olhava diretamente nos olhos e dizia "Você é um idiota", e prosseguia a partir daí. Isso não me agradava, mas a questão era que eu não sabia como lidar com aquilo. Ou você faz isso ou você recua.[33]

Com o declínio dos movimentos de nacionalismo negro, no final dos anos 1970, as tensões no ambiente acadêmico foram progressivamente se atenuando. Contudo, as questões epistemológicas suscitadas nessa época continuam a incomodar a profissão histórica nos Estados Unidos até os dias de hoje. Estudos de História que, de alguma forma, questionem a moral ou a criatividade de personagens negros do passado são geralmente recebidos com desconfiança por intelectuais negros, ao passo em que as obras que glorifiquem esses aspectos tendem a ser mais aceitas por esses mesmos intelectuais. Porém, condenar *a priori* esse tipo de atitude como particularista não tem se mostrado a solução mais adequada, pois é justamente a adoção de um ponto de vista parcial e subjetivo que tem instigado muitos desses autores a realizarem uma melhor avaliação de obras cripto-racistas. Trata-se, portanto, de uma questão que ainda está longe de ser resolvida, se é que o será algum dia.

Tal como verificamos com relação à História dos Negros, a evolução da História das Mulheres também sempre esteve intimamente associada a movimentos pela emancipação de minorias sociais. O feminismo americano, que já possuía raízes em períodos anteriores, ganhou um novo ímpeto nos anos 1960, "estimulado em parte pelo movimento dos Direitos Civis e pelas políticas do governo destinadas a garantir um potencial de trabalho

---

[33]Eugene Genovese, *apud* Peter Novick, **That noble dream**, p. 478. *"We all felt it, but my attitude was I'm not going to take the crap. After awhile I didn't get very much because I developed a reputation for being quite savage. One of these guys would get up and run off at the mouth about who are you to write about black people and I'd look straight in the eye and say, 'you are an idiot', and proceed from there. I didn't enjoy it, but the point*

feminino, prevendo-se uma expansão econômica por toda a sociedade, incluindo as profissões e a academia".[34] Outro fator, freqüentemente citado, para o despertar de uma "consciência feminista" neste período foi a publicação do livro *Mística Feminina*, de Betty Friedan, em 1963, no qual a autora denunciava as sutis estratégias de dominação da mulher que atuavam na sociedade norte-americana. Segundo Friedan, publicitários de TV, escritores de revistas, especialistas em beleza e psiquiatras, em conjunto, conspiravam para criar a imagem da mulher ideal, plenamente satisfeita com o mundo do lar, marido e filhos, e quem não se conformasse a esse estereótipo seria considerada neurótica.[35]

Por causa do reconhecimento e do descontentamento em relação à desigualdade de condições e oportunidades entre homens e mulheres, a principal aspiração das ativistas feministas, a princípio, consistia na conquista da igualdade de direitos. Discriminação no mercado de trabalho, escassez de oportunidades profissionais, remuneração desigual para trabalhos equivalentes com base na diferença sexual, falta de creches, proibição legal do aborto etc., eram questões que ocupavam o topo da lista de prioridades do movimento feminista. As associações de esquerda já constituídas, como a SDS e a SNCC, contudo, não abriram espaço suficiente para as revindicações das feministas, levando-as, assim, em 1966, a formar a *National Organization for Women* (NOW), que lutava principalmente por reformas legislativas que favorecessem as mulheres. Exceto pela não ratificação de uma importante emenda à Constituição americana, prevendo a proibição da discriminação de qualquer espécie com base no sexo da pessoa – a *Equal Rights Amendment* (ERA) –, podemos dizer que os

---

was I didn't know how to handle this. Either you do that or you retreat."

[34]Joan Scott, "Women's history", in: Peter Burke (ed.), **New perspectives in historical writing**, University Park : Pennsylvania State University Press, 1992, p. 44. *"In the United States feminism re-emerged in the 1960's, stimulated in part by government policies aimed at providing womanpower for anticipated economic expansion across the society and including the professions and the academy."*

triunfos feministas no âmbito legal foram bastante significativos.

Dentre as conquistas do movimento feminista, podemos destacar o crescimento do número de mulheres nas universidades, muitas das quais se lançavam em cursos de pós-graduação, ocupando posteriormente cargos de docência. Para as feministas, porém, esse avanço no número de mulheres obtendo títulos de doutorado e atuando no magistério superior não significava necessariamente o fim da discriminação sexual nas universidades. Segundo Joan Scott:

> No espaço aberto pelo recrutamento de mulheres, o feminismo logo apareceu para reivindicar mais recursos para as mulheres e para denunciar a persistência da desigualdade. As feministas na academia declaravam que os preconceitos contra as mulheres não haviam desaparecido, ainda que elas tivessem credenciais acadêmicas ou profissionais, e se organizaram para exigir uma totalidade de direitos, aos quais suas qualificações presumivelmente lhes davam direito. Nas associações das disciplinas acadêmicas, as mulheres formavam grupos para pressionar suas exigências. (Essas incluíam maior representação nas associações e nas reuniões acadêmicas, atenção às diferenças salariais entre homens e mulheres e um fim à discriminação nas contratações, nos processos de efetivação e nas promoções).[36]

A princípio, o principal objetivo das intelectuais feministas que se instalaram nas universidades era a denúncia das estruturas sociais que contribuíam para a manutenção da dominação masculina na sociedade e na cultura, e para a conseqüente submissão da mulher. No caso específico da História, buscava-se mostrar como as mulheres do passado foram vítimas da opressão masculina, estabelecendo assim relações entre a condição feminina no passado e no presente. Segundo Diggins, contudo, essa abordagem continha uma contradição latente. Enfatizando a "vitimização" e submissão da mulher, as intelectuais feministas

---

[35] Betty Friedan, **Mística Feminina**, Petrópolis : Vozes, 1971.

[36] Joan Scott, "Women's history", p. 45-46. *"in the space opened by the recruitment of women, feminism soon appeared to claim more resources for women and to denounce the persistence of inequality. Feminists in academia argued that prejudices against women did not disappear, even when they had academic or professional credentials, and they organized to demand a full share of of the rights to which their degrees presumably entitled them. In the associations of academic disciplines women formed caucuses to press their demands. (These included greater representation in the associations and at scholarly meetings, attention to salary differentials between women and men, and an end to discrimination in hiring, tenure, and promotion)."*

estariam implicitamente negando às mulheres o papel de *agentes* de sua própria História, produzindo assim uma historiografia não tão distante dos moldes tradicionais quanto se pensava. Em face disso, as pesquisas acadêmicas acerca da mulher começaram a dar destaque às características próprias da condição feminina. Em vez de tratá-las como vítimas passivas, as intelectuais feministas passavam então a enfatizar as estratégias de resistência das mulheres e a construção de um universo cultural feminino autônomo. Essa escolha entre uma ou outra abordagem não se dava sem uma série de complicações teóricas, especialmente se a análise fosse feita a partir de uma perspectiva marxista, como nota Diggins:

> Se havia uma coisa que as feministas queriam negar a respeito das mulheres no passado, era a passividade. [...] algumas intelectuais feministas queriam ver as mulheres no passado, até mesmo camponesas do século XVI, como elas viam a si mesmas – plenamente conscientes e ativamente tomando o controle de suas vidas. Professoras universitárias e pesquisadoras pareciam incapazes de decidir se seus sujeitos históricos eram primeiramente vítimas passivas ou agentes ativas. Se passivas, a alegação feminista de irmandade de consciência [entre as mulheres do passado e do presente] seria colocada em dúvida; se ativas, a inocência feminina seria posta em questão. Como as mulheres poderiam ser descritas como conscientemente moldando suas próprias vidas sem que fossem, de alguma forma, responsáveis por seu *status* de subordinação?[37]

Esse dilema encontrou sua expressão mais dramática no caso *Equal Employment Opportunity Commission* (EEOC) *v. Sears, Roebuck & Co.*, em meados dos anos 80. De acordo com uma pesquisa realizada pela EEOC, observou-se uma proporção muito pequena de mulheres atuando na área de vendas comissionadas na rede Sears de lojas de departamento, o que indicaria um acentuado grau de discriminação sexual na contratação para esses cargos. Em sua defesa, a Sears convocou o testemunho de uma historiadora, Rosalind

---

[37]John Patrick Diggins, **The rise and fall of the American Left**, pp. 303-304. *"If there was one thing feminists wanted to deny about women in the past, it was passivity. [...] Some feminist scholars wanted to see women in the past, even sixteenth-century peasant women, as they saw themselves – fully aware and actively taking control of their lives. Women scholars seemed unable to decide whether their historical subjects were primarily passive victims or active agents. If passive, feminist claims to sisterhood consciousness were in doubt; if active, women's innocence was in doubt. How could women be depicted as conciously shaping their lives without being in any*

Rosenberg, segundo a qual homens e mulheres ao longo da História têm demonstrado possuir valores, preferências e qualificações diferentes. O baixo índice de mulheres ocupando cargos de vendas comissionadas, portanto, refletiria não necessariamente uma política de discriminação por parte da companhia, mas sim a falta de interesse das mulheres em geral por esse tipo de atividade. Alice Kessler-Harris, historiadora e consultora indicada pela EEOC para rebater os argumentos de Rosenberg, pouco mais pôde fazer que demonstrar que, *em situações especiais*, as mulheres no passado mostraram interesse por atividades consideradas tipicamente masculinas. A previsível vitória da Sears no tribunal gerou uma onda de protestos no meio feminista, e a condenação, às vezes implícita e às vezes aberta, da atitude de Rosenberg. Quando a História das Mulheres foi levada aos tribunais, ela agiu no sentido contrário aos interesses do movimento feminista.

De qualquer modo, as mulheres têm sido uma presença marcante na academia nas últimas décadas. Devemos ter em mente, contudo, que "mulheres historiadoras" não significa e nem significava o mesmo que "historiadoras feministas". As teses de doutorado defendidas por mulheres constituíam um conjunto heterogêneo, e muitas delas nem chegavam a tocar na questão da condição feminina. Esta, por outro lado, por vezes constituía objeto de pesquisa de historiadores homens. É inegável, porém, que a História Social, pelo próprio tipo de pesquisas que suscitava, e talvez por ser a subdisciplina da História que mais se expandiu nos anos 1960 e 1970, revelou-se um campo particularmente propício para a historiografia feminista. Com a evolução do feminismo, que certamente não desapareceu, mas que sofreu mudanças nos termos de sua organização, e com a evolução da própria disciplina histórica, ocorreram diversas readequações teóricas nos estudos feministas realizados nas universidades.

---

way responsible for their subordinate status?"

A própria expressão "estudos feministas" cedeu lugar a "estudos sobre as mulheres", e posteriormente ainda "estudos de gênero". O conceito de "gênero", proveniente da teoria literária, por seu caráter mais abrangente, tem se revelado mais adequado para a pesquisa em Ciências Humanas, uma vez que leva em consideração também a condição masculina, além de poder abrir-se ainda a trabalhos sobre *gays* e lésbicas. De acordo com Joan Scott:

> "Gênero" foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Nos Estados Unidos, o termo é extraído tanto da gramática, com suas implicações sobre convenções ou regras (feitas pelo homem) do uso da lingüística, quanto dos estudos de sociologia dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. Embora os usos sociológicos de "gênero" possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo. Também enfatizaram o aspecto relacional do gênero: não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres. Além disso, uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gêneros e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como levar em conta a mudança.[38]

Se avaliarmos comparativamente, a História dos Negros e a História das Mulheres apresentam uma série de semelhanças entre si. Ambas cresceram, como campos de estudo acadêmico, articulando-se com movimentos sociais de caráter mais amplo. Em ambas podemos observar um mudança de ênfase, de integração a separatismo, e no modo como são vistos os sujeitos históricos, de vítimas a agentes de transformação social. Além disso, em ambos os casos, partilhava-se da convicção de que o ponto de vista das minorias sociais seria fundamental para uma apropriada reconstrução do passado. Na opinião de muitos ativistas sociais, somente negros podiam escrever sobre o passado dos negros, assim como somente as

---

[38]Joan W. Scott, "Women's history", p. 56. *"Gender is the term used to theorize the issue of sexual difference. In the United States, the term is borrowed both from grammar, with its implications about (man-made) conventions or rules of linguistic usage, and from sociology's studies of social roles assigned to women and men. Although sociological uses of "gender" can carry with them functionalist or essentialist overtones, feminists chose to emphasize the social connotations of gender in contrast to the physical connotations of sex. They also stressed the relational aspect of gender: one could not conceive of women except as they were defined in relation to men, nor of men except as they were differentiated from women. In addition, since gender was defined as relative to social and cultural contexts, it was possible to think in terms of different gender systems and the relations of*

mulheres podiam escrever sobre mulheres. Entretanto, Novick aponta uma diferença bastante significativa entre os dois campos. Segundo a interpretação desse autor, o ideal de imparcialidade no estudo da história, por exemplo, colocava-se de um modo para historiadores negros, que podiam estudar uma sociedade escravista sem serem escravos, e de outro para as feministas, que, estudando famílias patriarcais no passado, não raro pertenciam a uma no presente. Ademais, ao propugnarem sua separação da sociedade branca, os ativistas negros visavam uma meta não de todo impossível de ser atingida, e até mesmo bem-vinda por parte de um grande número de brancos. A questão do separatismo, no caso das mulheres, no entanto, assumia contornos mais delicados, pois seu repúdio aos homens poderia significar o apoio ao lesbianismo. E, apesar de muitas controvérsias a esse respeito, em muitos casos, as lésbicas eram admiradas como representantes de um feminismo genuíno e radical.[39]

De modo geral, os historiadores comprometidos com o resgate do passado de minorias sociais, como mulheres e negros, buscavam uma teoria que explicasse a opressão sofrida pelos socialmente excluídos, sem necessariamente caracterizá-los como seres passivos, e de explicar o modo como eles construíam seu próprio mundo, sem com isso atribuir-lhes a responsabilidade por seu estado de subordinação. Em outras palavras, tratava-se de pensar conjuntamente a identidade e a diferença, sem que um dos termos se reduzisse ao outro. A filosofia pós-estruturalista, prometendo, se não uma resposta, pelo menos um caminho para se trabalhar essa questão, exerceu um fascínio enorme no ambiente acadêmico norte-americano, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Ao mesmo tempo, porém, dando continuidade à crítica ao ideal de objetividade no estudo da História, o pós-estruturalismo e as demais tendências afins suscitaram uma reação defensiva por parte daqueles que temiam pelo fim da

---

those to other categories such as race or class or ethnicity, as well as to take account of change".

História enquanto disciplina autônoma e genuinamente científica. É para esse percurso que ora nos voltaremos.

2. A PERCEPÇÃO DE UMA CRISE EPISTEMOLÓGICA

A percepção de uma crise epistemológica nos estudos históricos pode ser constatada com bastante evidência se nos reportarmos às "mensagens presidenciais" em diversos números da *American Historical Review*, nas décadas de 1980 e 1990. A cada vez que está para deixar o cargo, o presidente da *American Historical Association* escreve uma mensagem (*address*), que é publicada no primeiro número de cada ano da revista, e, embora geralmente escrita em primeira pessoa, de certa forma representa a visão "oficial" da organização. Bernard Bailyn, por exemplo, assim descrevia a situação da Historiografia norte-americana em 1982:

> A historiografia moderna, de modo geral, parece estar num estágio de enorme elaboração. Indagações históricas estão se ramificando numa centena de direções de uma vez, e não há coordenação entre elas. Mesmo que se reduza a massa de novos escritos ao período moderno no campo americano, e ainda somente às publicações de historiadores de carteirinha, o simples montante de escrita agora disponível é esmagador.[40]

Para aqueles acreditando que um maior acúmulo de informação, representado pelo grande número de pesquisas e publicações, contribuiria para um alargamento dos horizontes, para um melhor entendimento da História como um todo, Bailyn contra-

---

[39] Peter Novick, **That noble dream**, pp. 501-502.

[40] Bernard Bailyn, "The challenge of modern historiography", **American Historical Review**, vol. 87, n. 1, Feb 1987, p. 2. *"Modern historiography in general seems to be in a stage of enormous elaboration. Historical inquiries are ramifying in a hundred directions at once, and there is no coordination among them. Even if one reduces the mass of new writings in the early modern period to the American field, and still further to the publications of card-carrying historians, the sheer amount of the writing now avaliable is overwhelming."*

argumenta:

> Em outros campos da História, também, [além da História Econômica, da História Intelectual e da História Social] não-historiadores, cujos estudos os trazem em contato com os registros do passado e cuja visão de seus próprios tópicos dá um grande peso ao desenvolvimento através do tempo, contribuem firmemente para as dimensões salientes da História como esta é agora escrita. Nós aprendemos deles, eles aprendem de nós; caminhos se cruzam e identidades convergem, e a historiografia cresce ainda mais – e, alguém poderia pensar, torna-se mais profunda e mais significativa. Mas a profundidade de compreensão é uma função, pelo menos da coerência, e uma coisa que falta, sobretudo, a este transbordamento de escrita histórica é coerência.[41]

As questões levantadas por Bailyn eram bastante sérias e voltariam à tona em volumes posteriores da *American Historical Review*. Philip D. Curtin, por exemplo, abriu sua mensagem presidencial de 1984 afirmando que "a disciplina da História expandiu-se enormemente, mas os historiadores não", e que "enquanto o campo da História tornou-se maior e mais rico, o treinamento dos historiadores tornou-se mais estreito". Como resultado, a despeito do aumento no número de professores, e da proliferação de novas disciplinas nos departamentos de História, "a proporção de Ph.D.s que podiam lecionar a disciplina de 'Civilização Ocidental' com facilidade era menor nos anos 80 que nos anos 50".[42] Ainda segundo Curtin, a tendência à especialização podia ser encontrada não somente nos cursos de graduação, mas também nas associações profissionais, trazendo sérias conseqüências para o próprio ofício do historiador.

---

[41] *Ibidem*, pp. 2-3. *"in other fields of history, too, nonhistorians, whose studies bring them into contact with the record of the past and whose view of their own subjects gives heavy weight to development through time, contribute steadily to the bulging dimensions of history as it is now written. We learn from them, they learn from us; paths cross and identities merge, and historiography grows ever broader – and, one would have thought, deeper and more meaningful. But depth of understanting is a function, at the least, of coherence, and one thing above all else that this outpouring of historical writing lacks is coherence."*

[42] Philip D. Curtin, "Depth, Span and relevance", **American Historical Review**, vol. 89, n. 1, Feb 1984, p. 1. *"The discipline of history has broadened enormously in the postwar decades, but historians have not. We teach the history of Africa and Asia, but specialists in American History know no more about the history of Africa than their predecessors did in 1940. We have specialists in black history, women's history, and historical demography, but people outside these specialties pay little attention to their work. While the field of history grew broader and richer, the training of historians grew narrower. The proportion of new Ph.D.s that can easily teach the standard "Western Civ" course is smaller in the 1980s than it was in the 1950s.".*

Em 1987 a mesma problemática – super-produção acadêmica, fragmentação da disciplina histórica e conseqüente crise epistemológica – voltava a ser o ponto de partida da mensagem presidencial da *American Historical Review,* desta vez de autoria de Carl N. Degler. O texto iniciava-se com a constatação de que "nos últimos vinte anos, a História americana havia se estilhaçado", e que "a fragmentação havia se tornado tão óbvia que constituía lugar comum nas discussões sobre os estudos americanos".[43] O pessimismo para com esse estado de coisas, em Degler, era tão evidente como o havia sido nos textos de Bailyn e Curtin:

> Grupos e sujeitos ignorados na História tradicional repentinamente tornaram-se visíveis, reclamando sua inclusão na estrutura histórica que anteriormente não lhes dava lugar. De certo modo, esta explosão de informações é o que se espera da História, um tema bastante reconhecido pela mudança de seu conteúdo à medida em que a sociedade que ela serve lhe propõe novas questões e lhe faz novas exigências. Este é o lado bom do estilhaçamento. Visto pelo lado menos favorável, nós não temos uma maneira clara de determinar como este novo conhecimento será integrado naquilo que chamaremos de História dos Estados Unidos. Simplesmente acrescentar as novas informações na velha História rompe a estrutura de organização e torna a nova versão desmembrada e incoerente.[44]

E ainda:

> Graças à sofisticação das questões que agora fazemos acerca do passado americano, e um maior cuidado que tomamos para chegar a respostas, nós hoje conhecemos mais sobre o que é significativo para os Estados Unidos do que em qualquer outra época. Mas a História geral que nós fornecemos a nossos alunos e ao público carece de temas centrais e de uma estrutura.[45]

---

[43] Carl N. Degler, "In pursuit of an American history", **American Historical Review**, vol. 92, n. 1, Feb 1987, p. 1. *"Over the last twenty years, American history has splintered. Indeed, the fragmenting has become so obvious that is a commonplace in discussions of the state of the American field".*

[44] *Ibidem*, p. 1. *"Groups and subjectos ignored in traditional history suddenly became visible, clamoring for inclusion in a historical framework that once had no place for them. On one level, this informational explosion is what we expect in history, a subject well recognized for changing its content as the society it serves asks new questions and makes new demands. That is the good side of splintering. On the less appealing side, we have no clear way of determining how this new knowledge will be integrated into what we call the history of the United States. Simply to tack the new information onto the old story disrupts the organizing framework and renders the new version disjointed and incoherent."*

[45] *Ibidem*, p. 2. *"Thanks to the sofistication of the questions we now ask about the American past and the greater care we now take in arriving at answers, we know more today that is significant about the history of the United States than ever before. But the general history we purvey to our students and to the public lacks central themes*

Na década de 1980, devemos reconhecer, o pós-modernismo e o pós-estruturalismo tornaram-se tendências muito fortes nas ciências humanas e sociais nos Estados Unidos, e a História, como não poderia deixar de ser, viu-se afetada pelas teses de caráter relativista dessas correntes. Contudo, na mensagem presidencial de Joyce Appleby, de 1998, época em que as discussões sobre pós-modernismo e pós-estruturalismo já tinham um impacto consideravelmente menor, voltamos a encontrar temas como a crise epistemológica da Historiografia, a relação entre a História e as demais ciências, além de uma exortação para que os historiadores não perdessem de vista o público não especializado.[46] Mais do que uma tendência passageira, portanto, a percepção de uma crise nos estudos históricos norte-americanos tem se revelado o índice de um problema de grandes proporções.

O posicionamento oficial da *Ameircan Historical Review* frente a essas questões foi o de evitar um confronto direto, como podemos observar pelo número relativamente pequeno de artigos de teoria da História nas décadas de 1970 e 1980,[47] em comparação com períodos anteriores, e, como podemos depreender das mensagens presidenciais, pela tentativa de resgate da figura do historiador como um profissional de vasta erudição e grande apelo público.

E, de fato, sempre que a mensagem presidencial apresentava o estado crítico da historiografia americana, o objetivo era justamente propor um remédio para aquele mal. Bernard Bailyn, por exemplo, buscava responder ao "desafio" da historiografia americana recente, aconselhando seus colegas historiadores nos Estados Unidos a darem prioridade a

---

or a framework."

[46] *Cf.* Joyce Appleby, "The power of history", **American Historical Review**, vol. 103, n. 1, Feb 199, pp. 1-14.

[47] Tradição obviamente rompida pela torrente de artigos teóricos publicados pela *American Historical Review*, e

trabalhos de síntese. "Nós continuaremos a precisar, e continuaremos a ter", dizia ele, "estudos técnicos informativos". Mas não sem a ressalva de que "a necessidade crítica, na verdade, [...] é trazer ordem para grandes áreas da História e, desse modo, reintroduzi-la, de uma forma sofisticada, a a um amplo público leitor, através de trabalhos sintéticos, narrativos em sua estrutura, sobre temas maiores, trabalhos que expliquem alguma parte significante da história de como o mundo presente veio a ser como ele é."[48] De maneira análoga, Philip Curtin aconselha os historiadores americanos a contrabalançar a profundidade das especializações com a abrangência do conhecimento histórico, de modo que "possamos nos certificar de que estamos respondendo as questões mais importantes e buscando respostas na estrutura de agregados relevantes".[49] Carl Degler, por sua vez, pede aos membros da *American Historical Association* que busquem em sua identidade nacional a solução para a crise de identidade na historiografia americana, pois, embora eles, em sua maioria, não trabalhem diretamente com a História dos Estados Unidos, praticamente todos são cidadãos americanos.[50] E Joyce Appleby, enfim, volta a repetir o conselho de Bailyn e Curtin,de que os historiadores não deixem de lado o público não especializado. Para ela, "se nós pudermos viver com essa indeterminação [a auto-consciência de nossas próprias limitações], perseguirmos suas implicações, sustentarmos o significado, testemunharmos repetidamente a magnificência do esforço humano por entender, e **partilharmos esses atos com o público** [o grifo é meu], nós podemos estar certos de que a História – o discurso quintessencial do

---

que constituem a porção principal de meu objeto de pesquisa.

[48] Bernard Bailyn, "The challenge of modern historiography", pp. 7-8. *"We will continue to need, and will continue to have, innovative technical studies; they extend the range of our knowledge and emerge naturally from the inner propulsions*

[49] Philip D. Curtin, "Depht, span and relevance", p. 9. *"We must try even harder to balance the depth of our own specializtions against a wider span of historical knowledge – to make sure we are asking the most important questions and seeking answers in the framework of the relevant aggregates."*

Ocidente – não terá fim".[51]

Para além da corrente oficial da profissão histórica nos Estados Unidos, entretanto, podemos constatar um grande número de intelectuais que, mesmo sem constituir uma escola ou um movimento, não só constatavam a crise, mas também a celebravam, tomando-a como sinal de uma mudança bem vinda que, com o tempo, afetaria a disciplina como um todo. Destes, os que mais se destacaram fora de seu campo de especialização – a História Intelectual – foram certamente Hayden White e Dominick LaCapra. Num ensaio sobre esses dois autores, Lloyd Kramer assim descreve o cenário historiográfico frente aos desafios teóricos colocados pela Crítica Literária como nova forma de abordar o passado:

> Essa ênfase sobre a dimensão literária da experiência social e a estrutura literária da escrita histórica propicia uma nova abertura aos que desejam expandir a erudição histórica para além de suas limitações tradicionais, e constitui uma nova ameaça a todos os que procuram defender a permanência da disciplina dentro de seus limites tradicionais, da forma como os entendem. As metáforas sugerem, aqui, uma espécie de batalha historiográfica com ataques de flanco por parte das forças literárias e cercos defensivos dos tanques disciplinares por parte dos "verdadeiros" historiadores. [...] nos últimos anos as forças literárias arregimentaram-se ao redor da proeminente liderança de Hayden White e Dominick LaCapra. Esses dois combatentes desenvolveram a investida literária com uma força intelectual extraordinária, ainda que a complexidade de suas manobras tenha às vezes confundido seus seguidores e, quase sempre, deixado seus adversários desconcertados.[52]

Embora tenha inicialmente se especializado em História medieval, Hayden White destacou-se no âmbito da História Intelectual ao trabalhar questões contemporâneas, primeiramente sobre humanismo liberal, voltando-se, posteriormente, para um estudo lingüístico e literário da escrita historiográfica. Colocando em evidência os pressupostos de

---

[50]Carl Degler, "In pursuit of American history", p. 2.

[51]Joyce Appleby, "The power of theory", p. 14. *"If we can live with this indeterminacy, pursue its implications, contend over meaning, give repeated witness to the magnificence of the human effort to undestand, and share these acts with the public, we can be certain that history – the quintessential Western discourse – will have no end."*

[52]Lloyd Kramer, "Literatura, Crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra", in: Lynn Hunt, **A nova História Cultural**, São Paulo : Martins Fontes, 1995, p. 132.

natureza poética implicados no trabalho do historiador, as idéias de White deram origem a inúmeras discussões e controvérsias, geralmente acerca de temas como a distinção entre fato e ficção, dúvidas sobre o caráter verdadeiramente "científico" do empreendimento historiográfico e formas alternativas de representação do conhecimento histórico. Num de seus ensaios teóricos mais discutidos, "The burden of history", de 1966, ele já esboçava algumas de suas teses mais polêmicas, que viriam a ser desenvolvidas em trabalhos posteriores. Neste texto, White afirmava que os historiadores, atendo-se a modelos de representação que datavam do século XIX, teriam se fechado às possibilidades abertas tanto pela ciência como pela literatura contemporâneas. Por causa disso, a História acabava perdendo legitimidade epistemológica e valor artístico face às demais disciplinas acadêmicas:

> Em resumo, quando os historiadores asseguram que a história é uma combinação de ciência e arte, eles geralmente querem dizer que é uma combinação de ciência social do *final do século XIX*, e arte de *meados do século XX*. Em outras palavras, eles parecem aspirar a pouco mais que uma síntese de modos de análise e modos de expressão para os quais somente por sua antiguidade podem ser recomendados. Se este é o caso, então tanto os artistas quanto os cientistas têm razão em criticar os historiadores, *não porque estes estudam o passado*, mas porque eles o estudam com uma ciência *ruim* e com uma arte *ruim*.[53]

A proposta de White para a História, portanto, seria a busca de novos modos de representação, recorrendo, para tanto, aos últimos desdobramentos na ciência e na arte contemporâneas. Neste sentido, a historiografia deveria "transcender as antigas e estáveis concepções de mundo que exigiam a descrição da cópia literal de uma realidade presumivelmente estática", abrindo-se a uma perspectiva na qual os pesquisadores tivessem

---

[53] Hayden White, "The burden of history", *in*: **Tropics of discourse**, p. 43. Este texto foi publicado pela primeira vez, na forma de um artigo, no periódico *History and Theory 5*, n. 2, 1966. *"In sum, when historians claim that history is a combination of science and art, they generally mean that it is a combination of* late-nineteenth century *social science and* mid nineteenth-century *art. That is to say, they seem to be aspiring to little more than a synthesis of modes of analysis and expression that have their antiquity alone to commend them. If this is the case, then artists ans scientists alike are justified in criticizing historians,* not because they study the past, *but because they study it with* bad *science and* bad *art."*

consciência do "caráter essencialmente *provisório* das construções metafóricas que utilizam".[54]

Além de ter desafiado a profissão histórica a repensar sua situação frentes às demais áreas do saber, White gerou ainda uma intensa polêmica por sua insistência quanto ao papel ativo da imaginação do historiador na reconstrução do passado. Para ele, a partir de um ato *poético*, a narrativa histórica assume significados não diretamente implicados nos eventos por ela representados. Os objetos de estudo da História, argumenta White, pelo fato de se situarem no passado, não estão mais acessíveis à percepção imediata. Sendo assim, o historiador somente pode referir-se a eles indiretamente, por meio das fontes históricas, isto é, vestígios textualizados do passado que subsistem no presente.[55] Os eventos representados a partir de tais vestígios podem então ser arranjados de diferentes maneiras, sendo que a cada arranjo corresponderá uma nova configuração poética, da qual novos significados poderão emergir.

Essa concepção de História foi trabalhada por White de modo mais aprofundado em *Metahistory*, um estudo sobre a imaginação histórica européia no século XIX. Nesta obra, ele argumenta que importantes historiadores (Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt) e filósofos (Hegel, Marx, Nietzsche e Croce) daquele século, produziram seus escritos a partir de diferentes dimensões pré-figurativas do campo histórico, identificáveis através de quatro tropos literários: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Essa abordagem

---

[54] *Ibidem*, p. 50. *"History today has an opportunity to avail itself to the new perspectives on the world which a dynamic science and an equally dynamic art offer. Both science and art have transcended the older, stable conceptions of the world which required that they render a literal copy of a presumably static reality. And both have discovered the* provisional *character of the methaphorical constructions which they use to comprehend a dynamic universe."*

[55] Uma ressalva: devemos entender as palavras "texto" ou "textualidade" em White num sentido muito próximo daquele usado na antropologia cultural, epecialmente nas obras de Clifford Geertz. "Texto" designaria então não

permite a White perceber que o "*status* [desses autores] como modelos possíveis de representação ou conceptualização histórica não depende da natureza dos 'dados' que eles usaram para fundamentar suas generalizações ou as teorias levantadas para explicá-las; mas ao invés, depende da consistência, da coerência e poder iluminativo de suas respectivas visões [e não *versões*] do campo histórico".[56]

White postula ainda uma certa incomensurabilidade entre os diferentes estilos de representação. Podemos verificar isso de modo bastante claro quando White, ao trabalhar a consciência histórica de Karl Marx, por exemplo, sustenta que "é inútil [...] tentar arbitrar entre concepções rivais acerca da natureza do processo histórico a partir de fundamentos cognitivos que se coloquem como essencialmente isentos de valor, como ambos, teóricos sociais marxistas e não-marxistas, tentam fazer". "A visão marxista da história", continua White, "não pode ser nem confirmada nem desconfirmada pela 'evidência histórica', pois o que está em questão [entre uma visão e outra] é precisamente o que conta ou não como evidência [...]."[57] Com essas afirmações, porém, ele coloca em xeque a possibilidade de uma única representação verdadeira de um determinado evento ou processo histórico, chegando, assim, perigosamente próximo do relativismo histórico. E, de fato, num ensaio em que discute o uso do termo *História* em Frederick Jameson, White chega mesmo a negar que possamos conhecer uma "Verdade" histórica, de caráter extralingüístico:

> A dificuldade com a noção de uma verdade acerca da experiência passada é a de que

somente as obras escritas, mas qualquer artefato cultural passível de ser interpretado.

[56] Hayden White, **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe**, Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1983, p. 4. *"Their status as possible models of historical representation does not depend upon the nature of the 'data' they used to support their generalizations or the theories they invoked to explain them; it depends rather upon the consistency, coherence, and illuminative power of their respective visions of the historical field."*

[57] *Ibidem*, p. 284. *"It is fruitless, then, in my view at least, to try to arbitrate among contending conceptions of the nature of the historical process, on cognitive grounds which purport to be value-neutral in essence, as both Marxist and non-Marxist social theorists attempt to do."*

> ela não pode mais ser experienciada, e isto deixa o conhecimento histórico vulnerável à acusação de que ele é uma construção tanto da imaginação quanto do pensamento e de que sua autoridade não é maior que o poder do historiador de persuadir seus leitores de que seu relato é verdadeiro. Isto coloca o discurso histórico no mesmo nível que qualquer desempenho retórico e o relega ao *status* de uma textualidade nem mais nem menos autoritativa que o da própria literatura".[58]

Como poderíamos esperar, Hayden White atraiu uma violenta oposição por parte dos historiadores de orientação tradicional, ao evidenciar o papel da imaginação na reconstrução do passado. Mais ainda, ao propor que "o melhor fundamento para uma perspectiva sobre a História ao invés de outra é, em última instância, de ordem estética e moral, e não epistemológica", e que "a exigência de cientifização da História representa somente a afirmação de uma preferência por uma modalidade específica de conceituação histórica, cujo fundamento é moral ou estético, mas cuja justificação epistemológica ainda está por ser estabelecida".[59] Na verdade, contrariamente a muitas interpretações hostis à obra de White, este jamais negou enfaticamente que História e Literatura fossem campos distintos. Pelo contrário, em repetidas ocasiões ele sustentou que, "diferentemente das ficções literárias, como o romance, os trabalhos de história são constituídos a partir de eventos que existem fora da consciência do escritor".[60] Mas o fato é que, em suas análises, White realmente tornou imprecisas as fronteiras que distinguem *fato* histórico de *ficção* literária, além de confundir os leitores não familiarizados com o vocabulário específico da Teoria Literária. Outros autores, porém, como é o caso de Dominick LaCapra, censuram-no exatamente pelo contrário, por ele

---

[58] Hayden White, "Getting out of history: Jameson's redemption of narrative", *in:* **The content of the form: narrative discourse and historical representation**, Baltimore : Johns Hopkins University Press, p. 147.

[59] *Ibidem*, p. xii. *"[...] the best grounds for choosing one perspective on history rather than another are ultimately aesthetic or moral rather than epistemological; and [...] the demand for the scientification of history represents only the statement of a preference for a specific modality of historical conceptualization, the grounds of which are either moral or aesthetic, but the epistemological justification of which still remains to be established."*

[60] *Ibidem* p. 4. *"Unlike literary fictions, such as the novel, historical works are made up of events that exist outside the consciousness of the writer."*

não ter avançado o suficiente em sua crítica aos padrões tradicionais da escrita Historiográfica.

LaCapra, em seu exame acerca da situação dos estudos históricos recentes, partilha de muitos dos pressupostos de Hayden White. Tal como este, LaCapra mostra-se favorável à incorporação de *insights* da Teoria Literária ao trabalho dos historiadores, além de também questionar as rígidas definições disciplinares que separam a História dos demais âmbitos do saber, especialmente da Literatura e da Filosofia. Em LaCapra, podemos ainda encontrar a mesma rejeição de uma concepção positivista de ciência na historiografia, como já observamos em relação a White. Ademais, em diversas ocasiões, LaCapra ressaltou a importância das questões levantadas por White, cujo trabalho, em suas palavras, "justificadamente tem sido visto como um corretivo necessário à ênfase da historiografia moderna em modos de explicação calcados nas ciências naturais e sociais."[61] Com sua abordagem formalista, Hayden White teria ido buscar nos textos – e não nos contextos – uma base a partir da qual pudéssemos explicar a realidade histórica, invertendo assim a hierarquia tacitamente assumida nas obras de historiografia. Mas, segundo LaCapra, White ainda teria ainda mantido, como a maioria dos historiadores, o anseio metafísico pela *presença* de um significado determinado em seus objetos de estudo. Para LaCapra, portanto, as idéias de White, e em especial a teoria dos tropos literários, apesar de seu refinamento teórico, não conseguem ultrapassar o quadro conceitual que buscam subverter:

> Em um nível, a teoria de White sobre as origens figurativas do conhecimento histórico inverteram preconceitos científicos comuns de modo a produzir um efeito de choque potencialmente benéfico e reabrir questões que pareciam estar fechadas. Mas, em outro nível, sua teoria permaneceu dentro da mesma moldura referencial geral das visões

[61] Dominick LaCapra, **History, politics and the novel**, Ithaca : Cornell University Press, 1989, p. 8. *"The turn toward narrative, particularly in the work of Hayden White, has justifiably been seen as a necessary corrective to the stress in modern historiography upon modes of explanation modeled on the natural and social sciences".*

> "científicas" que virou de cabeça para baixo. De fato, o princípio informador da teoria tropológica de White, como fundamento da retórica e da narrativa, era um estruturalismo generativo que apresentava um nível do discurso (o "tropical") como determinante em última instância. [62]

Assim como White, portanto, LaCapra mostra-se aberto à utilização de conceitos e abordagens da Teoria Literária, tanto em suas reflexões teóricas sobre a História como campo de estudo, quanto em seus trabalhos de historiografia em sentido estrito. Mas, diferentemente de White, LaCapra enfatiza, nos textos que estuda, as "vozes" de contestação que solapam toda tentativa de interpretação visando a apreensão de um significado estável e absolutamente coerente. As "reduções documentais [enfoque tradicional] e formalistas [enfoque tropológico] dos textos são", para LaCapra, "gestos complementares que repousam em suposições comuns", e sua proposta é a de que os textos "sejam entendidos como usos variáveis da linguagem que se juntam – ou se 'inscrevem' – em contextos de várias maneiras – maneiras que engajem o intérprete como historiador *e* crítico numa relação de troca com o passado, através da leitura dos textos".[63] Sendo assim, as vozes de que fala LaCapra, não seriam "somente os ecos hermenêuticos que ressoam no nível do significado puro", mas teriam "implicações para a condução da vida política e social, inclusive a vida dentro das disciplinas acadêmicas".[64] Para que possamos ouvi-las, seria necessário reconhecer a

---

[62]Dominick LaCapra, "Rethoric and history", *in*: **History and Criticism**, Ithaca : Cornell University Press, 1992, p. 34. *"On one level, White's theory of the figural origins of historical knowledge reverse ordinary scientific preconceptions in a manner that produced a potencially benefical shock effect and reopened questions that seemed to be closed. But, on another level, his theory remained within the same general frame of reference as the 'scientific' views it turned upside-down. Indeed the informing principle of White's theory of tropes as the foudation of rhetoric and narrative was a generative structuralism that presented one level of discourse (the 'tropical') as determinative in the last instance."*

[63]Dominick LaCapra, "History and the novel", *in:* **History and criticism**, pp. 126-127. *"In fact documentary and formalistic reductions of texts are complementary gestures resting on common assumptions. [...] A move in a desirable direction is, I think, made when texts are understood as variable uses of language that come to terms with or 'inscribe' contexts in various ways ways that engage the interptreter as historian* and *critic in an exchange with the past through a reading of texts."*

[64] Dominick LaCapra, **History and criticism**, p. 142. *"These voices are not mere hermeneutic echoes that*

diferença em seus próprios termos, sem reduzi-la à identidade, seria necessário abordar os textos de forma dialógica, visando não a recuperação de um significado original e monológico, mas reconhecendo e aceitando suas ambivalências. Seria importante, ainda, que as questões levantadas nos textos do passado fossem confrontadas com as preocupações do presente, se quisermos ser verdadeiramente historiadores, e não simplesmente antiquários.

A crítica mais insistente que LaCapra faz aos historiadores – e em especial àqueles vinculados à História Social – refere-se ao fato de que estes, em geral, revelam uma propensão a reduzir textos complexos ao *status* de documentos. "No modelo documental, a base da pesquisa é o fato 'bruto', derivado do exame crítico das fontes" e "todas as fontes tendem a ser tratadas em termos estritamente documentais, ou seja, em termos de proposições factuais ou referenciais que podem ser delas derivadas, para obter informações sobre lugares e tempos específicos". Nesse modelo, "uma posição preferencial é dada a documentos como relatórios, testamentos, registros, diários, relatos de testemunhas etc., que aparentemente trazem informações diretas.[65] O grande problema desse modelo de análise, de acordo com LaCapra, é que o tipo de pesquisa que ele inspira só ganha valor na medida em que o historiador consiga descobrir novos documentos, que tragam informações ainda não conhecidas, mas não quando ele procura ver os documentos já descobertos sob a luz de uma nova teoria. Outro problema é que os textos complexos, isto é, aqueles que fazem parte do

---

resonate on the level of pure meaning; they have implications for the conduct of social and political life, including life within academic disciplines."

[65]Dominick LaCapra, "Rhetoric and history", **History and criticism**, p. 18. *"In a documentary model, the basis of research is 'hard' fact, derived from the critical sifting of sources, and the purpose of historiography is either to furnish narrative accounts and 'thick descriptions' of documented facts or to submit the historical record to analytic procedures of hypothesis formation, testing and explanation. [...] Indeed all sources tend to be treated in narrowly documentary terms, that is, in terms of factual or referential propositions that may be derived from them to provide information about specific times and places. There is, moreover an explicit or implicit hierarchy among sources, whereby a preferential position is accorded to to seemingly direct informational documents, such as bureaucratic reports, wills, registers, diaries, eye-witness accounts, and so forth."*

cânone erudito, como as grandes obras da Literatura e da Filosofia, acabam recebendo um tratamento reducionista por parte do historiador. A função desses textos, numa abordagem documental, seria meramente a de confirmar ou suplementar as informações já obtidas a partir de fontes documentais, fazendo, assim, com que o uso da Literatura e da Filosofia se tornasse redundante na pesquisa historiográfica. Além disso, essa orientação obscurece o modo como os próprios documentos oficiais apresentam fissuras internas e resistência a uma leitura monológica. Segundo LaCapra:

> A dificuldade é que um modelo documental ou objetivista restrito toma o que é, em certos aspectos, uma condição necessária ou uma dimensão crucial da historiografia, e a converte virtualmente numa definição exaustiva. Ele também desvia a atenção da maneira como os "documentos" em si mesmos são textos que "processam" ou retrabalham a "realidade" e requerem uma leitura crítica que vá além das formas filológicas tradicionais de *Quellenkritik*.[66]

E ainda:

> De fato, na medida em que os componentes de um modelo documental constitui uma condição necessária da historiografia profissional, o historiador enfrentará as tentações recorrentes de fazer da pesquisa em arquivos um fetiche, tentando descobrir algum fato, figura ou fenômeno "injustamente negligenciado", e sonhando com a "tese" à qual seu nome próprio será afixado [...]. Mas um modelo mais interativo de discurso que permita o mútuo – e às vezes mutuamente desafiador – intercâmbio de dimensões "documentais" e "retóricas" da linguagem pode promover uma concepção mais ampla do próprio conhecimento histórico – uma concepção que dê uma nova virada à venerável idéia que a História é ambas, "ciência" e "arte".[67]

Além de censurar o tratamento pouco problemático que os historiadores dão ao textos complexos, e de insistentemente recomendar que eles se abram a uma perspectiva

---

[66] *Ibidem*, pp. 19-20. *"The difficulty is that a restricted documentary or objectivist model takes what is in certain respects a necessary condition or a crucial dimension of historiography and converts it into a virtually exhaustive definition. It also diverts attention from the way 'documents' are themselves texts that 'process' or rework 'reality' and require a critical reading that goes beyond traditional philological forms of* Quellenkritik. *"*

[67] *Ibidem*, pp. 20-21. *"Indeed, to the extent that components of a documentary model constitute a necessary condition of professional historiography, the historian will face the recurrent temptations of making a fetish of archival research, attempting to discover some 'unjustly neglected' fact, figure, or phenomenon, and dreaming of a "thesis" to which his or her proper name may be attached (or a Heath panphlet devoted). But a more interactive model of discourse that allows for the mutual – at times the mutually challenging – interchange of 'documentary' and 'rhetorical' dimensions of language may further a broader conception of historical knowedge*

dialógica no trabalho com as fontes documentais, LaCapra os incita ainda a questionarem as fronteiras disciplinares, que, em seu entender, contribuem para a marginalização da História Intelectual e restringem o campo de possibilidades da História Social. Nesse sentido, "um interesse pela Literatura (ou Filosofia) que fosse além de um escopo estritamente documental," argumenta LaCapra, seria "um sinal de que não se está realmente fazendo História. (A afirmação de que algo não é História geralmente oculta uma premissa maior e uma conclusão: Eu sou um historiador. Portanto, isso não me diz respeito)."[68] Seu próprio trabalho, um entrecruzamento de História e outras áreas afins, tem sido recebido com reservas pela profissão histórica. Para LaCapra, "encontrar ou produzir espaços institucionais para aventuras híbridas é um problema sem soluções prontas, e fadado a gerar paradoxos; é um problema que não se resolve, mas com o qual se tem de viver de maneiras mais ou menos desejáveis."[69] A mistura de gêneros, contudo, não seria uma coisa necessariamente ruim, segundo LaCapra. Ele argumenta que, "na cultura, se 'começa' com o híbrido, e que os gêneros 'puros' ou disciplinas são o resultado de procedimentos de exclusão, e suspeitos tanto em termos intelectuais quanto sócio-políticos."[70] Como maneira de ultrapassar o horizonte estreito ao qual os historiadores estão confinados por suas fidelidades disciplinares, LaCapra sugere a leitura de romances, pois estes, ao mesmo tempo que refletem, também contestam as

---

itself – one that gives a new twist to the venerable idea that history is both 'science' and 'art'."

[68]Dominick LaCapra, "History and the novel", p. 177. *"Historians stressing the importance of close working relations with the social sciences may see fields such as literary criticism as quite alien. The novel itself becomes little more than 'questionble' literary evidence, and interest in literature (or philosophy) that goes beyond narrowly documentary limits is a tell-tale sign that one is nor really doing history. (The assertion that something is not history usually conceals a major premise and a conclusion: I am a historian. Therefore I do not have to be concerned with it.)"*

[69]Dominick LaCapra, **History, politics and the novel**, p. 6. *"Finding or making institutional sites for hibridized ventures is a problem with no ready-made solutions, and it is bound to generate paradoxes; it is a problem one does not solve, but lives with in more or less desirable ways."*

[70]*Ibidem*, p. 6. *"I would even argue that in culture one 'begins' with the hibrid and the 'pure' genres or disciplines are the result of exclusionary procedures that are suspect on both intellectual and sociopolitical*

formações discursivas nas quais se articulam. O contato com esse gênero literário tornaria os historiadores mais sensíveis à complexidade não aparente das fontes históricas, além de indicar formas inovadoras para apresentar os resultados de suas pesquisas.

Embora Hayden White e Dominick LaCapra sejam provavelmente os historiadores americanos mais representativos dentre aqueles que buscaram teorizar o impacto da virada lingüística no âmbito da História nos anos 1980, sua influência fora de seu campo de especialidade – a História Intelectual – foi relativamente modesta. A maioria dos periódicos nos quais figuram textos desses autores, como *History and Theory, New Literary History, Diacritics* e *Critical Inquiry,* pertencem às áreas de Filosofia e de estudos literários, não de historiografia. A publicação de uma série de textos teóricos de historiadores intelectuais na *American Historical Review*, publicação periódica da mais importante associação de profissionais de História nos Estados Unidos, ao final da década de 1980, representou, portanto, uma notável ruptura em relação à situação de marginalização a que, até então, a História Intelectual estava sendo relegada dentro da disciplina histórica.

3. O DEBATE TEÓRICO NA *AMERICAN HISTORICAL REVIEW*

Para além dos diferentes desdobramentos da História Intelectual nas décadas de 1940 e 1950, podemos notar que os historiadores intelectuais, de modo geral, colocavam-se contra o determinismo social e econômico que havia caracterizado a historiografia progressista, e buscavam resgatar a importância dos indivíduos e das mentalidades coletivas.

---

grounds."

Conseqüentemente a História Intelectual afastou-se da História Social, ganhou autonomia, passou a privilegiar os mitos e identidades sociais americanos, e identificou-se a uma corrente conhecida como Movimento dos Estudos Americanos, orientando-se, assim, nos moldes do paradigma consensualista que dominou a produção historiográfica nos Estados Unidos durante aquele período. Contudo, com a emergência dos movimentos de contestação social nos anos 1960, os mitos e imagens de um passado comum americano foram intensamente questionados. Ao mesmo tempo, a História Social americana, alinhando-se aos estudos desenvolvidos pela História Social inglesa e pela Escola de *Annales*, na França, representados, sobretudo, pelas publicações periódicas *Past and Present* e *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations,* expandiu-se consideravelmente, tanto no âmbito acadêmico, com um maior número de teses defendidas, quanto em sua aceitação pela sociedade em geral, por sua ênfase em temas pertinentes a marxistas, feministas e minorias étnicas.

Segundo um estudo realizado por Robert Darnton, a História Intelectual teria se mantido estável, ao longo das décadas de 1960 e 1970, quanto ao número de teses defendidas e cursos ministrados nas mais importantes universidades americanas, perdendo, desse modo, em termos relativos, sua importância acadêmica em comparação com a História Social, que teve um crescimento sem precedentes no mesmo período. Isso levou os historiadores intelectuais a vivenciarem uma sensação de crise em sua subdisciplina. Num artigo escrito ao final dos anos 70, Darnton afirmava:

> Está-se difundindo um mal-estar entre os historiadores das idéias nos Estados Unidos. Vinte anos atrás, eles consideravam sua disciplina como a rainha das ciências históricas. Hoje ela parece ter sido rebaixada. Não ocorreu nenhum destronamento dramático, mas após um realinhamento da pesquisa nas duas últimas décadas, ela agora se encontra cercada de variedades de história sociocultural e de linguagens desconcertantes – *mentalité, epistémè,* paradigma, hermenêutica, semiótica, hegemonia,

desconstrução e descrição densa.[71]

Além da perda de posição em relação à História Social, outro fator que contribuiu para acentuar a sensação de mal-estar de que fala Darnton, diz respeito ao fato de que os historiadores sociais, nos anos 1960 e 1970, vinham empregando, de modo crescente, a noção antropológica de cultura em suas pesquisas, obscurecendo assim as fronteiras que dividiam a História Social da História Intelectual. Se a distinção entre História das Idéias e História Intelectual já era confusa, remetendo-se mais a conjuntos de autores do que propriamente a domínios distintos, a emergência da História Cultural, a meio caminho entre a História Social e a História Intelectual teve como conseqüência um agravamento das confusões. O historiador intelectual William Bowsma, numa avaliação crítica de sua subdisciplina no início dos anos 80, expressou de forma bastante direta o principal motivo para a crise por que passava a História Intelectual na época: "Não precisamos mais de História Intelectual porque nos tornamos todos historiadores intelectuais".[72] Numa classificação das diferentes perspectivas dessa subdisciplina histórica, Robert Darnton mostra como seu campo de estudo pode ser bastante abrangente:

> [...] poderíamos imaginar um espectro vertical onde os temas se transformam gradualmente entre si, passando por quatro categorias principais: a história das idéias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das idéias (o estudo das ideologias e da difusão das idéias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas).[73]

De acordo com a intepretação de Bowsma, a sensação de desnorteamento por

---

[71] Robert Darnton, "História intelectual e cultural", *in*: **O beijo de Lamourette**, São Paulo : Companhia das Letras, 1995, p. 175.

[72] William J. Bowsma, "From history of ideas to history of meaning", in: Theodore K. Rabb, **The new history: the 1980's and beyond**, Princeton : Princeton University Press, 1982, p. 280. *"We no longer need intellectual history because we have all become intellectual historians."*

[73] Robert Darnton, "História intelectual e cultural", p. 188.

parte dos historiadores intelectuais, causada pela ampliação e crescente indefinição de seu campo de estudo, deveria ser vista como sinal de uma mudança positiva para a disciplina histórica como um todo. Segundo Bowsma, o apego a uma noção tradicional de atividade intelectual, entendida como a produção de mentes excepcionalmente dotadas, e geralmente apresentada na forma de textos cujos conteúdos representariam verdades universais e atemporais, estava sucumbindo frente às discussões epistemológicas que se colocavam em praticamente todas as disciplinas de ciências humanas. Cada vez mais conscientes das contradições de seu campo de especialidades, segundo o entendiam, os historiadores intelectuais, de acordo com Bowsma, estariam se afastando de uma concepção tradicional de História Intelectual como o estudo dos grandes autores e das grandes obras, e se voltando, cada vez mais, para uma história da produção e transmissão de significados.

O que caracterizaria a História Intelectual, assim, não seria mais a categoria de objetos que estuda, mas o tipo de questões que levanta, e a principal preocupação dos historiadores intelectuais seria a de relacionar *experiência* e *significado*, como este é imposto àquela e como o próprio significado é uma pré-condição da experiência. A "crise", portanto, adviria do fato de que o significado, entendido por Bowsma como "o que restou de mais importante a ser salvo da História Intelectual", teria sido "proveitosamente apropriado, para seus próprios propósitos, até mesmo por historiadores daquelas dimensões da experiência humana mais afastadas dos sublimes interesses da História Intelectual."[74] Tendo escrito esse artigo no início da década de 1980, suas perspectivas para as décadas seguintes eram bastante otimistas. Bowsma acreditava que haveria um "crescente interesse pelos significados

[74]William Bowsma, "From History of ideas to history of meaning", p. 283. *"[...] the concern with meaning, which I take to be the remnant cheifly woth saving from intellectual history, has been profitably appropriated for their own purposes even by historians of those dimensions of human experience farthest removed from the*

expressos por toda espécie de ação humana no passado", e que, desse modo, a disciplina histórica se fortaleceria e desenvolveria novas estratégias, mais adequadas ao tipo de estudo que então se desenvolveria. Dois campos que, segundo Bowsma, teriam muito a oferecer aos historiadores seriam a *antropologia*, que, opondo-se a uma hierarquização das faculdades humanas e concebendo a personalidade humana como um todo, evitaria uma visão reducionista do ser humano, e a *linguística*, uma vez que, nas palavras de Bowsma, "o mundo humano e social com o qual os historiadores estão interessados, de um modo ou de outro, pode ser descrito como uma vasta produção retórica."[75]

Se tomarmos um texto de John Toews para a *American Historical Review*, publicado em 1987 – seis anos, portanto, após o artigo de Bowsma, e sete anos após o texto de Darnton – descrevendo o estado em que se encontrava a História Intelectual na época, podemos perceber um fortalecimento da História Intelectual no âmbito da historiografia profissional americana e a realização de grande parte das expectativas de Bowsma para essa subsciplina. Realizando uma análise crítica de uma série de livros publicados entre 1984 e 1986, na área da História Intelectual, Toews se mostrava admirado com o fato de que, em todos eles, a História Intelectual fosse concebida como uma área de estudos multidisciplinar, e que todos esses livros revelassem um interesse pela questão do significado, e de como este se constitui através da linguagem. E, de fato, o problema da linguagem havia sido levado em consideração em tal profundidade que Toews chegava mesmo a notar formas extremas de teorias linguísticas aplicadas ao estudo da História, nas quais a realidade histórica era reduzida à pura relação da linguagem consigo mesma:

---

sublime concerns of intellectual history.

[75] *Ibidem*, p. 290. *"The humana and social world with which historians are all, in one way or another, concerned, might therefore be described as a vast rhetorical production; and rhetoric is likely to become a major tool of*

> Disputas emergem a partir de um interesse pelas implicações de um comprometimento com a teoria semiológica do significado em sua forma extrema. Tal comprometimento pareceria implicar que a linguagem não só molda a realidade vivenciada, como também a constitui, e que linguagens diferentes criam mundos diferentes, descontínuos e incomensuráveis, que a criação do significado é impessoal, operando "por trás das costas" dos usuários da linguagem, cujas ações linguísticas podem meramente exemplificar as regras e procedimentos das linguagens em que eles habitam, mas não controlam, que todos os usos especializados da linguagem numa cultura (científicos, poéticos, filosóficos, históricos) são similarmente determinados por e constituídos de seus objetos putativos. Nesta perspectiva, a historiografia seria reduzida a um subsistema de signos linguísticos constituindo seu objeto, "o passado", de acordo com as regras pertencentes à "casa-prisão da linguagem" habitada pelo historiador.[76]

Toews se colocava firmemente contra essa tendência, afirmando que os "mundos [de significado constituídos a partir da linguagem] não são criações *ex nihilo*, mas resposta a, e expressões de mundos mutantes de experiência, em última instância não redutíveis às formas linguísticas nas quais eles aparecem."[77] Ele identificava, nessa área de estudos históricos, uma "necessidade premente de repensar a relação entre experiência e significado com a mesma intensidade crítica que tem sido devotada à exploração dos modos pelos quais o significado é constituído na linguagem."[78] Dois anos mais tarde, contudo, a *American Historical Review*, o mesmo periódico em que Toews havia lançado esse apelo para que os historiadores intelectuais não perdessem de vista a experiência em suas incursões rumo à busca do significado, abria um fórum de discussões com um artigo de David Harlan, que não

---

the new intellectual history."

[76]John E. Toews, "Intellectual history after the linguistic turn: the autonomy of meaning and the irreducibility of experience", **American Historical Review**, vol. 92, n. 4, Oct 1987, p. 882. *"Disputes arise from a commitment to a semiological theory of meaning in its extreme forms. Such a commitment would seem to imply that language not only shapes experienced reality but constitutes it, that different languages create different, discontinuous, and incommensurable worlds, that the creation of meaning is impersonal, operating 'behind the backs' of language users whose linguistic actions can merely exemplify the rules and procedures of languages they inhabit but do not control, that all specialized language usages in a culture, (scientific, poetic,philosophical, historical) are similarly determined by and constitutive of their putative objects. Within this perspective, historiography would be reduced to a subsystem of linguistic signs constituting its object, 'the past', according to the rules pertaining in the 'prisonhouse of the language' inhabited by the historian."*

[77]*Ibidem*, p. 882. *"[...] these worlds are not creations* ex nihilo *but responses to, and shapings of, changing worlds of experience ultimately irreducible to the linguistic forms in which they appear."*

[78]*Ibidem*, p. 906. *"[...] current work among intellectual historians of the younger (post 1968) generation reveals a pressing need to rethink the relationship between experience and meaning with the same critical intensity*

só descartava a possibilidade de resgate de uma experiência original através da leitura de textos, como também colocava em questão o *status* epistemológico do próprio significado.[79]

Logo no início de seu artigo, Harlan constatava um retorno da Literatura à História Intelectual – e pelo termo "Literatura", devemos entender mais precisamente "Crítica Literária", especialmente em sua vertente pós-estruturalista. De acordo com Harlan, esse retorno teria mergulhado os estudos históricos em uma profunda crise, "questionando nossa crença num passado fixo e determinável, comprometendo a possibilidade de representação histórica e abalando nossa habilidade de nos localizarmos no tempo".[80] Tal crise, preparada em primeira instância por Ferdinand de Saussure – para o qual a linguagem não seria simplesmente a representação da experiência, mas a sua própria realidade – teria sido levada às últimas conseqüências pelos pós-estruturalistas franceses – Barthes, Foucault e Derrida – que negavam a correspondência, ainda admitida por Saussure, entre o significante e o significado. Sem o significado, que garantiria um ponto arquimediano, uma referência transcendental que tornaria possível a interpretação inequívoca de um conceito ou idéia, "ficamos [somente] com uma cadeia infinita de significantes, nos quais o sentido é sempre postergado e finalmente ausente".[81]

Partindo, pois, das premissas estabelecidas pelos pós-estruturalistas franceses, Harlan inicia um ataque à pretensão de alguns autores ligados à história intelectual de

---

and sophistication that has been devoted to exploring the ways in which meaning is constituted in language."

[79] *Cf.* David Harlan, "Intellectual history and the return of literature", **American Historical Review**, vol. 94, n. 3, June 1989, pp. 581-609.

[80] *Ibidem*, p. 581. *"The return of literature has plunged historical studies into an extended epistemological crisis. It has questioned our belief in a fixed and determinable past, compromised the possibility of historical representation, and undermined our hability to locate ourselves in time".*

[81] *Ibidem*, p. 582. *"The poststructuralists first attacked Saussure's understanding of the sign as the union of a word (the signifier) and the idea or object for which it stands (the signified). For Jacques Derrida, Roland Barthes and others, this presumed unity is a fiction: signifiers are not bound to signifieds; they merely point to other signifiers. Instead of a structured system generating fixed meanings, we were left with an endless*

encontrar o "verdadeiro" sentido de um texto, aquilo que o texto "realmente" quer nos dizer. Os alvos privilegiados para o ataque de Harlan são Quentin Skinner e J.G.A. Pocock, membros do chamado "Grupo de Cambridge" e importantes comentadores no campo da filosofia política moderna. De acordo com a interpretação de Richard Tuck, as reflexões deste grupo de autores – que, além de Skinner e Pocock, incluiria também John Dunn – constituíam uma reação a, de um lado, uma propensão na história do pensamento político de buscar verdades eternas e atemporais nos textos clássicos de teoria política, e, de outro lado, à tendência de muitos manuais em buscar inculcar valores, em função de uma vaga noção de "cidadania", a partir de "um conjunto particular de textos plausíveis e não muito estranhos, que diferiam entre si de modo intelectualmente estimulante."[82] Essa reação, na verdade, se expressava de diferentes maneiras. No caso de Skinner e Dunn, tratava-se de recuperar as intenções *particulares* e *historicamente determinadas* dos autores do passado, com base num estudo do contexto no qual estes autores viviam. Já o projeto de Pocock era o de resgatar as práticas linguísticas de sociedades do passado de modo a iluminar a leitura dos grandes textos de teoria política nelas produzidos. Apesar das distinções de ênfase, os membros do Grupo de Cambrige tinham a convicção comum de que o objetivo primordial da história do pensamento político seria o de determinar o que os autores do passado queriam realmente dizer com os textos quer escreveram, e para isso uma relação dos textos com seus respectivos contextos – fossem eles sociais ou linguísticos – seria fundamental.

Em um artigo intitulado "Hemeneutics and the role of history", Skinner

---

chain of signifiers in which meaning is always deferred and finally absent".

[82]Richard Tuck, "History of political thought", in: Peter Burke, **New perspectives in historical writing**, Pennsylvania : Pennsylvania University Press, p. 200. *"The idea was that a disparate set of values could be inculcated into the citizenry through an education in a particular set of plausibe and not too exotic texts, which differed among themselves in an intellectual stimulating way."*

afirmava-se arauto de duas novas ortodoxias: a primeira consistindo na "visão de que as intenções de um autor em sua escrita são fundamentais para o significado daquilo que ele escreve"; a segunda no fato de que, "se temos em vista a recuperação das intenções de um autor em um dado trabalho, devemos fazer do estudo *contextual* das pressuposições e convenções que o cercam o alicerce de nossos procedimentos interpretativos".[83] Contudo, se, como quer Harlan, a filosofia francesa contemporânea solapou nossa crença na possibilidade de recuperação de um sentido primordial nos textos que lemos, e se toda leitura é necessariamente filtrada pelas camadas de interpretação que se construíram em torno do texto lido, então a iniciativa de Skinner seria epistemologicamente inadequada. Skinner, devemos reconhecer, não se manteve alheio a estas questões, e num ensaio posterior, servindo de introdução a uma coletânea de textos teóricos, ele identificava um retrocesso do empirismo nas ciências sociais, que seguia o modelo proposto por Karl Popper, e a emergência de teorias como as de Thomas Khun, Michel Foucault e Richard Rorty, entre outros, nas quais "o estudo daquilo que podemos saber com certeza, começa a configurar-se como impossibilidade", fazendo assim com que sejamos "ameaçados pelo espectro do relativismo epistemológico."[84]

J. G. A. Pocock, embora tenha reconhecido e mostrado simpatia pela metodologia e pela fundamentação teórica proposta por Skinner à História das Idéias, acabou orientando suas pesquisas num sentido diferente. Enquanto Skinner buscava justificar sua abordagem na teoria dos atos da fala, proposta por autores de filosofia analítica, como John

---

[83]Quentin Skinner, "Hermeneutics and the role of history", **New Literary History**, 7 (1975-76), p. 218. *"I now turn to comment on two ortodoxies. It scarcely seems necessary, however, to offer any extended comments on the first - the view that an author's intentions in writing are crucial to the meaning of what he writes. [...] There seems more to be said, however, about the second and more fundamental view I have examined - that if we are concerned with recovering an author's intentions in a given work, we must make the* contextual *[sem grifo no original] study of its surrounding assumptions and conventions the pivot of our interpretative procedures. As I have indicated, this is an issue on which current literary theorists are sharply divided."*

[84]Quentin Skinner (org.), **As ciências Humanas e seus grandes pensadores**, Lisboa : Dom Quixote, 1992, p. 21.

Austin e John Searle, o que lhe permitia notar uma equivalência entre atos sociais e atos linguísticos, e, por consequência, entre textos e eventos históricos, Pocock procurava reconstruir as linguagens conceituais dos personagens históricos do passado para, desse modo, ser capaz de identificar o sentido original dos textos de teoria política do passado. Por meio dessa abordagem Pocock pôde, por exemplo, chegar à conclusão de que os leitores contemporâneos de Locke, por limitações linguísticas, não estavam aptos a perceber as implicações revolucionárias que gerações posteriores identificariam no *Segundo Tratado sobre o Governo Civil.* Pocock, assim, com um novo refinamento teórico, reafirmava a importância do *contexto* histórico, já salientada por Skinner, pois, em suas palavras, "cada uma das distintas expressões idiomáticas com os quais um textos pode ser composto é, em si mesma, um contexto." Pocock afirmou ainda que "chegamos a um ponto em que podemos ver que cada contexto de linguagem indica um contexto social, político ou histórico em que ele próprio está situado", e que, sendo assim, "somos obrigados [...] a reconhecer que cada linguagem, até certo ponto, seleciona e prescreve o contexto no qual ela deve ser reconhecida."[85]

Numa apreciação crítica dos estudos históricos de teoria política até meados da década de 1980, Pocock identificava duas grandes correntes: a primeira por ele chamada de "História do Pensamento Político", que não havia perdido de vista o papel dos grandes autores como sujeitos históricos criativos; e outra, que, por falta de melhor terminologia, ele chamou

---

[85]John Pocock, **Virtue commerce and history: essays in political thought and history, chiefly in the eighteeenth century**, Cambridge : Cambridge University Press, 1986. p. 12. *"Each of the distinguishable idioms of which a text may be compounded is a context in its own right: a way of speaking that seeks to prescribe what things may be said in it and that precedes and may outlast the speech act performed within its prescriptions. [...]We have reached a point where we can see that each language context betokens a political, social, or historical context within which it is itself situated; we are obliged at the same point, however, to acknowledge that each language to some degree selects and prescribes the context within which it is to be recognized".*

de "História do Discurso", interessada não nas idéias de indivíduos, escritores excepcionalmente talentosos do passado, mas nas regras governando a formação e transformação de formações discursivas.[86] Embora Pocock reconhecesse, na profissão histórica, um deslocamento da primeira para a segunda abordagem, ele se colocava firmemente como defensor de uma História do Pensamento Político, "de homens e mulheres que pensam", em função de seu comprometimento com uma "ideologia liberal". David Harlan, porém, criticou contundentemente as pretensões de Pocock. De acordo com Harlan, o foco de Pocock "nas linguagens ou discursos que se desenvolvem, se expandem, se contraem e se substituem ao longo de grandes intervalos de tempo tende a obscurecer as contribuições dos pensadores individuais, o que certamente não é a intenção dos historiadores de Cambridge." Desse modo, mesmo sem pretender, Pocock teria enviado "Thomas Hobbes, [John] Locke e gigantes do pensamento intelectual inglês a um 'limbo conceitual'."[87] Ainda de acordo com Harlan, podemos perceber em Pocock um anseio pela "presença" do autor que, em última análise, nos remeteria a uma noção metafísica de "transcendência", desconstruída pela filosofia de Jacques Derrida, ou a uma noção de "sujeito", pulverizada pelo método arqueológico de Foucault. Às linguagens conceituais de que trata Pocock, Harlan contrapôs a

---

[86] *Cf.* John Pocock, **Virtue, commerce and history**, pp. 1-34. Na verdade, toda a introdução a essa obra é uma tentativa de explorar os pressupostos e implicações dessas duas correntes e assegurar a validade da primeira. Logo nas primeiras páginas ele já esboça seu propósito: *"I have already used two terms, the history of political thought and the history of political discourse, which are discernbly not identical. [...] Nevertheless, the change that has come over this branch of historiography [sc. the history of ideas] in the past two decades, may be characterized as a movement away from enphasizing history of thought (and even more sharply, of 'ideas') toward enphasizing something rather different, for which 'history of speech' or 'history of discourse', although neither of them unproblematic or irreproachable,may be the best terminology so far found. To show how this movement has come about, and what it entails, is necessary in order to introduce its practice."*

[87] David Harlan, "Intellectual History and the return of literature", p. 590. *"But here we come upon the central problem of Pocock's approach: the focus on languages or discourses as they evolve, expand, contract, and discplace one another over long streches of time tends to obscure the contributions of individual thinkers, certainly not the intention of the Cambridge historians. But even in their own field of British political thought, their work sent Thomas Hobbes, Locke and the other giants of the British past into a 'conceptual limbo'."*

teoria foucaultiana do discurso. Segundo Foucault, este deveria ser entendido não como "a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece e que o diz: é, pelo contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo."[88]

Harlan, partindo de uma abordagem pós-estruturalista, não pretende negar que existam diferenças significativas entre "grandes" e "pequenos" textos. Obras consagradas pela tradição filosófica e literária, como a *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, a *Genealogia da Moral*, de Nietzsche, ou *Os Irmãos Karamazov*, de Dostoievsky, nesse sentido, não perderiam seu *status* privilegiado no cânone ocidental, pois possuiriam características intrínsecas que as destacariam e as elevariam frentes aos demais tipos de textos. Para defender esse ponto de vista, Harlan invoca, entre outras coisas, a distinção feita pelo historiador Dominick LaCapra entre "trabalhos complexos" e "documentos". As obras incluídas no primeiro tipo, contrariamente aos "documentos" seriam aquelas que não atestam simplesmente os valores culturais do momento em que foram escritas, mas os contestam e subvertem, de modo muitas vezes sutil, forçando o leitor a um engajamento mais íntimo e mais crítico com o texto.

Como alternativa às abordagens de Skinner e Pocock, Harlan sugere que nos inspiremos na tradição interpretativa rabínica, para a qual o importante não é a recuperação de um significado morto, que interessaria somente a necrófilos, mas a construção de um significado vivo, relevante para nós que vivemos os desafios do presente. A tradição rabínica, nesse sentido, apresentaria afinidades com o pensamento pós-estruturalista, tal como interpretado por Harlan, pois daria ênfase à pluralidade de significados na leitura dos textos e

[88]Michel Foucault, **Arqueologia do saber**, 5. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1997, pp. 61-62.

na autonomia destes em relação a seu contexto histórico.[89] E mais, Harlan indica exemplos de estudos historiográficos nos quais transparece a preocupação em desligar as fontes textuais de seus contextos putativos e resituá-los no presente, de modo a fazer de seus autores familiares parceiros de conversa. Obras como *The bounds of sense*, de P. F. Strawson, que adapta o pensamento de Kant para o leitor do século XX, *Cartesian Linguistics*, de Noam Chomsky, que constitui uma "projeção passada de certas idéias de interesse contemporâneo", *Exodus and Revolution*, de Michael Walzer, que apresenta a história bíblica do êxodo do Egito como modelo para situações revolucionárias no presente, ou ainda *The bard of savagery*, de John P. Diggins, que apresenta um estudo comparativo entre Marx, Weber e Veblen, como se eles fossem contemporâneos e estivessem dialogando entre si, representariam de maneira paradigmática o tipo de abordagem não contextualista proposto por Harlan.[90]

O artigo de Harlan, como não poderia deixar de ser, provocou um forte impacto entre os profissionais de História. Repleto de metáforas e hipérboles, ele assumia um tom deliberadamente provocativo, colocando-se, assim, como alvo de ataque de historiadores avessos ao enfoque pós-estruturalista. Tomemos, por exemplo, o seguinte parágrafo:

---

[89] Pedro Paulo Funari, numa resenha da obra de David Banon, **Le Midrach**, Paris : Presses Universitaires de France, 1995, tece considerações bastantes esclarecedoras acerca da tradição rabínica a que Harlan faz referência: "O Midrach, enquanto categoria propriamente judaica de interpretação, pode ser definido como um "exame, interrogação' (derivado da raiz *daroch*). Recorrendo ao conceito de *différénce* de Derrida para caracterizar a exegese midráchica como a exploração de uma espécie de 'incubação do sentido, como sua temporização, como se se houvesse semeado o relato ou texto de um elemento de significação que amadurecerá mais tarde' (p. 72). A *Torah* Escrita sempre foi considerada como prenhe de significações ambíguas, a serem descobertas ou inventadas. O Midrash é, pois, uma exploração da letra do texto, a buscar um pretexto para a reflexão, uma leitura infinita. As modalidades de procedimentos metodológicos são a mahloquete (diálogo entre mestres, a intersubjetividade) e a *guezerá chava* (analogia semântica ou intertextualidade). A exegese retorna ao texto, dando ao texto bíblico sua própria autonomia ao livrá-lo de seu contexto histórico original. A partir das alusões (*remazin*) visa a prescrição (*halaka*). A *aggada*, produto da Palestina (*eretz Israel*) baseia-se na *petiha* (abertura) e utiliza-se, amplamente, do jogo de palavras entre o hebraico da Bíblia e o aramaico, como no caso do *Bereshit* (Gênesis), palavra inicial que significa 'no início', interpretada como '*bara chit*', 'criou seis', em aramaico". Pedro Paulo Funari, "Le Midrach", **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 17, 1999, pp. 125-126.

[90] David Harlan, "Intellectual history and the return of literature", p. 602-608.

> Historiadores são pessoas céticas. Para eles cada um deveria guiar-se confiando no seu próprio nariz, como um cão de caça. Eles receiam que, uma vez deixando-se distrair por uma teoria, eles passarão seus dias a vagar por um labirinto cognitivo do qual não encontrarão o caminho que os conduza à saída. A crítica literária é certamente o pior destes labirintos, especialmente em sua versão pós-moderna. Os historiadores desviam seus olhos, mas o pouco que vêem confirma seus mais terríveis temores: a teoria literária é esotérica, subversiva, anarquista - algo que se deveria evitar como uma questão de higiene intelectual. Como o editor do *Critical Inquiry* explicou recentemente, pessoas de senso comum tipicamente consideram a teoria literária como profissionalmente indecorosa, politicamente sem efeito, moralmente niilística, cognitivamente inconsequente, estilisticamente hedionda e intelectualmente perigosa. Ela é percebida como uma invenção estrangeira (especialmente francesa), uma moda passageira, uma sacola de truques facilmente domesticável, e um tentação irresistível para os jovens.[91]

Comparar toda uma categoria profissional a um cão de caça que só se deixa guiar pelo próprio nariz certamente não é uma atitude que poderia ser qualificada como sendo das mais simpáticas. Afirmar que os historiadores fogem da pós-modernidade, atemorizados e receosos de se perderem em um labirinto cognitivo tampouco é algo que qualifique Harlan entre seus colegas de ofício. Além de condená-los por sua suposta estreiteza de perpectivas teóricas, Harlan também os acusava de intolerância com relação a abordagens alternativas no estudo da História.[92]

Ao artigo de Harlan seguiu-se uma réplica, de autoria de David Hollinger, um dos autores discutidos por Harlan por causa de sua orientação contextualista no estudo da História Intelectual. Hollinger apontava uma série de imprecisões na argumentação de Harlan e no discurso pós-modernista e pós-estruturalista de maneira geral, sendo que em seu texto

---

[91] *Ibidem*, p. 583. *"Historians are a skeptical lot. They tend to feel that one should trust one's nose, like a hunting dog. They are afraid that if they once let themselves be distracted by theory they will spend their days wandering in cognitive labyrinth from which they will find no way to depart. Literary criticism is clearly the worst of these labyrinths, especially in its postmodern version. Historians avert their eyes, but what little they hear confirms their worst fears: literary theory is esoteric, subversive, anarchistic - something one should avoid as a matter of intellectual hygiene. As the editor of* Critical Inquiry *recently explained, persons of common sense typically regard literary theory as professionally disreputable, politically ineffectual, morally nihilistic, cognitively inconsequential, stylistically hideous, and intellectually dangerous. It is perceived as a foreign invention (mainly French), a passing fashion, a too-easily domesticated bag of tricks, and an inexplicable temptation for the young".*

prevalecia um tom de sarcasmo tão ou mais ácido que o de Harlan.[93] Este, por exemplo, havia comparado o significado de qualquer texto a um filho pródigo que, ao abandonar a casa paterna – ou seja, a presença de seu autor – inicia um caminhar errante para nunca mais voltar.[94] Com isso, Harlan queria dizer que, uma vez escritos, os textos de que trata a História Intelecual ganham novos significados, a despeito das intenções do autor, a partir das múltiplas leituras que fazemos desses textos e das tradições interpretativas que se formam em torno deles. Hollinger, espirituosamente, intitulou sua réplica "The return of the prodigal: the persistence of historical knowing"; e, contrariado com o que, de seu ponto de vista, seriam interpretações equivocadas de Harlan a respeito de seus escritos e suas idéais, desabafou: "Aqui [no artigo de Harlan] meu texto 'pródigo' está sendo partido em pedaços e separado de mim. Será que o 'retorno da Literatura' dá licença a semelhante abuso?"[95]

Em sua Réplica a Harlan, Hollinger reconhecia a contribuição da teoria literária para uma reflexão crítica acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos da História Intelectual, mas achava leviano o entusiasmo de Harlan pelo pós-estruturalismo, censurando-o pelo fato de ter limitado suas reflexões a textos puramente teóricos, raramente confrontando seus argumentos com os trabalhos monográficos dos autores que discutia. "Em todo [o artigo]," comentou Hollinger, "Harlan trata a discussão teórica sobre a História Intelectual como se esta fosse um discurso autônomo, ao invés de um comentário sustentado sobre a prática."[96] Após uma série de observações ao artigo de Harlan – algumas delas até bastante

---

[92] *Ibidem*, p. 607-608.

[93] David Hollinger, "The return of the prodigal: the persistence of historical knowing", **American Historical Review**. v. 94, n. 3, June 1989, p. 581-609.

[94] David Harlan, "Intellectual history and the return of literature" cit. p. 600. *"[...] no texto can ever hope to rejoin its father, that it is the fate of every text to take up the wanderings of a prodigal son that does not return."*

[95] David Hollinger, "The return of the prodigal", p. 610. *"Here, my 'prodigal' text is being torn asunder and alienated from me. Does the 'return of literture' licence such abuse?"*

[96] *Ibidem*, p. 614. *"Throughout, Harlan treats the theoretical discussion of intellectual history as if it were an*

insignificantes, como errar o número de um página ao referenciar um texto citado –, Hollinger finalizava sua resposta ao artigo de Harlan reafirmando suas convicções teóricas: "Eu não possuo um cálculo para medir a relativa agência da intenção autoral, mas eu acredito que os autores permanecem presentes em seus textos o suficiente para justificar que ouçamos suas vozes." E ainda: "Eu não entendo o mistério do conhecimento, mas acredito que esse mistério sobreviveu ao retorno da Literatura."[97]

Logo na primeira sentença de sua resposta a Hollinger, é visível a indignação de Harlan: "David Hollinger pensa que me tornei um tiete acompanhando a turnê pós-estruturalista."[98] Neste segundo artigo Harlan se propõe, então, a rebater as acusações de Hollinger, primeiramente argumentando que a interpretação que havia feito de seu texto não era, de modo algum, equivocada, e voltando a insistir nas questões teóricas já apresentadas em seu primeiro artigo. No número seguinte da *American Historical Review* Joyce Appleby apresentava um texto intitulado "A good turn deserves another", no qual se voltava a discutir, de forma crítica, os problemas da História Intelectual levantados no texto de Harlan.[99] A discussão, porém, não se encerrava aí. Algum tempo depois Russel Jacoby publicava, na *American Historical Review,* um artigo em que ele abertamente atacava não só o posicionamento de Harlan, como também as abordagens de Hayden White, Dominick LaCapra, Sande Cohen, e Allan Megill.[100] A este artigo seguiu-se ainda um outro, de Dominick LaCapra, como resposta às considerações de Jacoby acerca de seu trabalho.

---

autonomous discourse, rather than a sustained commentary on practice."

[97] *Ibidem*, p. 621. *"I do not posses a calculus for measuring the relative agency of authorial intention, but I believe that authors remain present enough in texts to justify our listening to their voices. I do not understand the mystery of knowing but I believe that this mystery has survived the return of literature."*

[98] David Harlan, "A reply to David Hollinger", **American Historical Review**, vol. 94, n. 3, June 1989, p. 622. *"David Harlan thinks I have become a groupie in the poststructuralist's road show.*

[99] *Cf.* Joyce Appleby, "A good turn deserves another: moving beyond the liguistic; a response to David Harlan", **American Historical Review**. v. 94, n.5, 1989. p. 137-153.

Sequelas desse debate podem ser ainda encontradas fora das páginas da *American Historical Review*, como é o caso de um artigo de Martin Jay, intitulado "The historical approach to intellectual history", que se dirigia diretamente a essa questão, e que foi primeiramente publicado no periódico *Strategies*[101], além de escritos posteriores de Harlan.[102]

O debate em torno do artigo de David Harlan para a *American Historical Review*, naturalmente, envolveu questões pessoais e institucionais. Ao investir contra o modelo de História do Pensamento Político desenvolvido pelos membros do Grupo de Cambridge, notadamente Quentin Skinner e J. G. A. Pocock, Harlan também tinha em vista os adeptos desse modelo no outro lado do Atlântico, David Hollinger em especial, embora as referências a este em seu artigo original não tivessem sido tão diretas nem tão enfáticas. Além disso, a disputa por prestígio institucional, seja entre a História Social e a História Intelectual, ou seja entre a diferentes linhas de pesquisa no interior desta última, também contribuiu decisivamente para os rumos que tomou o debate. Num universo intelectual e acadêmico fragmentado e competitivo, e numa disciplina igualmente dividida, sempre haverá aquele fragmento, aquela subdisciplina ou tendência teórico-metodológica que buscará desempenhar um papel hegemônico frente às demais.

Na introdução de um livro publicado em 1997 – oito anos, portanto, após a publicação de seu polêmico artigo sobre o retorno da Literatura à História Intelectual – Harlan reconheceu um certo refluxo do pós-modernismo nas discussões acadêmicas: "[...] talvez o momento pós-modernista tenha, de fato, vindo e ido embora."[103] Entretanto, o declínio do pós-

---

[100] *Cf.* Russel Jacoby, "A new intellectual history?", **American Historical Review**. v. 97, n. 2, p, 1992. 405-424.

[101] O artigo em questão foi posteriormente incluído numa coletânea. Martin Jay, **Force fields: between intellectual history and cultural critique**, New York : Routledge, 1993, pp. 158-166.

[102] David Harlan, **The degradation of American History**, Chicago : University of Chicago Press, 1997.

[103] David Harlan, **The degradation of American History**, p. xx. *"Perhaps she [Gertrude Himmelfarb] is right;*

modernismo como modismo intelectual pode ser vantajoso, na medida em que permita melhor discernir o que realmente mudou no campo da historiografia norte-americana e, mais especificamente, na área da História Intelectual. O impacto do pós-modernismo, devemos admitir, não foi pequeno, e, como atesta David Harlan, "no seu caminho em direção à porta de saída ele [o pós-modernismo] derrubou uma dos mais importantes pressupostos da escrita histórica americana. Como um observador o colocou, 'a objetividade, aquele monarca pouco esperto, que reinava despoticamente a disciplina da História desde o final do século XIX, encontra-se destronado'."[104] E mais:

> Nenhum historiador, nem mesmo aquele que tenha decidido evitar ler Foucault e Derrida como uma questão de higiene intelectual, pode deixar de estar alarmado com a impressionante superprodução de informações sobre o passado – não somente a enchente de novos relatos históricos em si mesmos, mas a impressionante proliferação ingovernável de novos temas históricos, novas perspectivas, novas interpretações, novas teorias e estilos de apresentação. Nem é possível imaginar a chegada iminente de algum novo mestre historiador que nos brindará com uma interpretação do passado tão poderosa e arrebatadora que trará ordem ao caos e estabelecerá um novo paradigma para a escrita da História [...]. Não só falta-nos interpretações organizadoras e modelos exemplares amplamente reconhecidos (embora tenhamos muitas superestrelas acadêmicas), como também não temos procedimentos estabelecidos para a avaliação de todas essas novas interpretações.[105]

Dentre as questões herdadas do impacto do pós-modernismo nos estudos históricos, e associadas de perto ao debate a respeito da História Intelectual na *American Historical Review*, podemos levantar três como sendo as mais relevantes: (1) a *narrativa*

---

perhaps the postmodern moment has indeed come and gone."

[104] *Ibidem*, p. xx. *"But on its way out of the door it [sc. postmodernism] pulled down one of the most important assumptions of American historical writing. As one observer put it, 'Objectivity, that dull-witted monarch who despotically ruled the discipline of history since the late nineteenth-century, lies dethroned."*

[105] *Ibidem*, p. xxii. *"No historian, even one who has made up his mind to avoid reading Derrida and Foucault as a matter of intellectual higiene, can fail to be alarmed at the astonishing overproduction of information about the past – not just the flood of new historical accounts themselves, but the seemingly ungovernable proliferation of new historical subjects, new perspectives, new interpretations, new theories and styles of presentation. Nor is it possible to imagine the imminent arrival of some new master historian who will present us with an interpretation of the past so powerful and compelling as to bring order out of chaos and establish a new paradigm for writing history [...] Not only do we have no dominant organizing interpretations and generally recognized exemplars (though we have plenty of academic superstars), we have no established procedure for evaluating all these new interpretations."*

como entrecruzamento das disciplinas de História, Literatura e Filosofia, (2) a relação texto/contexto, e, intimamente associada a esta, (3) o problema da referência histórica, seu alcance, seus limites e sua relevância para o trabalho do historiador. Antes, porém de entrarmos diretamente nessas questões, é importante proceder a um mapeamento das principais tendências pós-modernas e de suas repercussões para o ofício do historiador.

CAPÍTULO II

A HISTÓRIA SITIADA

O historiador britânico Richard J. Evans, num livro sugestivamente intitulado *In defense of history*, observa que "a demarcação de fronteiras disciplinares nunca foi uma boa idéia para os historiadores". "Durante séculos", continua Evans, "eles tiraram proveito incomensuravelmente da invasão de disciplinas vizinhas, começando com a Filologia, o fundamento da crítica das fontes associado ao nome do grande historiador alemão Leopold von Ranke, no século XIX, e tendo continuidade com a Economia, Sociologia, Estatística, Geografia, Psicologia e outras forças de fora à medida em que o tempo passava".[1]

Nas últimas décadas, porém, o diálogo com as demais disciplinas acadêmicas tem sido acompanhado por muitos historiadores com apreensão, e a incorporação de *insights* provenientes de outras áreas – especialmente a Literatura – tem sido vista como uma *ameaça* à disciplina histórica. Segundo a avaliação de David Harlan, "o retorno da Literatura mergulhou os estudos históricos numa profunda crise epistemológica. [...] O resultado disso tudo tem sido a redução do conhecimento histórico a um tecido de tramas e retalhos,

---

[1]Richard J. Evans, **In defense of history**, New York : W. W. Norton & Company, 1999, p. 7. *"Drawing up the disciplinary drawbridge has never been a good idea for historians. For centuries they have profited immeasurably from the invasions of neighboring disciplines, starting with philology, the foundation of the methods of source criticism associated with the name of the great German historian Leopold von Ranke in the nineteenth century, and moving on through economics, sociology, anthropology, statistics, geography, psychology, and other alien forces as time has gone on."*

constituindo uma ausência essencial" .[2] Robert Berkhofer faz eco a Harlan ao afirmar que "a Teoria Literária contemporânea desafia até mesmo os fundamentos da prática histórica profissional corrente ao negar a factualidade em que repousa a autoridade da própria História."[3] Observações semelhantes são feitas também por historiadores contrários ao pós-modernismo. De acordo com Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margareth Jacob, a crítica pós-moderna "ataca os próprios fundamentos do conhecimento histórico e científico".[4] Keith Windschuttle, também receoso de que o diálogo interdisciplinar tenha ido longe demais, adverte que, "se os historiadores permitirem que sejam estimulados a ir até o fim deste abismo teórico, eles acabarão produzindo a extinção de si mesmos e de sua disciplina."[5]

Todo este cenário leva Evans a se perguntar, já que a História se abriu em outras ocasiões à influência das Ciências Sociais, "por que não [se abrir] também às influências da Crítica Literária e da Análise Lingüística?"[6] O problema é que, enquanto a História buscava em outras disciplinas *métodos* e *técnicas* de pesquisa, ainda era possível conceber a autonomia e mesmo a primazia do saber historiográfico frente ao conjunto de "ciências auxiliares". Nas

---

[2]David Harlan, "Intellectual history and the return of literature", **American Historical Review**, vol. 94, n. 3, Jun 1989, p. 581. *"The return of literature has plunged historical studies into an extended epistemological crisis. [...] The result of all this has been to reduce historical knowledge to a tissue of remnants and fabrications concealing, it is said, an essential absence"*

[3]Robert Berkhofer, "The challenge of poetics to (normal) historical practice", *in*: Keith Jenkins (ed.). **The postmodern history reader**, London : Routledge, 1998, p. 139. *"Contemporary literary theory defies the very intellectual foundations of current professional historical practice by denying the factuality that gounds the authority of history itself".*

[4]Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margareth Jacob, **Talking the truth about history**, New York : W. W. Norton and Company, 1995, p. 200. "Their critique has gone beyond specific denunciations of the ideological character of American history or Western science to attack the very foundations of historical and scientific knowledge."

[5]Keith Windschuttle, **The killing of history: how literary critics and social theorists are murdering our past**, San Francisco : Encounter Books, 1996, p. 37. *"In other words, if historians allow themselves to be prodded all the way to this theoretical abyss, they will be rendering themsevlves and their discipline extinct."*

[6]Richard J. Evans, **In defense of history**, p. 8. *"Why not influences of literary criticism and liguistic analysis as well?"*

últimas décadas, pelo contrário, o contato com os demais campos do saber tem levado os historiadores a se questionarem acerca do estatuto epistemológico de sua disciplina. Ou, para usarmos as palavras de Evans, "a questão agora não é tanto 'O que é História?' e sim 'É possível de algum modo fazer História?'"[7] Para que possamos entender melhor este quadro, é interessante nos remetermos a dois fenômenos correlatos que podem ser percebidos desde os anos 1970: a volta da narrativa na escrita da História e a crise dos grandes modelos explicativos.

1. AS SINTOMÁTICAS PREOCUPAÇÕES DE UM HISTORIADOR

A abordagem narrativa na escrita da História tem sido um tema recorrente em estudos recentes, desde obras de fôlego, como *Tempo e narrativa*, de Paul Ricouer, até artigos e ensaios relativamente curtos, como "The question of narrative in contemporary historical writing", de Hayden White, ou "A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa", de Peter Burke.[8] Diferentes autores, devemos admitir, têm apontado diferentes características para definir o que seja uma história narrativa. Para alguns ela é representada pelo

---

[7] *Ibidem*, p. 3. *"The question is now not so much 'What is History?' as 'Is it Possible to Do History at All?'"*

[8] Paul Ricoeur. **Tempo e narrativa**. 3 v. Campinas : Papirus, 1994; Hayden White. "The question of narrative in contemporary historical theory". **History and theory**, v. 23, n. 1, 1984, p. 1-33; Peter Burke. "A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa". *in*: **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo : Ed. da Unesp, 1992. p. 327-348. Entre outras leituras importantes sobre o tema da história narrativa podemos incluir ainda os artigos de Lawrence Stone, "The revival of narrative", **Past and Present**, 85, 1979, p. 3-24, de Allan Megill, "Recountig the past: 'description', explanation and narrative in historiography". **American Historical Review**. v. 94, n. 3, Jun 1989, p. 627-653, e de B. Bailyn, "The challenge of modern historiography". **American Historical Review**, 87, 1982, p. 1-24.

encadeamento de acontecimentos em ordem cronológica, para outros o que conta é a predominância da descrição sobre a análise, e para outros ainda a narrativa pode ser melhor percebida pela irrupção da experiência do historiador ao longo do texto, explicando os passos de sua pesquisa, ao invés de se limitar à apresentação de resultados de forma impessoal. Contudo, a despeito de uma certa imprecisão semântica, não há como negar que as reflexões desenvolvidas em torno da história narrativa indicam uma verdadeira reorientação nas grandes tendências historiográficas. Devemos lembrar que, por muito tempo, a História narrativa ficou no ostracismo, por ter sido identificada, principalmente pelos historiadores da escola de *Annales* como sinônimo de uma História que enfatizava a política das elites e que conheceu seu período de maior hegemonia institucional no século XIX.

Um dos textos mais conhecidos, e que acendeu o debate sobre esta questão, foi certamente o de Lawrence Stone, "O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história", publicado na revista *Past and Present* em 1979.[9] Neste artigo Stone afirmava que os três grandes modelos de "História científica" em voga entre as décadas de 1930 e 1970, o modelo econômico marxista, o modelo ecológico-demográfico francês e a metodologia "cliométrica" americana, começavam então a ser encarados com desconfiança, pois apresentavam resultados muito aquém das expectativas que haviam suscitado de início. Decepcionados com os grandes modelos explicativos então vigentes, muitos historiadores estariam se voltando, na década de 1970, a uma revalorização dos acontecimentos. Entre "assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um

[9] Lawrence Stone, "The revival of narrative", pp.3-24.

estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância"[10] tais historiadores teriam então optado pela primeira postura. Difundia-se, segundo Lawrence Stone, a percepção de que não bastava ao historiador o rigor metodológico, era necessário ainda que ele imprimisse um certo estilo à sua escrita, ou, em outras palavras, que ele soubesse contar uma boa "estória".[11]

Peter Burke afirma que "é difícil não perceber a tristeza de Stone diante do que ele chama de 'a mudança... do modo analítico para o descritivo' na escrita da história".[12] Mas o fato é que Stone se empenha em "mapear transformações observadas no estilo histórico, sem fazer juízos de valor"; e mesmo reconhecendo que seja problemático não se posicionar, ele afirma ainda que seu ensaio "não pretende erguer qualquer bandeira nem conflagrar uma revolução", e que "ninguém está sendo instado a jogar fora sua calculadora e contar uma estória".[13] Se não há neutralidade no artigo de Stone, pelo menos devemos reconhecer seu esforço neste sentido. Tal esforço, contudo, já não pode ser verificado em um outro artigo do mesmo autor, "History and post-modernism", publicado pouco mais de uma década depois, em 1991.[14] Neste outro texto Stone identifica três grandes *ameaças* para a história – a Lingüística pós-estruturalista, a Antropologia e o Novo Historicismo –, além de indicar uma

---

[10] *Ibidem*, p. 4.

[11] Utilizo aqui o uso do termo "estória", em oposição a "história" pois melhor se aproxima à distinção inglesa entre *story* e *history*.

[12] Peter Burke, "A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa", p. 330.

[13] Lawrence Stone, "The revival of narrative", p. 4. *"It is also essential to establish once and for all that this essay is trying to chart observed changes in historical fashion, not to make value judgements about what are good and what are less good, modes of historical writing. Value judgements are hard to avoid in any historiographical study, but this essay is not trying to raise a banner or start a revolution. No one is being urged to throw away his calculator and tell a story".*

[14] Lawrence Stone. "History and post-modernism". **Past and Present**. n. 131, May 1991, p. 217-218. Na verdade não se trata verdadeiramente de uma artigo, mas apenas de uma nota, com pouco mais de uma página. Mesmo assim é significativo notar neste texto a postura diferenciada de Stone.

leitura para aqueles historiadores "suficientemente *perturbados* com os rumores das disciplinas adjacentes de modo a se questionar se a História não estaria a caminho de se tornar uma *espécie em extinção*".[15]

Por que, afinal de contas, Stone foi levado a se dirigir, em 1991, de modo tão agressivo contra uma tendência que em 1979 ele ainda era capaz de comentar com relativa indiferença? O que teria acontecido neste meio tempo para que Stone decidisse se posicionar tão radicalmente a este respeito? E, tomando este autor como representante paradigmático de uma grande parcela dos profissionais de história, que agem como se estivessem entrincheirados, resistindo a ataques teóricos de diversos flancos, podemos nos perguntar: por que as novas tendências são vistas com tanta apreensão, com tanto medo? Os anos 1980 foram definitivamente um marco divisor de águas na historiografia, principalmente nos Estados Unidos. Neste período a objetividade da história foi posta em xeque de maneira dramática, os debates sobre este tema foram conduzidos com extrema acidez, e muitos autores se pronunciavam sobre a situação em tons quase apocalípticos. Para que possamos compreender as questões teóricas que têm inquietado os historiadores nos últimos vinte anos, é preciso situar a historiografia num quadro geral de crise dos grandes modelos explicativos nas ciências humanas e considerar mais detidamente as ameaças de que fala Stone – a Lingüística, a antropologia e o Novo Historicismo –, procurando perceber como estas

---

[15] *Ibidem*, p. 218. *"This is an article which should be read by any historian, no matter his or her field, period or methodology, who has been sufficiently disturbed by rumblings from adjacent disciplines to wonder if history might be on the way of becoming an endangered species"*. [grifo meu na tradução] O artigo em questão, sugerido e citado por Stone é o de Gabrielle M. Spiegel, "History, Historicism and the social logic of the text in the Middle Ages", **Speculum**, lxv, 1990, p. 59-86.

tendências têm sido assumidas e desenvolvidas dentro dos estudos historiográficos nos últimos anos.

2. HISTÓRIA E PÓS-MODERNISMO

Atualmente, pelo menos no âmbito acadêmico, não temos dificuldade em reconhecer a idéia de progresso como sendo mais um dos grandes mitos da cultura ocidental contemporânea. Já não é possível acreditar que a história do gênero humano siga necessariamente um curso rumo a níveis cada vez mais altos de desenvolvimento cultural. Os chamados "povos primitivos", que já foram tidos como exemplos de estágios atrasados de civilização, na verdade revelam estruturas sociais altamente complexas, como atestam as pesquisas etnológicas, de modo que se torna difícil um estudo comparativo em termos de superioridade ou inferioridade cultural.[16] Podendo ser entendida como parte do legado otimista do Iluminismo, evidente em autores com Kant e Cordorcet, por exemplo, esta crença no progresso foi transformada, no século XIX, em lei inelutável da natureza e incorporada em

[16]A bibliografia sobre os estudos de "sociedades tribais" é bastante vasta, e não caberia aqui senão a menção de nomes clássicos no campo da etnologia – disciplina também conhecida pelo nome de antropologia cultural ou social –, como Bronislaw Malinovski, A. R. Radcliffe Brown, Franz Boas, Ralph Linton, Claude Lévi Strauss, Marcel Mauss, Arnold Van Gennep e Victor Turner, que em seus escritos teóricos discorrem extensivamente sobre esta questão. Entre os historiadores encontra-se bastante em evidência o nome de Clifford Geertz, que também se posiciona contra a possibilidade de um estudo comparativo entre diferentes culturas em termos de superioridade ou inferioridade. Ver Clifford Geertz, **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1989. Para uma interpretação crítica de Geertz, em defesa do estudo comparativo de culturas, ver Giovanni Levi, "Sobre a micro-história". *in*: Peter Burke (org.), **A escrita da história: novas perspectivas**, São Paulo : ed. da Unesp, 1992. pp. 163-198.

grandes sistemas filosóficos, em geral na forma de filosofias da história, como a "marcha do Espírito" em Georg Wilhelm Hegel, ou a "lei dos três estados", de Augusto Comte.[17]

Juntamente com a relutância em aceitarmos a idéia de progresso em história, hoje em dia olhamos também com desconfiança o entusiasmo de gerações passadas com relação ao progresso da ciência. De fato, não há mais como aceitar uma concepção linear do conhecimento científico, pois a contribuição de autores como Michel Foucault ou Thomas Khun nos fez tomar consciência de que a ciência é marcada pela ruptura, não pela continuidade.[18] Ao estudar a passagem da medicina clássica à medicina moderna em *O nascimento da clínica*, Foucault mostrou que a evolução do conhecimento médico não pode ser tomada simplesmente como um refinamento de noções e que a oposição dos saberes moderno e antigo não pode ser estabelecida em termos de verdade e erro, razão e desrazão, ciência e pré-ciência.[19] Tratam-se de saberes distintos, cada um com seus próprios objetos, conceitos e métodos, em outras palavras, com sua própria *positividade*. Obras posteriores de Foucault, como *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber* tenderam a reafirmar esta tese inicial, estendendo a noção de ruptura para um entendimento cada vez mais amplo de ciência.[20] Thomas Khun, seguindo um percurso diferente, também chegou à conclusão de que

---

[17] Georg Wilhelm Hegel, **Filosofia de la historia**, Madrid : Alianza, 1989; e Augusto Comte, "Curso de filosofia positiva." *in*: **Os pensadores**, São Paulo : Abril Cultural, 1973. v. 33. Para uma discussão sobre as filosofias da história de caráter otimista em sintonia com uma mentalidade utópica liberal-burguesa, ver Karl Mannheim, **Ideologia e utopia**, Rio de Janeiro : Zahar, 1968.

[18] Na verdade a terminologia mais adequada em se tratando de Foucault seria *descontinuidade*, e não propriamente *ruptura*. Porém, partindo da interpretação de Roberto Machado, que caracteriza a descontinuidade foulcautiana como uma série de *rupturas* em diversos níveis do discurso, e para melhor evidenciar a semelhança – não a identidade! – entre Foucault e Khun, é que mantive o termo "ruptura". A passagem de Roberto Machado a que me refiro está na introdução ao livro de Michel Foucault, **Microfísica do poder**, 8. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1989, p. ix.

[19] Michel Foucault, **O nascimento da clínica**, Rio de Janeiro : Forense, 1977.

[20] Michel Foucault, **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**, 2. ed., São Paulo : Martins Fontes, 1981. Ver também Michel Foucault, **A arqueologia do saber**, 4. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1995.

o desenvolvimento da ciência não pode ser concebido como um fluxo contínuo. Em *A estrutura das revoluções científicas*, Khun introduz a noção de paradigma, que consiste em um modelo de explicação científica aceito em determinada época e em determinado contexto. O critério de legitimação de uma teoria científica, de acordo com Khun, não repousa em bases transcendentais, mas na sua aceitação pela comunidade científica. Um paradigma atualmente aceito não é mais nem menos verdadeiro que outros paradigmas que o antecederam ou que o sucederão no futuro, mas é válido na medida em que se articule com o corpo de conhecimentos convencionalmente aceito e na medida em que se apresente promissor ao acrescentar elementos novos ao saber, tornando-o mais completo. Quando o paradigma não dá mais conta de cumprir esta função, ele é então descartado e substituído por outro, que possa servir como uma nova *base convencional* para a investigação. Mais uma vez, portanto, ruptura, e não continuidade.[21]

Assim como, ao longo do tempo, mudamos nossos padrões de comportamento – hábitos à mesa, vestuário, práticas de leitura, atuação na esfera pública, etc. –, mudamos também nossas maneiras de pensar cientificamente. Esta conclusão, ainda que não seja assim tão difícil de ser aceita, não deixa de produzir repercussões desconcertantes no âmbito acadêmico. Os cientistas, trabalhando dentro de um novo paradigma, sentem-se capazes de explicar fenômenos que antes estavam fora de seu alcance, sentindo por vezes um certo mal-estar com as declarações de epistemólogos contemporâneos que negam a noção de progresso nas ciências. Será mesmo que não estamos em melhores condições que os cientistas do passado? Será que não há maneiras melhores e piores de pensar? Neste sentido não há como

---

[21] Thomas Khun, **A estrutura das revoluções científicas**, São Paulo : Perspectiva, 1978.

não ver com um certo alívio teorias como a de Claude Lévi-Strauss, acerca do pensamento selvagem. Para este autor os "povos primitivos" operam com o pensamento mítico, isto é, uma organização da realidade em que os elementos são unidos sem um plano rigidamente estabelecido, à maneia de um *bricoleur*.[22] É claro que, para Lévi-Strauss, os selvagens não são *inferiores*, mas apenas *diferentes*. Mesmo assim, em sua tentativa de dar sentido ao conhecimento humano, ele estabelece uma dicotomia entre pensamento mítico e pensamento conceitual que se revela em sintonia com a noção de progresso. Numa perspectiva levi-straussiana, os selvagens não seriam inferiores a nós, mas nós temos cientistas enquanto eles têm *bricouleurs*, nosso pensamento é universal e conceitual, ao passo que o deles é particular e mítico. O pensamento deles é bom, mas o nosso é ótimo.

Mas o fato é que chegamos em um momento de nossa cultura em que não há mais como pensar as rupturas epistemológicas dentro de uma narrativa coerente. Por mais que teóricos como Lévi-Strauss nos ofereçam um amplo esquema interpretativo do conhecimento, lentamente somos levados a crer que todo esquema é insuficiente, que os modelos modernos jamais nos garantirão aquela visão abrangente e unificadora que dê conta da multiplicidade e da polissemia no pensamento contemporâneo. Não quero dizer com isso que o dissenso seja algo recente, pelo contrário, ele é pré-moderno. O que argumento é que a crítica às pretensões de objetividade da ciência em nossos dias tem chegado a níveis sem precedentes. Não se trata mais de opor antigo a novo, mito a conceito, erro a verdade, mas de

---

[22] Lévi-Strauss. "Raça e História". *in*: **Antropologia estrutural** 2, Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1993, pp. 328-366. Este texto apresenta-se como uma apreciação violentamente crítica do senso comum e do etnocentrismo europeu, mas por vezes Lévi-Strauss tropeça na trama que ele mesmo tece ao afirmar, por exemplo, que "não é menos verdadeiro que [...] a civilização ocidental mostrou-se mais cumulativa do que as outras", p. 355, ou que "toda história é cumulativa, *com diferenças de graus* [o grifo é meu]. p. 357.

perceber que os atuais critérios de legitimação podem dar aval a múltiplas interpretações, mesmo que conflitantes entre si.

As ciências humanas, e particularmente a história, não se encontram imunes à crise epistemológica que atualmente assola a modernidade. Peter Novick enfrenta diretamente esta questão ao trabalhar a questão da objetividade na historiografia americana: "Para os pais fundadores da profissão histórica havia uma contradição entre, de um lado, os eventos singulares do passado (houve apenas *uma* Guerra Civil Americana), e de outro lado, a existência da mais ampla variedade de versões destes eventos".[23] A busca de um esquema que possa estabelecer de forma definitiva a correta interpretação de um evento passado é então vista por Novick como parte do *mito* da objetividade no estudo da história.[24]

Os historiadores atualmente são ainda confrontados com uma crise de superprodução acadêmica, o que colabora para solapar a ilusão da objetividade e da unidade do conhecimento histórico. Russel Jacoby, por exemplo, assim ilustra esta crise no âmbito da literatura e da história intelectual:

> Generalizações sobre disciplinas acadêmicas requerem audácia. Materiais abundantes e descobertas mesmo em pequenos campos comprometem, quando não refutam, as generalizações. Quem consegue acompanhar? Em um único ano (1987), professores universitários publicaram 215 artigos sobre John Milton, 132 sobre Henry James, e 554 sobre William Shakespeare. [...] Afirmações sobre "a" direção dos estudos sobre Edmund Burke ou Shakespeare inevitavelmente parecem enganosos ou errados; inúmeros, talvez um número enorme de especialistas, contradizem um resumo do campo.
> Com a história intelectual não é diferente; generalizações sobre sua direção ou contornos parece arbitrária. Embora pequeno, o campo parece amplo demais para

---

[23]Peter Novick, **That noble dream: the "objectivity question" and the American historical profession**, Cambridge : Cambridge University Press, 1988. p. 4-5. *"For the foundig fathers of the historical profession there was a contradiction between, on the one hand, singular events in the past (there had been* one *American Civil War), and on the other hand, the existence of the most widely varying versions of those events".*

[24]*Ibidem*, p. 5. *"The* e pluribus unum *in the myth of historical objectivity promissed to resolve the contradiction, through a unitary convergent history which would correspond to a unitary past".*

> permitir afirmações válidas com relação à sua direção. Há uma virada no sentido dos estudos retóricos? Um renascimento da abordagem contextual de grandes figuras? Uma mudança para idéias populares de grupos sociais? Estas questões parecem sabotar respostas claras. Tudo sempre parece depender de quem está olhando onde.[25]

A questão da superprodução é também tomada em consideração pelo historiador F. R. Ankersmit. De acordo com este autor "estamos todos familiarizados com o fato de que em qualquer área imaginável da historiografia, em qualquer especialidade, um extraordinário número de livros e artigos é produzido anualmente, tornando impossível uma visão abrangente deles todos".[26] Como resultado disso, os textos dos grandes autores do passado deixam de ser legitimadores, e as discussões passam a se desenvolver em torno das *interpretações* destes grandes autores. Mas o número de intérpretes importantes é tão grande que uma vida humana é pouco para dar conta das leituras indispensáveis para uma visão completa de um campo de estudo. Somos obrigados a fazer *escolhas*, que em última instância sempre nos remetem a resultados parciais, inacabados, sempre sujeitos à revisão por parte de alguém que tenha lido um autor ou uma obra que ignoramos. E, neste caso, somos novamente confrontados com a impossibilidade de estabelecer uma única interpretação correta de um texto clássico.

---

[25]Russel Jacoby, "A new intellectual history?" **American Historical Review**, v. 97, n. 2, Apr. 1992, p. 405. *"Generalizations about scholarly disciplines require audacity. Abundant materials and findisngs of even small fields undermine, if not refute, generalizations. Who can keep up? In a single year (1987), scholars published 215 articles on John Milton, 12 on Henry James, and 554 on William Shakespeare. 'the sheer bulk of material being published", remarked Robert Markley, editor of the journal* The Eighteenth Century, *"means that it is almost physically impossible to read as fast as new findings are mass-produced'. Statments about 'the' direction of Edmund Burke or Shakespeare studies inevitably seem misleading or wrong; several, perhaps scores, of specialists contradict a summary of the field. Intellectual history is no different; generalizations about its direction or contours seem arbitrary. Although small, the field seems too large to permit valid statements about its direction. Is there a turn toward rethorical studies? A revival of contextual approaches to great figures? A shift to popular ideas of social groups? These questions seems to sabotage clear answers. The matter always seems to depend on who is looking where".*

[26]F. R. Ankersmit, "Historiography and postmodernism", **History and Theory**, v. 28, n. 2, 1989. p. 137. *"We are all familiar with the fact that in any imaginable area of historiography, within any specialty, an overwhelming number of books and articles is produced annually, making a comprehensive view of them all impossible".*

2.1. Como definir o pós-modernismo?

As reflexões em torno da crise epistemológica que atualmente atinge todas as áreas do saber, e particularmente as ciências humanas, freqüentemente fazem referência a uma consciência de ruptura na sociedade e na cultura. Em outras palavras, tais reflexões apontam para o fato de que estaríamos transitando para uma condição *pós-moderna*. O termo "pós-modernismo", porém, enfrenta problemas sérios de definição. Ele denota certamente um certo grau de insatisfação para com as conquistas da modernidade, mas não existe consenso quanto às mudanças que deveriam ser efetuadas para superá-la. Além disso, a própria necessidade de definição é vista pelos pós-modernistas como uma obsessão da modernidade. Contudo, tentarei traçar algumas das características gerais do pós-modernismo, mesmo ciente de que assim procedendo estarei assumindo um posicionamento decididamente anti-pós-modernista.

Em primeiro lugar, devemos ter em mente que o pós-modernismo constitui uma *sensibilidade*, não uma teoria geral da sociedade e da cultura, pois as teorias fazem parte das *metanarrativas*, alvo da crítica pós-modernista. "Teoria" é, na verdade, uma noção bastante problemática. De acordo com um dicionário, poderíamos defini-la como: "1. Conhecimento especulativo meramente racional. 2. Conjunto de princípios fundamentais duma arte ou duma ciência. 3. Doutrina ou sistema fundada nestes princípios".[27] Nenhuma dessas definições, porém, cabe ao pós-modernismo, pois este constitui uma sensibilidade que, quando expressada conceitualmente – seja em uma discussão em sala de aula, em uma publicação ou em um relatório científico –, já deixaria de ser pós-modenismo, uma vez que o conceito exige

---

[27] Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, **Minidicionário**, São Paulo : Nova fronteira, 1967. p. 464.

as categorias forjadas pela modernidade. Como diz Steven Connor, "o ato de conhecer está sempre condenado a chegar tarde demais à cena da experiência".[28] O que argumento, portanto, é que existem "teóricos *do pós-modernismo*", isto é, teóricos que se utilizam do aparato conceitual da modernidade para refletir sobre as questões levantadas pelo pós-modernismo, mas não teóricos *pós-modernistas*, já que o pós-modernismo exclui a teoria. A não ser, é claro, num sentido pouco convencional do termo, qual seja, o de uma "atitude" relativa à ciência na qual não se pode reconhecer qualquer pertencimento essencial a uma disciplina específica. Segundo Frederic Jameson:

> Uma indicação bem diferente desse esmaecimento das antigas categorias de gênero e discurso pode ser encontrada no que às vezes se denomina de **teoria contemporânea**. [...] Hoje, cada vez mais, vemos um tipo de texto simplesmente chamado "teoria" que é todas ou nenhuma dessa coisas [as disciplinas acadêmicas] ao mesmo tempo. Esse novo tipo de discurso, geralmente associado à França e à pretensa teoria francesa, tem-se difundido muito, e assinala o fim da filosofia como tal. Deve a obra de Michel Foucault, por exemplo, ser chamada de filosofia, história, teoria social ou ciência política? Isso é impossível de decidir, como se diz hoje em dia; e sugiro que esse "discurso teórico" também deve figurar entre as manifestações do modernismo.[29]

De acordo com a crítica pós-modernista, a narrativa seria "o principal meio pelo qual uma cultura ou uma coletividade legitima[ria] a si mesma, numa exigente tautologia".[30] O conhecimento científico conceitual moderno, tentando escapar deste círculo, buscaria sua legitimidade fora dos jogos de linguagem, na argumentação e na demonstração empírica. Porém, segundo os pós-modernistas, os pensadores modernos acabam se iludindo, pois "é somente por meio das narrativas que o trabalho científico pode receber autoridade e

---

[28] Steven Connor, **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**, São Paulo : Loyola, 1994. p. 11.

[29] Frederic Jameson. "O pós-modernismo e a sociedade de consumo". *in*: E. Ann Kaplan, **O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas,** Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 26. [o grifo é meu].

[30] Steven Connor. **Cultura pós-moderna**, p. 30.

propósito".[31] Tais narrativas, legitimadoras do pensamento científico moderno, constituiriam então as metanarrativas, assumidas de modo não questionado pelos teóricos da modernidade.

As metanarrativas identificam-se geralmente com os ideais iluministas, como o otimismo em relação ao papel da ciência, a crença no progresso ou a busca de verdades e valores universais e atemporais. Jean-François Lyotard, por exemplo, em *O pós-moderno*, identifica duas narrativas que norteiam a pesquisa científica moderna: a *narrativa política*, entendida como o discurso emancipatório da Revolução Francesa, e a *narrativa filosófica*, com base na obra de Hegel, que situa o conhecimento dentro de uma evolução histórica.[32] A ciência moderna, apoiando-se nestes mitos fundadores, apresenta-se então como um saber que visa a autonomia do homem sobre as limitações que lhe são impostas pela natureza. E mais: a ciência, sob este ponto de vista, seria um saber cumulativo. Graças ao consenso propiciado pelas metanarrativas, ela avançaria rumo a graus cada vez mais elevados. *Ordem e Progresso*, o grande lema positivista, configuraria assim o ideal de ciência da modernidade.

Sob a ótica dos jogos de linguagem, porém, a ciência assumiria um papel muito diferente daquele que lhe fora outorgado pela modernidade. Os jogos de linguagem que, de acordo com os pós-modernistas, constituiriam a própria matéria-prima do conhecimento científico, são heteromórficos, não são redutíveis a regras gerais. Eles não objetivam o consenso, mas a paralogia, isto é, a produção e reconhecimento de verdades plurais. Na visão da modernidade, os grandes autores seriam aqueles capazes de encerrar um debate, estabelecendo *a verdade*, um conhecimento objetivo e inquestionável. Para os pós-

---

[31] *Ibidem*, p. 31.
[32] Jean François Lyotard, **O pós-moderno**, Rio de Janeiro : José Olympio, 1986. p. 51-57.

modernistas, pelo contrário, autores como Marx, Weber, Freud, são grandes não por que forneceram soluções finais aos problemas humanos, mas por que são focos a partir dos quais emergem feixes de discussões.

O discurso pós-modernista, denunciando o paradoxo da ciência moderna, que é legitimada por narrativas totalizadoras e, concomitantemente, confere legitimidade a estas mesmas narrativas, acaba comprometendo noções centrais para a própria idéia de modernidade. Se não há um substrato último, uma essência, a partir da qual se possa estabelecer uma relação entre o discurso e seu objeto, se tudo se dissolve nos jogos de linguagem, então termos como unidade, totalidade, finalidade, causalidade, progresso, valores, etc., perdem qualquer sentido. Numa perspectiva pós-modernista, portanto, não existe espaço para uma filosofia da representação. Tudo é simulacro. A representação pressupõe uma unidade essencial entre a linguagem e os conceitos ou as coisas por ela representados. O simulacro, porém, conserva apenas uma identidade de aparências – que podem ser múltiplas – e não de essência – que deveria ser única. Deste modo, somos sempre confrontados com o espectro do relativismo epistemológico.

Frente aos dilemas colocados pelo pós-modernismo, parece-me inevitável uma sensação de *déjà-vu.* Afinal, não foi Maquiavel, sob muitos aspectos inaugurador do pensamento político *moderno*, que introduziu a idéia de que a moral é *relativa*, que havia uma moral cristã e outra pagã, ambas legítimas, mas a segunda mais adequada a um príncipe com pretensões expansionistas? Não foram os românticos que, em pleno século XIX, propugnaram ideais contra-iluministas, cultuando o *Volksgeist*, os valores locais, e denunciado a megalomania dos franceses, que queriam fazer de sua cultura particular um padrão universal

e atemporal? E autores como Nietzsche, Schopenhauer ou Kierkegaard, com a valorização da vontade, do irracional e do dionisíaco, com seu feroz ataque aos modelos totalizadores na sociedade a na cultura, não estariam eles em sintonia com muitas das teses advogadas pelos arautos do pós-modernismo?

Os pós-modernistas, apesar de seu entusiasmo iconoclasta, reconhecem de bom grado sua dívida para com a modernidade. Linda Hutcheon, em uma frase de efeito, embora um tanto enigmática, afirma que "o pós-modernismo paradoxal é, ao mesmo tempo, edipianamente oposicional e filialmente fiel ao modernismo".[33] De acordo com esta autora:

> Certamente a natureza provisória e indeterminada do conhecimento histórico não foi descoberta pelo pós-modernismo. Nem o questionamento do *status* ontológico e epistemológico do 'fato' histórico ou a suspeita de aparente neutralidade e objetividade do relato. Mas a concentração dessas problematizações na arte pós-moderna é algo que não podemos ignorar.[34]

E não só na arte. Também no âmbito acadêmico o debate sobre o pós-modernismo dá mostras de ser mais do que uma moda passageira. "Com o aparecimento de *La Condition postmoderne*, de Jean-François Lyotard, em 1979, e com sua tradução para o inglês em 1984, esses diferentes diagnósticos disciplinares [acerca de uma ruptura com a modernidade] recebe[ra]m uma configuração interdisciplinar e pareceu não haver mais espaço para se discordar de que o pós-modernismo e a pós-modernidade tenham vindo para ficar".[35] É verdadeiramente surpreendente o espaço institucional que o pós-modernismo vem conquistando.

---

[33]Linda Hutcheon, **Poética do pós-modernismo**, Rio de Janeiro : Imago, 1991. p. 122.
[34]*Ibidem*, p. 121.
[35]Steven Connor, **Cultura pós-moderna**, p. 14.

2.2. O pós-modernismo e a escrita da História

Dentre as diferentes disciplinas acadêmicas, uma das que receberam mais confusamente o impacto do pós-modernismo foi certamente a História. Entre os adversários do pós-modernismo, encontramos freqüentemente a afirmação de que este é avesso ao conhecimento histórico. Argumenta-se que o "pós-modernismo é uma visão irônica, talvez desesperadora do mundo, e em suas formas mais extremas oferece pouco espaço à História como até então se conhece".[36] Há ainda o reconhecimento de que, "independente da definição mais restrita que se dê àquilo que sob a designação de 'pós-modernidade' inquieta a cabeça dos intelectuais, ela representa um desafio para a Ciência Histórica".[37] Mesmo entre autores que simpatizam com o pós-modernismo, podemos notar repetidas afirmações de que a História é irrelevante, ou perigosa, ou que está em vias de desaparecer. Frederic Jameson, por exemplo, assim se refere à questão:

> Creio que a emergência do pós-modernismo está estreitamente relacionada com a emergência desse novo capitalismo tardio, multinacional ou de consumo. [...] Só conseguirei, no entanto, demonstrar isso no tocante a um grande tema, qual seja, **o desaparecimento do sentimento da história**, o modo como todo nosso sistema social contemporâneo começou, pouco a pouco, a perder sua capacidade de reter seu próprio passado, começou a viver num presente perpétuo e numa perpétua mudança que oblitera o tipo de tradições que todas as formações sociais anteriores, de um modo ou de outro, tiveram que preservar.[38]

---

[36]Joyce Appleby; Margareth Jacob; Lynn Hunt, **Talking the truth about history**, New York : W.W. Norton, 1994. p. 207. *"In many ways, then, postmodernism is an ironic, perhaps even despairing view of the world, one which, in its most extreme forms, offers little role for history as previously known".*

[37]Jörn Rüsen. "Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da 'nova intransparência'." **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 10(18-19), jun-dez 1989. p. 303.

[38] Frederic Jameson, "O pós-modernismo e a sociedade de consumo", p. 43.

Mais enfático ainda é Jean Baudrillard, outro autor que também discute o pós-modernismo:

> A história era um mito muito forte, talvez o último grade mito, a par do inconsciente. Era um mito que subentendia ao mesmo tempo a possibilidade de um encadeamento 'objetivo' dos acontecimentos e das causas, e a possibilidade de um encadeamento narrativo do discurso. A era da história, se se pode dizer, é também a era do romance. É este caráter *fabuloso,* a energia *mítica* de um acontecimento ou uma narração, que parece perder-se cada vez mais.[39]

Do meu ponto de vista, contudo, acho temerário caracterizarmos o pós-modernismo como "a-histórico" ou "contra-histórico", como se este aspecto fosse relevante para distingui-lo da modernidade que o precedeu. A questão da relação entre pós-modernismo e História é mais complexa do que isso, pois "o pós-moderno realiza dois movimentos simultâneos. Ele reinsere os contextos históricos como sendo significantes, e até determinantes, mas, ao fazê-lo, problematiza toda noção de conhecimento histórico".[40] Mas, claro, mais fácil que enfrentar esse paradoxo é simplesmente negar ou depreciar o papel da História na arte e na cultura pós-moderna.

Tomemos, por exemplo, o percurso de Hayden White em um artigo intitulado "The burden of history", publicado pela primeira vez em 1966, muito antes das discussões acerca do pós-moderno ganharem espaço acadêmico. Neste texto White defende a idéia de que a história, como vem sendo praticada institucionalmente, é vista por intelectuais de renome como sendo "um fardo real imposto ao presente pelo passado na forma de instituições, idéias e valores obsoletos". E não só: "também o *modo de ver o mundo* que confere a essas formas antiquadas sua autoridade espaciosa" é igualmente vista como um peso a ser carregado

---

[39]Jean Baudrillard, **As estratégias fatais,** Lisboa : Editorial Estampa, 1991.
[40]Linda Hutcheon, **Poética do pós-modernismo,** p. 122.

inutilmente, algo de que devemos nos livrar o quanto antes para que estejamos aptos a "enfrentar os problemas do presente".[41] O que há de original no pós-modernismo, portanto, não é a suspeita do valor – moral ou epistemológico – do conhecimento histórico, mas uma incorporação crítica da História na crítica à modernidade. Em sua cruzada contra a afirmação de verdades universais e atemporais – herança do Iluminismo – o pós-modernismo invoca a História para denunciar o caráter contingente de qualquer valor, de qualquer verdade, e para nos lembrar, uma vez mais, que toda representação é *historicamente construída.*

Uma das grandes dificuldades em percebermos o real impacto do pós-modernismo na escrita da História deve-se ao fato de geralmente não darmos suficiente atenção às problemáticas relações entre História e Literatura, ou entre História em sentido amplo – englobando a História Política, Social, Econômica, Demográfica, etc., e a História Intelectual e Literária em particular. Os pós-modernistas, ao afirmarem que não há no passado uma realidade primordial a ser *descoberta*, mas um sentido a ser *inventado*, deixam os historiadores em geral um tanto decepcionados, pois isto não representa uma grande novidade para a historiografia. Ainda que o historiador não possa prescindir de uma pesquisa empírica, ainda que a História objetive o *acontecido* e não o puramente inventado, a ele certamente é que cabe a tarefa de selecionar os dados do passado e ordená-los de forma coerente, o que, numa acepção mais ampla da palavra, também não deixa der ser uma invenção.

---

[41] Hayden White, **Tropics of discourse**, Baltimore : Johns Hopkins, 1985, pp. 39-40. *"For them, as fro Brown, history is not only a substantive burden imposed* upon the present by the past in the form of outmoded institutions, ideas and values, but also the way of looking at the world *which gives to these outmoded forms their specious authority. [...] It [*sc. *modern fiction] tells us that it is only by disenthralling human intelligence from the sense of history that men will be able to confront creatively the problems of the present."*

Grande parte dos profissionais de História, devemos reconhecer, ainda é muito dependente das metáforas de verticalidade, características da concepção de ciência da modernidade. Muitos marxistas, por exemplo, ainda buscam explicar o campo cultural como se este fosse uma conseqüência direta, inevitável e inequívoca da base econômica da sociedade. Mas estes constituem a exceção, não a regra. Os historiadores costumam ser sensíveis ao fato de que seus objetos de estudo não são relevantes por si mesmos, mas por uma escolha do pesquisador. Os historiadores, de modo geral, não têm dificuldade em reconhecer que o documento não "fala por si mesmo", mas que é trazido para um campo de visibilidade porque o historiador decidiu fazê-lo.

Ora, aquilo que é visto de maneira não muito problemática pelo historiador tem um efeito devastador no campo da Filosofia e da Teoria Literária. Para o historiador em geral – é claro, sempre há exceções –, não há necessariamente uma prioridade ontológica entre, digamos, documentos de arquivos, textos de jornais, depoimentos orais, ou séries estatíticas. Além disso, em muitos casos, o historiador não busca o que o autor do texto "realmente quis dizer", mas está mais interessado em ler nas entrelinhas, em tentar identificar o que, de fato, o autor da fonte não teve a intenção de dizer. Na Filosofia, porém, é um choque perceber que os textos dos autores clássicos não são autoritativos, e que as pesquisas acadêmicas não podem almejar senão a *produção* – e não a *recuperação* – do sentido de um texto. É um choque saber que os textos de Hegel, por exemplo, possuem o mesmo *status* epistemológico que os textos de seus discípulos mais obscuros. É difícil admitir que Platão seja um grande autor não porque seus textos sejam excepcionalmente brilhantes, mas pelo excepcional consenso dentro de nossa cultura em reconhecê-los como tal. Do mesmo modo, não é fácil, no campo da Teoria

Literária, perder de vista as bases teóricas que nos permitiam distinguir os grandes autores e as grandes obras da literatura universal e das literaturas nacionais. Se *Finnegan's Wake* só se impôs como uma importante obra literária por causa do consenso que se estabeleceu a este respeito, então estabeleçamos o consenso de que *Sands of Time* apresenta uma qualidade literária incomparavelmente maior e Sidney Sheldon superará James Joyce no cânone literário ocidental. Os críticos literários, em geral, não aceitam silenciosamente "disparates" dessa natureza.

Não pretendo argumentar com tudo isso que os historiadores "eram pós-modernistas e não sabiam", ou que o impacto do pós-modernismo não diz respeito à História. Meu objetivo, isto sim, é deixar claro que o que mais ameaça a História não é o relativismo, embora o relativismo pós-modernista seja realmente avassalador. O que, na verdade, assusta os historiadores são duas outras tendências pós-modernistas: a insistência em submergir a História no âmbito da Literatura, e o esmaecimento da distinção entre texto e contexto. Estas tendências, explicitadas teoricamente pelo pós-estruturalismo, serão analisadas mais detidamente ao trabalharmos especificamente esta corrente de pensamento.

Outra questão que freqüentemente se presta a confusões diz respeito a quem devemos colocar no rol de historiadores pós-modernistas. Jörn Rüsen, por exemplo, apresenta Emmanuel Le Roy Ladurie e Carlo Ginzburg como historiadores pós-modernistas, o que é altamente contestável.[42] Linda Hutcheon vai ainda mais longe e situa Fernand Braudel(!) na linha de frente do pós-modernismo, por sua problematização da noção de tempo histórico.[43]

---

[42] Jörn Rüsen, "Conscientização Histórica frente à pós-modernidade,. p. 316.
[43] Linda Hutcheon, **Poética do pós-modernismo**, p. 130.

Ora, é notório o envolvimento de Ladurie com a exploração quantitativa e cartográfica dos arquivos militares franceses, um empreendimento inequivocamente *moderno*, uma vez que se alinha aos "grandes modelos explicativos", de que fala Stone, ou às "metanarrativas" de que trata Lyotard.[44] Ginzburg, por sua vez, alerta que a História "vista de baixo" e microscópica com a qual trabalha tenha ido longe demais, recusando-se abertamente a servir de ícone a tendências pós-modernas. "Nada está mais distante de mim", nos diz Ginzburg, "do que a idéia de ter uma audiência composta de jovens estudantes de esquerda apaixonados pela história vista de baixo e aguardando de mim uma mensagem nessa direção".[45] E finalmente Braudel – será preciso dizer? – é visto atualmente como a ortodoxia da escola de *Annales*, frente à já não tão nova História das mentalidades. Como é possível considerá-los pós-modernos? Ora, é inegável que a História Social, com seu diálogo com a Economia e com a Sociologia, mesmo dentro de um paradigma moderno de ciência histórica, abriu o caminho para os questionamentos pós-modernistas. Segundo Joyce Appleby *et alii*:

> Os historiadores sociais esperavam acertar oferecendo uma visão mais complexa do passado, mas um de seus principais efeitos foi revelar como eram limitadas as histórias até então. [...] Portanto, a nova história social pode ser usada (e às vezes abusada) por aqueles que insistem que a história não pode mais oferecer uma narrativa nacional, que ela é sempre parcial, sempre política, sempre propagandística, e de fato mítica. Ironicamente, então, o trabalho dos historiadores sociais abriu espaço para o argumento de que a História jamais poderia ser objetiva. É como se os historiadores sociais, com sua paixão em desmembrar o registro histórico, tivessem cavado um buraco potencialmente fatal no qual a história como disciplina pode desaparecer completamente.[46]

---

[44] *Cf.* Emmanuel Le Roy Ladurie. "Quantitative and cartographical exploitation of French Military archives, 1819-1826", **Deadalus,** v. 100, n. 2, Spring 1971. p. 397-441.

[45] Carlo Ginzburg, "Descobertas de um expectador (entrevista com Maria Lúcia G. Pallares-Burke)", **Folha de São Paulo**, caderno "Mais", domingo, 13 de Junho de 1999.

[46] Joyce Appleby *et alli, op. cit.* p. 200. *"Social historians hoped to fill the record by offering a more complex picture of the past, but one of the main effects of their work has been to reveal how limited the previous histories were. In effect, they underlined the fact that history writing had always been intensely ideological. The story of 'one nation under God', for example, served the interests of some, not all of the people. American history – and*

E isto é ainda mais evidente com relação à chamada "Nova História Cultural", que busca um diálogo com a Antropologia e a Teoria Literária. Cada vez mais se discute o "perspectivismo" do historiador e cada vez mais a objetividade no estudo da História é posta em xeque. Historiadores como Ladurie ou Ginzburg não são pós-modernos, pois, por mais que o primeiro tenha estudado uma obscura aldeia nos Pirineus e o segundo um esquecido moleiro condenado pela Inquisição, estes historiadores buscam situar seus objetos de estudo dentro da dinâmica de um contexto histórico mais amplo. Mas o fato é que que esse empreendimento está se tornando cada vez mais difícil, e talvez estejamos transitado para uma época em que não mais importam as grandes tendências gerais, não importam os grandes modelos explicativos. Talvez estejamos tomando consciência de que Mennochio vale a pena ser estudado não só porque ele nos ajuda a compreender com mais profundidade um processo histórico mais amplo, mas porque é bom ouvi-lo, porque conhecê-lo por intermédio de um historiador genial nos causa um prazer imenso.

O historiador F. R. Ankersmit descreve este movimento da consciência histórica contemporânea através de uma metáfora particularmente simpática. "Comparemos a História a uma árvore", nos diz ele, e perceberemos que a história da História surgiu como um tronco, do qual saíram galhos, dos quais saíram ramos, e dos ramos saíram folhas. As folhas ainda fazem parte da árvore, ainda fazem parte de um todo. Porém as metanarrativas que mantinham a unidade da História não parecem ser mais adequadas. Isto, de acordo com Ankersmit, seria

---

the history of Western civilization more generally – could be construed as political propaganda for ruling elites. Thus, the new social history can be used (and sometimes abused) by those who insist tha history can no longer offer one national narrative, that it is always partial, always political, always propagandistic, indeed, mythical. Ironically, then, the work of social historians fostered the argument that history could never be objective. It is as if the social historians with their passion for breaking apart the historical record had dug a potentially fatal hole into which history as a discipline might disappear altogether".

um indício de "o vento frio que se levantou [...] por volta de 1900 simultaneamente no Oeste e no Leste, finalmente soprou soltando as folhas de nossa árvore histórica, na segunda metade deste século".[47] As folhas não fazem mais parte da árvore, e, se de agora em diante elas formam algum padrão, se elas devem fazer algum sentido, é o sentido que *nós* dermos a elas. O pós-modernismo anuncia, portanto, que algo está tomando forma no cenário historiográfico contemporâneo, algo que pode significar uma renovação teórico-metodológica sem precedentes. Os teóricos do pós-modernismo incitam-nos a escrever "uma história que não diga respeito a autores mortos, mas a livros vivos, não um retorno de escritores antigos a seus contextos históricos, mas com uma leitura de trabalhos históricos em contextos novos e inesperados, não à reconstrução do passado, mas fornecendo um material crítico pelo qual os trabalhos valiosos do passado possam *sobreviver* a seu passado – sobreviver a seu passado de modo a falar-nos acerca de nosso presente".[48] Que historiador há de resistir a este convite?

---

[47] F. R. Ankersmit, *op. cit.* p. 149-150. *"compare historyto a tree. [...]The* meta-récits *we would like to tell ourselves about our history, the triumph of Reason, the glorious struggle for emancipation of the nineteenth-century worker's proletariat, are only of local importance and for that reason can no longer be suitable metanarratives. The chilly wind which, according to Romein, rose around 1900 simultaneously in both the West and the East, finally blew the leaves off our historical tree as well in the second half of this century. [...] When we collect the leaves in the past in the same way as Le Roy Ladurie or Ginzburg, what is important is no longer the place they had on the tree, but the pattern we can form from them* now, *the way in which this pattern can be adapted to other forms of civilization existing now".*

[48]David Harlan, *op. cit.* p. *"If we ask, 'what is historical writing?' the answer can only be, 'there is this kind of historical writing, and that kind, and then again that kind". If such an understanding could win ever grudging acceptance from the historical profession, a space might be cleared within which another sort of intellectual historycould be written, a history concerned not with dead authors, but with living books, not with a return of earlier writers to their historical contexts, but with a reading of historical works in new and unexpected contexts, not with reconstructing the past but with providing the critical medium in which valuable works from the past might* survive *their past - might survive their past in order to tell us about our present. For only through such telling can we ever hope to see ourselves and our history anew".*

3. HISTÓRIA E PÓS-ESTRUTURALISMO

Se nos fosse possível, ou necessário, ou até mesmo recomendável discernir a questão fundamental subjacente aos debates historiográficos ao longo das últimas três décadas – em outras palavras se fosse o caso de *identificar* o que são estes debates, de definir sua verdadeira *essência* – seríamos talvez tentados a nos remeter à questão do Outro. Buscando novas maneiras de pensar a história, muitos historiadores se lançaram, principalmente a partir da década de 1960, àquilo que eventualmente passou a ser conhecido como a "história vista de baixo". Neste sentido os relatos de batalhas, acordos diplomáticos, sucessões dinásticas ou presidenciais, deram lugar à narrativa do cotidiano de pessoas "simples", descobrindo que o aparentemente simples era, na verdade, muito complexo. Naturalmente, o espírito democrático de tais historiadores os conduzia a uma ênfase naqueles que se situavam à margem da história tradicional, negros, mulheres, homossexuais, etc.[49]

O que constatamos, porém, é que em muitos casos a mudança de enfoque na historiografia trouxe de embalo uma crise epistemológica na disciplina. Retomando a análise de Lawrence Stone, muitos historiadores estariam aderindo a formas narrativas de representação da História, tendo em vista as limitações dos trabalhos pretensamente "científicos" inspirados nos métodos das ciências sociais.[50] Admitindo que, na escrita da História, a *forma* é tão importante quanto o *conteúdo*, seria conseqüentemente forçoso reconhecer um estreito parentesco entre historiografia e ficção. Entre os profissionais de

---

[49]Para uma apreciação da "História vista de baixo", *ver* Jim Sharpe. "A história vista de baixo". In: Peter Burke. **A escrita da história**. São Paulo : Editora da Unesp, 1992.
[50]Para uma caracterização dessa tendência, ver Lawrence Stone, "The revival of narrative", especialmente pp. 8-15.

história, contudo, estas conclusões geravam – e ainda geram – um grande mal estar. No século XX, quando a História finalmente parecia haver alcançado o *status* de ciência autônoma, com objetos muito bem definidos e com seus próprios procedimentos metodológicos, a idéia de que a História pudesse, de alguma maneira, comparar-se à Literatura soava – e para muitos ainda soa – como absurda. Afinal, a História havia percorrido um árduo caminho até ser reconhecida como uma ciência de fato, e esta era uma conquista que poucos historiadores estavam – e estão – dispostos a abandonar sem relutância.

Grandes historiadores do passado – Gibbon, Michelet, Tocqueville, Burckhardt etc. – ainda são lidos e discutidos não tanto por causa de suas contribuições para a metodologia da pesquisa histórica quanto por suas qualidades literárias. Hayden White, num comentário sobre a questão da narrativa em Paul Ricoeur, toca exatamente neste ponto ao afirmar que:

> Com base na teoria do discurso histórico de Ricoeur, podemos atribuir a eterna fascinação pelo clássico historiográfico ao conteúdo que este partilha com toda elocução poética disposta na forma de uma narrativa. Este conteúdo é alegórico: toda grande narrativa histórica é uma alegoria de temporalidade. Portanto, muito depois de seu conjunto de ensinamentos ter sido suplantado e seus argumentos denunciados como preconceitos do momento cultural de sua produção (como na alegação de Gibbon de que a queda de Roma foi causada pelos efeitos solventes do Cristianismo sobre as virtudes viris dos pagãos), a narrativa histórica clássica continua a fascinar como o produto de uma necessidade universal humana de refletir acerca do mistério insolúvel do tempo.[1]

---

[1] Hayden White, **The content of the form: narrative discourse and historical representation**, Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1987. pp. 180-181. *"On the basis of Ricoeur's theory of historical discourse, we are permitted to attribute the timeless fascination of the historiographical classic to the content that it shares with every poetic utterance cast in the mode of a narrative. This content is allegorical: every great historical narrative in an allegory of temporality. Thus, long after its scholarship has been superseded and its arguments exploded as prejudices of the cultural moment of its production (as in Gibbon's contention that the fall of Rome was caused by the solvent effects of Christianity on pagan manly virtues), the classic historical narrative continue to fascinate as the product of a universal human need to reflect on the insoluble mystery of time.".*

estabelecer um diálogo com a Filosofia e a Teoria Literária, especialmente com referência a autores pós-estruturalistas.

Como o próprio nome indica, o pós-estruturalismo se coloca como tentativa de superação do estruturalismo, "uma corrente de pensamento na ala humanista da academia, que nasceu da lingüística e desabrochou na França, principalmente nos anos 60".[3] Mais do que uma escola, o estruturalismo constituiu-se como um conjunto de princípios identificáveis em diversas áreas: na Lingüística, com Saussure; na Antropologia, com Lévi-Strauss; na Psicologia, com Piaget e Lacan; na Filosofia, com Althusser, etc.

Basicamente o estruturalismo, e de modo especial o estruturalismo francês, se colocava contra o humanismo e o historicismo característicos da filosofia existencialista francesa. De acordo com os estruturalistas, o ser humano não estava "condenado a ser livre", como dizia Sartre. Pelo contrário, o comportamento humano seria, na ótica estruturalista, determinado por estruturas das quais raramente nos damos conta. Autores diferentes, é claro, tendiam a identificar as estruturas em suas próprias áreas de atuação. Mas em todo o caso, permanecia a idéia de que a iniciativa humana seria limitada pelas estruturas – lingüísticas, mentais, econômicas, etc. – nas quais nos achamos inseridos. Saussure, por exemplo, estudava a *langue*, isto é, a língua, um conjunto de símbolos regido por uma série de convenções, e praticada por uma comunidade lingüística de modo aparentemente "natural". Lévi-Strauss estudava as culturas humanas, que supostamente determinariam o que seus membros podem ou não pensar, e conseqüentemente o que podem ou não fazer. Althusser estudava a sociedade

---

[3]José Guilherme Merquior. **De Praga a Paris: o surgimento, a mudança e a dissolução da idéia estruturalista**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira : 1991. p. 13.

recepção no campo da historiografia tem sido marcada pela suspeita e pela reticência. E não é para menos. Sua resposta ao eterno dilema dos historiadores, situados a meio caminho entre ciência e arte, é a de que estes abandonem de uma vez toda pretensão de cientificidade e assumam que a História é, na verdade, um gênero literário. Do contrário, a "ciência" histórica estará condenada a perambular eternamente à sombra de seu Outro.

Dentre o rol de pensadores pós-estruturalistas, os dois mais influentes no âmbito da historiografia são Michel Foucault e Jacques Derrida. É importante ressaltar que tanto Foucault quanto Derrida são filósofos franceses, e que ambos se afirmam profundamente influenciados pela obra de um pensador alemão do final do século XIX, Friedrich Nietzsche. Antes de tratar especificamente destes autores, portanto, creio que seja importante traçar um percurso, ainda que breve, da filosofia da representação na filosofia moderna, para que possamos melhor compreender a inversão operada por Nietzsche com relação a tal filosofia, insistindo na prioridade da *diferença* sobre a identidade, e de que modo Foucault e Derrida se colocam como continuadores de seu projeto.

3.2. Identidade e diferença: de Descartes a Nietzsche

É comum aos historiadores da filosofia situar Descartes como o marco inaugural da filosofia moderna. Nada mais oportuno, portanto, do que estudar a filosofia da representação começando com este filósofo. Atormentado pela incerteza e pela dúvida, Descartes buscou a certeza por intermédio da dúvida. Tendo firmado o *cogito* como princípio inabalável, tanto assim que resistiria às mais loucas suposições dos céticos, Descartes orientou

representação".[8] O projeto de Hegel, em última instância, acaba por privilegiar a unidade sobre a pluralidade ao buscar estabelecer a *identidade* da identidade e da diferença. "A representação finita [de Hegel] invoca um fundamento. Mas se o fundamento não é o próprio idêntico, ele não deixa de ser uma maneira de se levar particularmente a sério o princípio de identidade, de dar-lhe um valor infinito, de torná-lo co-extensivo ao todo e levá-lo, assim, a reinar sobre a própria existência".[9]

Não haveria então algum modo de reconhecer a diferença sem dissolvê-la invariavelmente na identidade? Não haveria como reconhecer a importância do Outro sem reduzi-lo ao Mesmo, como a filosofia da diferença não tem cessado de fazer? Talvez a tentativa mais bem sucedida neste sentido tenha vindo do campo da lingüística, com a contribuição de Ferdinand de Saussure.[10] Assim como Hegel, a concepção de Saussure tem como base o caráter diferencial da identidade. Contudo, em Saussure, a natureza diferencial do signo não aponta para um conceito antecedente, ou para uma idéia, a *essência* da coisa significada. Dentro de uma estrutura lingüística, o signo só pode corresponder a um significado na medida em que se define seu lugar num sistema diferencial de signos. Em outras palavras, em Saussure a diferença ganha primazia sobre a identidade, pois esta é derivada daquela. O que vemos na lingüística saussureana então não é nada menos do que a reversão de uma prioridade estabelecida desde os primórdios do pensamento ocidental.

Será então que na lingüística saussureana poderíamos vislumbrar a possibilidade de ultrapassarmos a filosofia da representação? Será que a partir de Saussure

---

[8]Gilles Deleuze. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro : Graal, 1988. p. 96
[9]*Ibidem*, p. 96.
[10] Ferdinand de Saussure. **Curso de lingüística geral**. São Paulo : Cultrix, 1971.

Semelhante concepção de diferença, de uma diferença fundadora do pensamento e pensada enquando devir, é o que nos oferece, portanto, a filosofia de Nietzsche. Segundo Gilles Deleuze, o método genealógico de Nietzsche não busca a origem como substrato primordial, essência da realidade, mas, pelo contrário, nos leva à conclusão de que não existem essências. A busca de uma verdade fundamental subjacente ao universo das aparências não seria, então, senão o exercício da "vontade de potência", por meio do qual a fragmentação e a diferença são reprimidas de modo que o homem possa tornar-se senhor de sua própria existência. O que se apresenta como real não passa de resultado do conflito de forças. Sendo *relacional,* portanto, a realidade só pode ser entendida como um jogo de *diferenças* entre forças que jamais podem ser reduzidas à identidade, um jogo que nos remete à imagem nietzscheana do eterno retorno: "O eterno retorno não pode significar o retorno do idêntico, pois ele supõe, ao contrário, um mundo (o da vontade de potência) em que todas as identidades prévias são abolidas e dissolvidas. Retornar é o ser, mas somente o ser do devir".[11]

Mas que tipo de história pode inspirar a filosofia de Nietzsche? Ora, se a genealogia nos torna dolorosamente conscientes de que não existem *essências*, de que não existem valores absolutos e transcendentes, e que qualquer valor é fruto de uma *escolha* humana, então não há sentido em se buscar uma verdade histórica fundamental, uma história objetiva. A filosofia que privilegia a identidade nos ensinou que, diante de *um* evento histórico, somente existe *uma* adequada representação deste evento. Nietzsche, porém, nos faz ver que existem diferentes tipos de história – a história monumental, a história antiqüária e a história crítica –, sendo que nenhum destes tipos pode ser avaliado por possibilitar um maior

[11]Gilles Deleuze, **Diferença e repetição**, p. 83.

3.3. Pós-estruturalismo: Foucault e Derrida

Tomemos, por exemplo, a obra de Michel Foucault. Afirmando-se profundamente influenciado por Nietzsche, Foucault desenvolve em suas investigações um método chamado de genealogia. O método genealógico busca solapar a imagem de uma História teleológica, fruto de uma historiografia que procura estabelecer *continuidades*, que busca em épocas remotas as *causas* do presente e que vê no presente o embrião do futuro. Foucault interessa-se, pelo contrário, pelas descontinuidades, nos casos particulares que colocam em evidência a absurda pretensão das grandes teorias totalizantes. Em um texto intitulado "Nietzsche, a genealogia e a História", que trata especificamente do método genealógico e de seu débito para com a filosofia de Nietzsche, Foucault observa que o pensador alemão recusa, ainda que de modo não sistemático, a utilização do termo *Ursprung* (origem), a não ser para associá-lo a *Erfidung* (invenção) ou *Kunststück* (artifício). De acordo com Foucault:

> Procurar uma tal origem é tentar reencontrar "o que era imediatamente", o "aquilo mesmo" de uma imagem imediatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há algo "inteiramente diferente": não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.[13]

A abordagem genealógica de Foucault, portanto, não busca origens, mas descontinuidades, com o intuito de encontrar formações discursivas. Como observa Harlan:

---

[13]Michel Foucault. "Nietzsche, a genealogia e a história". *in*: **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1989. p. 17-18.

Ciências Humanas, não existe um *sujeito* ou uma *natureza humana* que não sejam historicamente construídos. As próprias noções de falso e verdadeiro só fazem sentido com referência a uma formação discursiva particular. Mark Philp, em um ensaio acerca de Foucault, assim se refere ao conceito de discurso:

> O seu método [o de Foucault] consiste em indagar quais as regras que comandam esses enunciados; quais as regras que nos permitem identificar certos enunciados como verdadeiros e outros como falsos; quais as regras que nos permitem a elaboração de um mapa, de um modelo ou de um sistema classificativo; quais as regras que nos permitem identificar determinados indivíduos como autores; e quais as regras que se revelam quando um objeto do discurso é modificado ou transformado [...]. Sempre que ocorre a identificação de conjuntos de regras destes tipos, estamos perante uma formação discursiva ou discurso.[15]

Como podemos perceber, a aceitação de Foucault implica no reconhecimento de que a verdade – e por extensão a *verdade histórica* – não existe por si mesma, uma vez que ela se coloca como um produto do discurso. Algo semelhante nos é proposto a partir das reflexões de Jacques Derrida. Tal como Foucault, Derrida também parte de pressupostos firmados pelo estruturalismo. Tomando como base o entendimento saussureano, que dissocia o signo de seu referente, Derrida radicaliza o empreendimento estruturalista dissociando o signo também do conceito que, supõe-se, ele deveria representar. Esclareçamos melhor esta questão: em Saussure não há uma correspondência natural entre a palavra (o signo) e o referente (a coisa significada). A idéia de árvore, por exemplo, só é possível porque a representamos pela palavra "árvore", que é *diferente* de "planta" ou de "arbusto". Derrida, porém, vai além, e propõe que "planta" ou "arbusto" só têm sentido porque sabemos que não são "galho", "floresta" ou "vegetal". Em outras palavras, o signo não aponta para um conceito,

---

[15]Mark Philp. "Michel Foucault". In: Quentin Skinner. **As ciências humanas e seus grandes pensadores**. Lisboa : Dom Quixote, 1992. p. 91-92.

inaudível", solapando assim na base toda a teoria lingüística de Saussure e de seus seguidores. "Se não há, pois, uma escrita inteiramente fonética, é porque não há *phonê* puramente fonética".[17] A noção de *différance*, em seus desdobramentos, extrapola o âmbito da lingüística e leva Derrida a contestar e inverter a tradicional hierarquia metafísica entre o Ser (a Voz, a Presença) e o Devir (a escrita, que pelo fato de ter uma existência material, possui uma *história*). No capítulo seguinte teremos a oportunidade de nos estudarmos mais detidamente as idéias de Derrida.

Esta concepção aberta de linguagem tem implicações profundas para o entendimento da História se substituirmos a noção de *signo* pela noção de *texto*. Do mesmo modo como um signo só é pensável em relação a outros signos, um texto só pode ser lido porque se encontra inserido em uma cadeia relacional de textos. O pensamento de Derrida encontra afinidade com as discussões desenvolvidas pelo grupo *Tel Quel*,[18] do qual fez parte, e principalmente com as teorias lingüísticas de Julia Kristeva. Para esta autora todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de outro texto.[19] Derrida, porém, é mais radical. Ele não só nega a possibilidade de que tracemos as influências recebidas por um autor, reafirmando a tese de Kristeva, de que tal tentativa é sempre inadequada, mas aponta ainda para o fato de que nenhum texto possui sentido determinável. Um texto, qualquer texto, para que possa ser interpretado, necessita de outro, que lhe sirva de contexto. O contexto, porém, é também um texto, que para ser interpretado necessita de um

---

[17]Jacques Derrida. **Margens da Filosofia**. Campinas : Papirus, 1991. p.36.
[18]Trata-se de um grupo de discussões, responsável pela edição da revista *Tel Quel*, que trata de assuntos relativos à lingüística e à crítica literária.
[19] Julia Kristeva. **Semiótica: introdução à semanálise**. São Paulo : Perspectiva, 1974.

de que ele possa constituir um referente transcendental para a análise, é na verdade uma idéia fundamentalmente errônea e, no limite, ideologicamente perigosa.

3.4 – Para onde vai a História a partir de agora?

É interessante notarmos que recentemente um novo tipo de história tem se esforçado por obter reconhecimento institucional, uma história mais intertextual que contextual, mais preocupada com a invenção de significados vivos do que com a quimérica recuperação de intencionalidades de autores já mortos, mais *interpretativa* do que *explicativa*. Trata-se de uma historiografia, da qual Harlan constitui um excelente exemplo, que se diz inspirada por autores como Michel Foucault e Jacques Derrida, que freqüentemente (e sintomaticamente) se reportam a Nietzsche em seus escritos. Para estes novos historiadores a tarefa da história não é a de desenterrar tudo o que já não vive mais, mas encontrar no passado, elementos que possam abrir perspectivas para o presente e para o futuro. Isto exige aquela faculdade mencionada por Nietzsche, a do *esquecimento*, um esquecimento criativo que nos permita selecionar no passado somente aquilo que possa orientar nossas ações no futuro.

Evidentemente, uma história presentista e plural, como a que se propõe atualmente, não é imune à tendência tradicional no pensamento ocidental de redução da diferença à identidade. Como bem nos alerta Deleuze, "não basta multiplicar perspectivas para fazer perspectivismo. É preciso que a cada perspectiva ou ponto de vista corresponda uma obra autônoma, dotada de um sentido suficiente: o que conta é a divergência das séries, o

estudos históricos, tornando-se então uma disciplina autônoma. Decisiva para esta separação teria sido a identificação crescente da própria concepção de tempo como *cronologia*. "Por volta do final do século XVIII", de acordo com Cohn, "os antropólogos foram incumbidos do estudo de Outros externos, separados dos europeus no espaço". E acrescenta: "Seu campo tornou-se uma espécie de não-história, uma vez que lidava com sociedades imutáveis, ou, na melhor das hipóteses, movendo-se vagarosamente – sociedades que não possuíam História porque não tinham cronologia".[1]

A demarcação de fronteiras entre essas duas disciplinas, porém, revelou-se precária, pois se História e Antropologia trabalhavam objetos nitidamente distintos – grandes civilizações do passado, e pequenas tribos e sociedades exóticas do presente, respectivamente –, os estudos antropológicos continuavam sendo conduzidos sob uma ótica historicista. Muitos estudiosos europeus, seguros de sua superioridade cultural, identificavam, nas sociedades "primitivas", padrões correspondentes a estágios anteriores de desenvolvimento de sua própria sociedade. Desse modo, o pensamento antropológico, ao longo do século XIX e início do XX, foi marcado pela afirmação de um *evolucionismo* social e cultural. Tal era o caso, por exemplo, de autores como Herbert Spencer, E. B. Tylor, L. H. Morgan e James Frazer, entre outros, que, estudando diversas instituições sociais, acreditavam num desenvolvimento linear de todas as sociedades, levando da simplicidade à complexidade, da homogeneidade à heterogeneidade. Comum a todos esses pesquisadores – e que seria percebido com clareza por

---

[1] Bernard S. Cohn, "Anthropology and history in the 1980's", in: Theodore K. Rabb. **The new history: the 1980's and beyond**. Princeton : Princeton University Press, 1982, p. 229. *"By the end of the eighteenth century anthropologists were left to the study of the external others who were separated from the Europeans by space. Their field became a kind of non-history, since it dealt with societies which were unchanging, or at best slowly moving – societies which could not have history because they had no chronology".*

O trabalho de demolição do edifício teórico erigido pelos evolucionistas se fez sentir principalmente com a emergência da abordagem funcionalista na Antropologia, a partir da primeira metade do século XX. Representado, sobretudo, pelo trabalho de Bronislaw Malinovski, o funcionalismo procurava utilizar o método comparativo não para escalonar as culturas em "inferiores" e "superiores", mas para relativizar a própria cultura do etnólogo. Mesmo as noções de cronologia e de História, fundamentais para a teoria do evolucionismo social, revelaram ser o produto contingente de uma sociedade particular. Bernard Cohn, por exemplo, discutindo um gênero literário malaio, o *hikayat*, argumenta que seus textos não evidenciam os tempos verbais, por partirem de uma compreensão de tempo diferente da nossa.[4] De modo análogo, Roberto da Matta, num comentário à cultura dos índios *Apinayé*, argumenta que é impossível reconstituir a História dos Apinayé a partir do ponto de vista deles mesmos porque "os Apinayé têm uma noção de tempo e de duração do tempo, mas não têm uma perspectiva histórica". Em outras palavras, eles não tomam "o tempo e sua passagem como uma moldura pela qual se possam ligar todos os acontecimentos".[5]

A crítica ao etnocentrismo constitui, portanto, um dos principais legados da abordagem funcionalista à antropologia social e cultural. Mesmo o estruturalismo levi-straussiano, que a sucedeu, e que condenava a visão estritamente utilitarista que o funcionalismo tinha das manifestações culturais e sociais, não deixava de criticar a visão etnocêntrica da sociedade européia: "é na medida em que se pretende estabelecer uma

---

[4] Bernard S. Cohn, *op. cit*, p. 247. "Os verbos malaios", este autor nos diz, remetendo-se a um estudo da antropóloga Shelly Errington, "não revelam tempo e os eventos no texto não são ordenados temporalmente; neste sentido, o *hikayat* não é uma narrativa, mas uma sucessão de imagens que comunicam o sentido pretendido. *[Malay verbs do not show tense and the events in the text are not temporally ordered; in this sense the* hikayat *is not a narrative, but a succession of images which convey the sense intended]".*

[5] Roberto da Matta, **Relativizando: uma introdução à antropologia social**, Rio de Janeiro : Rocco, 1987, p. 121.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

4.1. A abordagem estruturalista

A grande inovação de Lévi-Strauss foi a aplicação da teoria lingüística de Ferdinand de Saussure ao estudo da Antropologia. Como já havíamos visto, ao discutirmos o pós-estruturalismo, Saussure buscava entender a língua como um sistema de relações diferenciais. Embora tal sistema estivesse sujeito a um processo de contínua transformação, seu estudo só poderia ser conduzido adequadamente, de acordo com Saussure, se conferíssemos a primazia da sincronia sobre a diacronia. Tomando por base essas premissas, Lévi-Strauss ampliou o modelo saussuriano, aplicando-o a todas as manifestações culturais, e não só à linguagem.[8] Nesse sentido, as relações de parentesco, por exemplo, poderiam ser interpretadas como uma forma de linguagem na qual as mulheres, em determinadas sociedades, equivaleriam a mensagens verbais circulando entre os diferentes clãs. Podemos perceber ainda a influência de Saussure em Lévi-Strauss, quando este ressalta o papel da *diferença* nos sistemas culturais: "procuramos mostrar que a verdadeira contribuição das culturas não consiste na lista de suas invenções particulares, mas no *ajustamento diferencial* que oferecem entre si".[9] Importando o modelo lingüístico de análise estrutural, Lévi-Strauss buscava, pois, garantir as conquistas do funcionalismo – principalmente a crítica ao

---

[8] Na verdade Lévi-Strauss julgava estar dando continuidade a um projeto já vislumbrado pelo próprio Saussure, conforme a seguinte passagem: "O que é, então, a antropologia social? Ninguém, parece-me, esteve tão próximo de defini-la [...] do que Ferdinand de Saussure quando, ao apresentar a lingüística como parte de uma ciência ainda por nascer, ele reserva a esta o nome de *semiologia*, e lhe atribui por objeto a vida dos signos no interior da vida social. [...] Ninguém contestará que a antropologia tem no seu campo alguns destes sistemas de signos, aos quais se acrescentam vários outros [...]." Claude Lévi-Strauss, "O campo da Antropologia", *in:* **Antropologia estrutural dois**, 4. ed. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1993, p. 17.

[9] Claude Lévi-Strauss, "Raça e História", **Antropologia estrutural dois**, p. 362.

sentido, um grupo de culturas em interação teria mais chances que uma cultura que permanecesse em um maior grau de isolamento: "Pois, na medida em que estivesse sozinha, uma cultura nunca poderia ser 'superior'; como o jogador isolado, ela só conseguiria realizar pequenas séries de alguns elementos, e a probabilidade de que uma longa série 'saísse' em sua história (sem estar teoricamente excluída) seria tão frágil que se precisaria dispor de um tempo infinitamente mais longo do que aquele no qual se inscreve o desenvolvimento total da humanidade, para ser possível vê-la realizar-se".[12]

Lévi-Strauss, portanto, não questiona a importância da História *em si*, chegando mesmo a buscar uma explicação para o fato de que algumas sociedades – as "quentes" – desenvolvam uma consciência histórica e outras não. Porém, quando se trata de discutir o historicismo, ou mesmo a pertinência de contribuições da História enquanto disciplina para os estudos antropológicos, Lévi-Strauss não deixa de fazer certas reservas. Entre suas considerações a este respeito, podemos destacar seus questionamentos acerca do conceito de História, das relações de contraste entre História e Antropologia, da primazia conferida à perspectiva diacrônica no estudo da sociedade e da cultura e a ambição da História em abarcar a totalidade da realidade social e cultural.

Segundo Lévi-Strauss, é necessário que estejamos de acordo quanto ao sentido que damos ao termo "História": "Se é a história que os homens fazem sem saber; ou a história dos homens tal como os historiadores a fazem, sabendo-o; ou, enfim, a interpretação pelo filósofo da história dos homens, ou da história dos historiadores".[13] Em seu ensaio "História

---

[12] Claude Lévi-Strauss, "Raça e História", p. 359.
[13] Claude Lévi-Strauss, *apud* Roberto da Matta, *op. cit.*, p. 120.

substância do passado, mas também a o estofo da vida atual".[15] Tanto assim que Lévi-Strauss não demoraria em mudar seu discurso, mencionando o nome de Braudel num ensaio posterior, e afirmando que "na idéia de uma história estrutural nada existe que possa chocar os historiadores".[16]

Mas se em determinados momentos Lévi-Strauss viu-se obrigado a retratar posições anteriores, por outro lado ele jamais deixou de tecer duras críticas com respeito à prioridade de uma abordagem histórica no estudo da cultura, uma vez que, seguindo os passos de Saussure, ele ressaltava a primazia da perspectiva sincrônica sobre a diacrônica: "Por mais importante que seja a perspectiva histórica, não podemos atingi-la senão no final [...]".[17] Mas a aversão de Lévi-Strauss à História só se fez sentir de modo absolutamente evidente a partir de sua polêmica com Sartre, desenvolvida no capítulo final de *O pensamento selvagem.* De acordo com Merquior, "Sartre havia afirmado [em *Critique de la Raison Dialetique*, de 1960] que o pensamento era uma forma de razão analítica, e que a principal diferença entre este e a dialética era que esta sabia, e a razão analítica não, como transcender um contexto histórico determinado".[18] Implícita, nestas idéias, era a afirmação da superioridade do Ocidente sobre os "povos sem História". A resposta de Lévi-Strauss foi clara, direta e incisiva: o conhecimento histórico nada mais seria que uma função da práxis atual. Obcecados por preocupações contemporâneas, os historiadores escolheriam que elementos do passado seriam ou não resgatados, que personagens históricos e respectivas motivações seriam valorizados ou

---

[15] Fernand Braudel, "História e ciências sociais: a longa duração", *in:* **Escritos sobre a História**, 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1992, p. 43. É importante sublinhar que este texto foi escrito originalmente para a revista **Annales E.S.C**, em 1958.
[16] Claude Lévi-Strauss, "O campo da Antropologia", p. 24.
[17] Claude Lévi-Strauss, "O campo da Antropologia", p. 25.
[18] José Guiherme Merquior, *op. cit.*, p. 111.

a conceitos em uma relação de emblemas com tipos culturais".[20] E mais: quase como um tributo a Lévi-Strauss, que classificava as sociedades em "frias" e "quentes", Sahlins estabelece uma tipologia na qual distinguem-se estruturas prescritivas e performativas, estas últimas mais abertas à mudança. Contudo, Sahlins salienta que sua tipologia visa fundamentar conceitualmente a análise, não correspondendo a nenhuma sociedade em particular. Pelo contrário, "estruturas performativas e prescritivas são tipos ideais. As duas podem ser encontradas na mesma sociedade, em vários locais da ordem global".[21] Além disso, discutindo a relação entre estrutura e evento, Sahlins propõe que vejamos as duas faces da questão. Se a ação humana ganha significado quando articulada a um esquema conceitual ou a uma ordem cultural, também é certo dizer que, no curso da ação, a estrutura se defronta com paradoxos que só a diacronia é capaz de resolver:

> Uma sincronia saussureana estrita embaraça-se nas famosas "instabilidades lógicas" das categorias culturais. O rei de Fiji é masculino e feminino; sua natureza política e ritual é dual ou, contextualmente, uma ou outra. Tomando isso como uma descrição empírica e sincrônica, não há muito que fazer com ela; parece haver uma 'ambigüidade permanente' ou uma 'contradição inerente' ao sistema. Contudo, da posição da estrutura diacrônica, este é um efeito derivativo, tendo igualmente princípio e lógica. Há uma noção mais geral de estrutura, necessariamente temporal, pela qual a contradição é de uma vez resolvida e restituída à inteligibilidade.[22]

Considerando as conclusões a que chega Sahlins, e suas conseqüentes implicações para a teoria da História, seria de se esperar que sua obra exercesse um impacto significativo no estudo da História. Contudo, contrariamente às expectativas que suscita, esse autor exerce relativamente pouca influência entre os historiadores. Aletta Biersack, por exemplo, discutindo a importância de Sahlins para a historiografia, de fato só chega a

---

[20] *Ibidem*, p. 182.
[21] *Ibidem*, p. 14.
[22] *Ibidem*, p. 17.

estruturalista, ao passo que Geertz, em suas análises, propõe um *modelo interpretativo*, de inspiração hermenêutica.

4.2. A abordagem culturalista

Em um estudo em que compara as antropologias de Claude Lévi-Strauss e Clifford Geertz, Celso Azzan Júnior vê a abordagem estruturalista e a culturalista, respectivamente, como "projeções, longas, complexas, específicas para um campo discursivo disciplinar"[26] de séries paradigmáticas que, em última análise, nos remeteriam à oposição entre explicação e interpretação. Como desdobramentos de princípios epistemológicos auto-excludentes, tais como dedução e indução, sintaxe e semântica, redundância e abertura, entre outros, essas abordagens seriam, por conseqüência, antagônicas. Isso tudo nos ajuda a compreender porque Geertz tem conseguido despertar a atenção de um número considerável de historiadores, ainda que ele não tome a História de modo explícito como categoria de análise. Em primeiro lugar, devido a seu enfoque hermenêutico, Geertz vincula-se, ainda que indiretamente, ao historicismo de Wilhelm Dilthey. Em segundo lugar, por sua ênfase no particular mais do que numa busca por regularidades, a abordagem geerziana torna-se particularmente atraente a uma disciplina como a História, cujos objetos, situados no passado, não se repetem, nem se sujeitam a estudo empírico de campo no sentido estrito do termo. É claro, há sempre o risco, como observa Adams, de que o historiador simplesmente negue a

---

[26] Celso Azzan Júnior, **Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz**, Campinas : Editora da Unicamp, 1993, p. 20.

ulterior, os textos antropológicos poderiam ser assim chamados de "ficções". Geertz, como seria de se esperar, faz a devida ressalva, esclarecendo que se trata de "ficções no sentido de 'algo construído', algo 'modelado' – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não factuais ou apenas experimentos de pensamento".[31] Mesmo assim, por sua inevitável associação com a Literatura, a utilização desse termo nos leva a conceber a pesquisa etnográfica como um empreendimento muito menos "científico" e "objetivo" do que a princípio poderíamos supor.

Outra característica importante da abordagem geertziana é que, nela, nunca nos afastamos muito das situações particulares "densamente" descritas. A idéia de que podemos formular visões gerais da sociedade a partir de estudos locais é, para Geertz, escandalosamente falsa:

> A falácia Jonesville-é-a-América em ponto pequeno (ou a América é Jonesville em ponto grande) é tão óbvia que a única coisa que exige explicação é como as pessoas conseguiam acreditar e levar outros a acreditarem também. A noção de que se pode encontrar a essência de sociedades nacionais, civilizações, grandes religiões, ou o que quer que seja, resumida e simplificada nas assim chamadas pequenas cidades e aldeias "típicas" é um absurdo visível. O que se encontra em pequenas cidades e vilas é (por sinal) a vida de pequenas cidades e vilas. Se os estudos localizados, microscópicos, fossem realmente dependentes de tais premissas para sua maior relevância – se pudessem capturar o mundo amplo no pequeno – eles não teriam qualquer relevância.[32]

Por sua atenção ao particular, a descrição densa busca, assim, evitar a redução da multiplicidade das manifestações culturais sob um esquema de regras gerais, o que seria, na visão de Geertz, necessariamente empobrecedor. Pelo contrário, para ele, "a tarefa essencial da construção teórica não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições

---

[31] Clifford Geertz, "Uma descrição densa", **A interpretação das culturas**, p. 25-26.
[32] *Ibidem*, p. 32.

os eventos e a ecologia têm sobre o pensamento".[38] De qualquer modo, as impropriedades decorrentes da descrição densa não deixam constituir um problema real, se não nos trabalhos do próprio Geertz, certamente em muitos dos autores que nele se inspiram.

O mais notório exemplo de descrição densa, oferecido por Geertz é um estudo intitulado "Notas sobre a briga de galos balinesa", que constitui o capítulo final de *A interpretação das culturas*. A briga de galos, uma atividade comum em Bali, ainda que sofrendo severa repressão das autoridades locais, é tomada por Geertz como expressão simbólica da complexa rede de relações da sociedade balinesa. Segundo Geertz, essa prática "torna compreensível a experiência comum, cotidiana, apresentando-a em termos de atos e objetos dos quais foram removidas e reduzidas (ou aumentadas, se preferirem) as conseqüências práticas ao nível da simples aparência, onde seu significado pode ser articulado de forma mais poderosa e percebido com mais exatidão".[39]

Por sua resistência a grandes sínteses ou esquemas conceituais amplos, e por sua atenção a detalhes da vida social dos povos que estuda, poderíamos ser tentados a ver em Geertz uma retomada da abordagem funcionalista. As considerações que Geertz faz acerca da briga de galos balinesa, porém, nos mostram que esta é uma conclusão equivocada. A briga de galos, para Geertz não cumpre uma *função* social no sentido de manter ou alterar regras previamente estabelecidas. Ela "não mata ninguém, não castra ninguém, não reduz ninguém à condição de animal, não altera as relações hierárquicas entre as pessoas ou remodela a

---

[38] Ronald G. Walters, "Signs of the times", p. 549. *"In works less known to historians than* The Interpretation of Cultures, *he demonstrates keen awareness of the impact of history, events and ecology have on thought"*. Os trabalhos de Geertz a que se refere Walters são, respectivamente, *The Social Context of Economic Change: na Indonesian Case Study*, e *Agricultural Involution: the Process of Ecological Change in Indonésia*.

[39] Clifford Geertz, "Notas sobre a briga de galos balinesa", *in:* **A interpretação das culturas**, p. 310-311.

é a busca do significado. Para tanto, muitos cientistas sociais estariam trabalhando com analogias, como a do jogo, na qual os seres humanos são vistos como se submetendo a regras e desempenhando ações com base em estratégias, ou a analogia do drama, em que as relações sociais são vistas como *performances*, envolvendo atores, papéis e cenários. A idéia de que o comportamento social possa ser comparado a um texto a ser lido e interpretado constituiria, assim, uma outra dessas analogias. De acordo com Geertz:

> A grande virtude de ampliar a noção de texto para abranger outras coisas além das que são escritas em papel, ou gravadas na pedra, é que esse processo orienta nossa atenção justamente para o fenômeno que discutimos acima: o processo de elaboração da inscrição da ação, seus instrumentos e como estes funcionam, e as implicações que a fixação do sentido que emana de um fluir de eventos – eventos que, para a história são o que aconteceu, para o pensamento, o que foi pensado, para a cultura, o comportamento – têm para a interpretação sociológica. Imaginar que instituições, costumes e mudanças sociais possam ser de alguma forma "lidas" é alterar totalmente nosso entendimento do processo que dá origem a esta interpretação, direcionando-o para tipos de atividades mentais mais parecidas com aquelas utilizadas pelo tradutor, pelo exegeta ou pelo iconografista do que aquelas que são típicas de aplicadores de testes, analistas de fatores ou pesquisadores de opinião pública.[44]

Por seu conceito semiótico de cultura, seu método de análise, as analogias de que se utiliza, sua atenção às vicissitudes existenciais dos sujeitos que estuda, sem dúvida, Geertz trouxe contribuições importantes para o estudo da cultura. Evidentemente ele não é o único, no campo da antropologia cultural, a escrever de forma instigante e inovadora. Contudo, minha ênfase sobre esse autor justifica-se em função da freqüência com que seu nome é citado

---

[44] *Ibidem*, p. 31. *"The great virtue of the extension of the notion of text beyond things written on on paper or carved into stone is that it trains attention on precisely this phenomenon: on how the inscription of action is brought about, what its vehicles are and how they work, and on what the fixation of meaning from the flow of events – history from what happened, thought from thinking, culture from behavior – implies for sociological interpretation. To see social institutions, social customs, social changes as in some sense "readable" is to alter our whole sense of what such interpretation is and shift it toward modes of thought rather more familiar to the translator, the exegete, or the iconographer than to the test giver, the factor analyst, or the pollster."*

Carlo Ginzburg, que estuda a cultura popular européia na Idade Moderna, T. H. Breem, escrevendo sobre o jogo de azar na Virgínia no período colonial, Edward Muir, trabalhando a arte veneziana, Henry May, discorrendo sobre simbolismo religioso, e Rhis Isaac, que estuda a mobilização popular na Virgínia na época da Revolução Americana, são ainda mais alguns dos diversos historiadores cujos estudos, de uma forma ou de outra, se encontram relacionados ao tipo de abordagem culturalista, proposto por Geertz.[47]

Mas, se é certo que a História tem feito empréstimos da Antropologia, podemos identificar também um movimento na direção inversa. No início da década de 1980, Natalie Davis já observava que os historiadores "não deveriam somente estar emprestando deles [dos antropólogos] com discernimento", mas também "estar preparados para oferecer conselho acerca de seu próprio trabalho e acerca da teoria antropológica".[48] Hans Medick, escrevendo poucos anos mais tarde, percebeu que "justamente no momento em que os historiadores estão se voltando para a antropologia, os antropólogos estão passando por uma reorientação". De acordo com Medick, "há uma consciência crescente e notável da importância do tempo e do reconhecimento do tempo na formação das categorias etnográficas, e da história como uma categoria analítica para o tema de pesquisa".[49] O próprio Geertz não está alheio a este intercâmbio interdisciplinar:

---

[47] Podemos encontrar comentários sobre a utilização de *insights* antropológicos nesses autores em Hans Medick, "Missionaries in the row boat? Ethnological ways of knowing as a challenge to Social History", **Comparative Studies in Society and History**, vol. 21, n. 1, Jan 1987, pp. 81-85; Ronald G. Walters, "Signs of the times", p. 538-541; e John W. Adams, pp. 253-265.

[48] Natalie Z. Davis, *op. cit.* p. 274. *"We should not only be borrowing from them with discernment, we should also be prepared to offer advice about their own work and about anthropological theory".*

[49] Hans Medick, *op. cit.*, pp. 94-95. *"just at a time when historians are turning to anthroplogy, the anthropologists also are undergoing a reorientation. They are trying to develop their own historical insights in various respects. There is a remarkable growing awareness of the importance of time and time reckoning in the formation of ethnographic categories, for history as an analytic category of the researching subject".*

> leva os historiadores a acusar os antropólogos de gostarem de minudências, de se atolarem nos detalhes do obscuro e do sem importância, e levam os antropólogos a acusarem os historiadores de esquematismo, de perderem o contato com os dados imediatos e as complexidades, de não terem "sensibilidade" (como gostam de dizer, considerando-se possuidores dela) para a vida real. Como muralistas e miniaturistas, eles têm certas dificuldades de perceber mutuamente o que cada um vê nas perfeições diminutas ou nos desenhos grandiosos. [51]

Hans Medick inicia um artigo em que discute a relação entre História e Antropologia justamente perguntando como conciliar essas tendências opostas, "a complexa interdependência de estruturas abrangentes e a agência dos 'sujeitos', as relações que se obtém entre as circunstâncias da vida, da política e da autoridade, e as experiências e modos de comportamento daqueles afetados por essas circunstâncias".[52] Ronald Walters, discutindo a mesma questão, mostra-se preocupado com a possibilidade de que os historiadores possam ter ido longe demais em sua incorporação de conceitos e métodos antropológicos. "A descrição densa", de acordo com esse autor, "leva a leituras brilhantes de situações individuais. Ela não requer que se diga como 'textos culturais' se relacionam uns aos outros, ou com processos gerais de mudança econômica e social".[53] Mas isso ainda não é tudo. "Idealmente, a descrição densa diz algo sobre a sociedade. Na prática, ela freqüentemente descreve a realidade como um drama no qual o foco está sobre as trocas simbólicas, não sobre as conseqüências sociais. Palavras como 'classe', 'exploração' e – o mais importante – 'poder', recuam, saem da análise

---

[51] *Ibidem*, p. 112.

[52] Hans Medick, *op. cit.*, p. 76. *"Investigations in social history confront a fundamental methodological difficulty: how is it possible to comprehend and to present the dual constitution of historical processes, the simultaneity of given and produced relationships, the complex interdependence of encompassing structures and the agency of 'subjects', the relationships obtaining among the circumstances of life, production and authority, and the experiences and modes of behavior of those affected by these circumstances?"*

[53] Ronald Walters, *op. cit.*, p. 552. *"Thich description leads to brilliant readings of individual situations, rituals, and institutions. It does not require saying how 'cultural texts' relate to each other or to general processes of economic and social change".*

Como conseqüência da dificuldade em conciliar o "grande" e o "pequeno", e por sua tendência a privilegiar o segundo desses termos, a antropologia cultural tal como proposta por Geertz é também, com freqüência, acusada de sucumbir ao subjetivismo e ao relativismo. O próprio Geertz defende-se dessas acusações, definindo a si mesmo como um anti-anti-relativista. Ele compara sua situação com aquela de intelectuais americanos que, no auge da Guerra Fria, eram chamados de "comunistas", não por serem-no de fato, mas simplesmente por se oporem à obsessão para com o "Perigo Vermelho". Analogamente, Geertz acredita que a pecha de relativista venha, não de seu real posicionamento teórico, mas da insistência com que critica os críticos do relativismo. Quanto a atribuir a Geertz a alcunha de subjetivista – noção correlata à de relativista –, também devemos proceder com cautela. Na interpretação de Celso Azzan Júnior, por exemplo, a atenção que Geertz dá aos sujeitos faz com que sua abordagem se caracterize, não como subjetivista, mas como *intersubjetivista*, o que é muito diferente. O primeiro posicionamento, de acordo com Azzam, exclui a possibilidade de uma análise objetiva, ao passo que o segundo não. De qualquer modo, permanece a idéia de que, se Geertz não se lança ao relativismo e ao subjetivismo, ao menos ele chega perigosamente perto desses posicionamentos, o que alimenta o medo de historiadores como Stone de que a antropologia represente uma das "ameaças" pós-modernas à escrita da História.

e o impulso já adquirido, acabamos por abarcar não só as causas reais, mas também todas as causas possíveis do movimento".[59] O texto de literatura seria ainda considerado expressão da interioridade do autor, mas uma interioridade, em última análise, completamente dependente de instâncias externas. Sob esta ótica, a obra de John Milton, por exemplo, poderia ser entendida como mero reflexo do contexto revolucionário inglês, assim como a obra de Dickens seria não mais que o espelho da sociedade vitoriana. Portanto, de acordo com a visão historicista tradicional, o correto entendimento de um texto literário teria como premissa fundamental o conhecimento do contexto histórico no qual este se encontra inserido.

O Novo Historicismo, como seu predecessor, considera importante a relação texto/contexto, mas a vê como algo problemático. Para os novos historicistas há uma relação de dependência recíproca entre a textualidade da História e a historicidade dos textos literários, de modo que, para o crítico, torna-se importante perceber não só como o texto é moldado pelo contexto, mas também como o próprio contexto só é acessível a nós de forma textualizada, e só adquire significado à luz do texto literário ao qual se contrapõe. Este enfoque permite que se substitua uma abordagem mecanicista de causa e efeito, própria do historicismo tradicional, por uma concepção mais aberta e dinâmica da relação texto/contexto. Ao tentar definir um pressuposto comum aos teóricos do Novo Historicismo, Catherine Gallagher, que se afirma representante desta tendência nos estudos literários, afirma:

> Embora haja uma certa controvérsia acerca do que seja o novo historicismo, o que constitui sua essência e seus acidentes, a maioria de seus aderentes e opositores provavelmente concordaria que ele estabelece a leitura de textos literários e não

---

[59]Hipolito Taine, **Historia de la literatura inglesa,** Buenos Aires : Editorial Americalle, 1945, p.. 20. *"[...] cuando hemos considerado la raza, el medio y el momento, es decir, el resorte interior, la presión exterior y el impulso ya adquirido, hemos agotado, no sólo todas las causas reales, sino todas las causas posibles del movimiento".*

seguidores de princípios rigidamente estabelecidos. Esta falta de um eixo teórico a nortear de modo inequívoco a abordagem dos novos historicistas é observada na introdução de um livro intitulado *Practicing New Historicism*, de Gallagher e Greenblatt, numa passagem um tanto longa, mas que vale a pena ser citada na íntegra:

> Quando, anos atrás, pela primeira vez notamos na lista anual de anúncios de empregos da *Modern Language Association*, que um departamento de Inglês estava anunciando uma vaga para um especialista em Novo Historicismo, nossa reação foi de incredulidade. Como foi possível que alguma coisa que realmente não existia, que era somente algumas palavras gesticulando em direção a uma nova prática interpretativa, tenha se tornado um "campo"? Quando isso aconteceu, e como não pudemos notar? Se este era realmente um campo, quem poderia reclamar autoridade sobre ele, em que tal autoridade consistiria? Certamente, nós, de todas as pessoas, deveríamos saber alguma coisa acerca da História e dos princípios do Novo Historicismo, mas o que sabíamos, sobretudo, é que ele (ou talvez nós) resistia à sistematização. Nunca tínhamos formulado um conjunto de proposições teóricas ou articulamos um programa; nunca formamos para nós mesmos, e muito menos para os outros, uma seqüência de questões que sempre precisavam ser colocadas ao encontrar um trabalho de literatura de modo a construir uma leitura novo-historicista; nunca fomos capazes de dizer a alguém, em arrogante desaprovação, "Você não é um autêntico Novo Historicista". A noção de autenticidade parecia, e continua a parecer mal colocada, pois o Novo Historicismo não é uma escola coerente e bem costurada na qual se possa entrar ou da qual se possa ser expulso.[3]

Richard Freadman e Seumas Miller afirmam algo parecido quando, comentando acerca do Novo Historicismo, escrevem que é difícil demarcá-lo com exatidão, e que se trata de "um movimento mais multiforme do que a maioria".[4] Sendo assim, a expressão "Novo

---

[3]Catherine Gallagher e Stephen Greenblatt, **Practicing New Historicism**, Chicago : University of Chicago Press, 2000, pp. 1-2. *"When years ago we first noticed in the annual job listing of the Modern Language Association that an English department was advertising for a specialist in new historicism, our response was incredulity. How could something that really didn't really exist,that was only a few words gesturing toward a new interpretive practice, have become a 'field'? When did it happen and how could we not have noticed? If this was indeed a field, who could claim expertise in it and what would such expertise consist of? Surely, we of all people should know something of the history and principles of new historicism, but what we knew above all was that it (or perhaps we) resisted systematization. We had never formulated a set of theoretical propositions or articulated a program; we had not drawn up for ourselves, let alone for anyone else, a sequence of questions that always needed to be posed when encountering a work of literature in order to construct a a new historicist reading; we would not be able to say to someone in haughty disapproval, 'You are not an authentic new historicist'. The notion of authenticity seemed and continues to seem misplaced, for new historicism is not a coherent close knit school in which one might be enrolled or from which one might be expelled".*

[4]Richard Freadman e Seumas Miller, **Repensando a Teoria: uma crítica da Teoria Literária contemporânea**, São Paulo : Editora da Unesp, 1994, p. 229.

As análises literárias empreendidas pelos Novos Críticos poderiam então ser caracterizadas por sua recusa em contemplar informações acerca da vida do autor de literatura ou das condições sociais em que este se encontrava quando escreveu. John Crowe Ransom, teórico americano vinculado à Nova Crítica, por exemplo, ao propor a questão "O que é crítica literária?", acha que esta pode ser mais facilmente respondida se perguntarmos o que a crítica literária *não é*. Ela, a princípio, não consistiria em "trabalhos de erudição histórica e de Neo-humanismo, mas outras exclusões são possíveis". Entre elas a exclusão dos estudos históricos, estudos de retórica, reflexões morais e "quaisquer outros estudos que digam respeito a algum conteúdo abstrato ou em prosa extraído do trabalho. [...] O crítico pode muito bem se informar de como estas matérias [ciência, política, direito, etc.] foram dominadas pelo artista, mas sua tarefa como crítico é discutir a assimilação literária delas".[6] Cleanth Brooks, outro teórico da Nova Crítica, assume um posicionamento análogo ao afirmar que devemos nos limitar ao "exame daquilo que um poema diz enquanto poema", e que a ênfase de seu trabalho recai sobre "o *poema,* e só incidentalmente [ele está preocupado] com o *poeta* que produziu a obra, ou com os diversos tipos de *leitores* que reagiram a ela".[7] Se o texto possui uma existência autônoma – premissa da Nova Crítica – qualquer informação fora dele só poderia ser desorientadora para uma análise séria. Formalismo – a idéia de que só os aspectos formais de

---

[6]John Crowe Ransom. "Criticism, Inc.". In: David Lodge (ed.). **20th century literary criticism: a reader**, London : Longman, 1975. p. 235-236. *"What is criticism? Easier to ask, What is criticism not? It is na act notoriously arbitrary and undefined. [...] Professor Crane excludes from criticism works of historical scholarship and Neo-Humanism, but more exclusions are possible than that. I should wish to exclude: 1. Personal registrations, which are the effect of the art-work upon the critic as reader. [...] 2. Synopsis and paraphrase. [...] Historical studies. [...] Linguistic studies. [...] Moral studies. [...] Any other special studies which deal with some abstract or prose content taken out of the work. [...] The critic may well inform himself of these materials as possessed by the artist, but his business is to discuss the literary assimilation of them".*

[7]Cleanth Brooks. **The well wrought urn: studies in the structure of poetry**, London : Methuen, 1971. p. vii, ix. *"We had better begin with, by making the closest examination of what the poem says as a poem. [...]I would ask [...] to remember that I am here primarily concerned with the* poem *and only incidentally with the* poet *who produced the work or with the various kinds of* readers *who have responded to it".*

forma, os Novos Críticos são constantemente – e não sem razão – acusados de ignorar o *conteúdo* social e político dos textos literários.

Tomemos como exemplo duas análises da peça *Macbeth*, de William Shakespeare, para ilustrar a diferença entre a abordagem da Nova Crítica e a de seus adversários. Escolho não sem razão um texto do Renascimento inglês, pois é nesta área que se concentra a maioria dos autores do Novo Historicismo. Segundo Dudley Miles e Robert C. Pooley, *Macbeth*, representa uma das melhores obras de Shakespeare, pois nela os *personagens* são responsáveis por suas próprias ações.[8] O mesmo não ocorre, por exemplo, na peça *Romeu e Julieta*, tidas por esses autores como inferior, uma vez que o final trágico deve-se ao acaso, a uma seqüência de infelizes coincidências. Em *Macbeth*, pelo contrário, o protagonista tem plena consciência da imoralidade de suas ações, que terminam por trazer-lhe a ruína e a própria morte. Seguindo um caminho diferente, John Dover Wilson analisa a mesma obra – *Macbeth* – não a partir de seu enredo, dos personagens ou do foco narrativo, mas a partir de suas *implicações políticas*.[9] De acordo com Wilson, no tempo de Shakespeare havia diversas versões dos episódios envolvendo as sucessões dinásticas na Escócia do século XI, período em que viveu Macbeth. Shakespeare escolhe representar Macbeth como um monstro sangüinário porque isto lhe permite introduzir na história um personagem mítico – Banquo –, cujo filho Fleance teria fugido para a Inglaterra e se casado com uma descendente direta do Rei Artur.[10] Do casamento de Fleance, supostamente teria derivado a dinastia dos

---

[8] Dudley Miles e Robert C. Pooley, **Life and literature in England**, Chicago : Scott, Foresman and Company, 1948. pp. 101 e seguintes.

[9] John Dover Wilson. "Introduction". In: William Shakespeare, **Macbeth**, London : Cambridge University Press, 1968.

[10] A principal fonte de John D. Wilson, *op. cit.* são as **Chronicles of England, Scotland and Ireland**, de Holinshed. De acordo com estas crônicas, Malcom II, avô de Duncan I, rei da Escócia, havia assassinado todos os membros da anterior família real para assegurar o trono da Escócia a sua descendência. Por descuido Malcom II deixou que lhe escapasse uma mulher de nome Gruoch, que mais tarde casou-se, teve um filho, enviuvou e tornou a se casar, desta vez com um nobre da casa de Moray chamado Macbeth. Nesta versão, ao por fim à vida de Duncan I, seu primo, Macbeth nada mais havia feito que assegurar a sucessão real a seu enteado, legítimo

realidades ao invés de lidar com as coisas impalpáveis das abstrações teóricas [...]."[11] Ao referir-se às "abstrações teóricas" em tom pejorativo, Hillis Miller não está se colocando contra a teoria em si, mas contra aquele tipo específico de teoria desenvolvido pela Nova Crítica, obcecada pela forma, e que tende a excluir a realidade social de seu campo de considerações.

5.2. Novo Historicismo e Crítica Marxista

A guinada dos estudos literários para as análises de caráter político e social tomou formas diversificadas e resultou na formação de uma pluralidade de novas correntes teóricas. Dentre estas o marxismo, em suas diversas vertentes, tem sido certamente a mais influente. Isto pode ser pode ser observado se tomarmos o primeiro parágrafo do primeiro capítulo de um dos livros de Teoria Literária mais populares da década de 1980, *The political unconscious: narrative as a socially symbolic act*, de Frederic Jameson:

> Este livro irá argumentar em favor da prioridade da interpretação política dos textos literários. Ele concebe a perspectiva política não como um método suplementar, não como um auxiliar opcional para outros métodos interpretativos em voga hoje em dia – o psicanalítico ou de crítica dos mitos, o estilístico, o ético, o estrutural – mas sim como o horizonte absoluto de toda leitura e toda interpretação. [12]

---

[11] J Hillis Miller. "Presidential Adress 1986. The triumph of theory, the resistance to reading and the question of the matrial base", **PMLA** (Publications of the Modern Language Association), v. 102, n. 3, May 1987. p. 283. *"The shift to history and politics comes in response to a demand that arises not so much from without as from within, a demand imposed by ourselves on ourselves. It is a demand to be ethically and politically responsible in our teaching and writing, to grapple with realites rather than with the impalpabilities of theoretical abstractions and barbarous words about language, such as the names of figures of speech".*

[12] Frederick Jameson, **The political unconscious: narrative as a socially symbolic act**, Ithaca : Cornell University Press, 1981. p. 17. *"This book will argue the priority of the political interpretation of literary texts. It conceives of the political perspective not as some supplementary method, not as na optional auxiliary to other interpretive methods current today – the psychoanalitic or the myth-critical, the stylistic, the ethical, the structural – but rather as the absolute horizon of all reading and all interpretation".*

da História".[17] Os textos literários, de acordo com a abordagem marxista, seriam veículos de ideologias, e a tarefa do crítico seria a de pô-las a descoberto.

A emergência do marxismo nos estudos literários abriu caminho para outros enfoques teóricos – feminismo, minorias sociais (homossexuais, negros, asiáticos, indígenas, etc.), pós-colonialismo (literaturas de língua inglesa em ex-colônias britânicas), entre outros – surgidos principalmente a partir da década de 1960, período de grande contestação social nos Estados Unidos. Quando comparamos o Novo Historicismo com o marxismo e as demais abordagens que privilegiam o social, percebemos que se estabelecem relações bastante ambíguas entre esses campos. Edward Petcher, por exemplo, não hesita em definir o Novo Historicismo como uma espécie de Marxismo:

> Muitas práticas de crítica literária, diferentes e até contraditórias, são atualmente representadas como Novo Historicismo. Contudo, do modo como eu entendo o projeto, trata-se no seu âmago – ou melhor, em sua margem ofensiva – de uma espécie de "crítica Marxista". [...] Ao centrar o Novo Historicismo na crítica marxista, quero com isso dizer Marxismo clássico ou alguma das revisões "mais suaves" antecedidas de *neo* ou *pós*? A resposta é que eu incluo todos os tipos, na medida em que todos concebem a história e a vida política contemporânea como determinadas, totalmente ou em essência, pela luta, contestação, relações de poder, *libido dominandi*.[18]

Catherine Gallagher, por outro lado, distingue o Novo Historicismo de certas formas de Marxismo por sua resistência em aceitar grandes modelos totalizadores da História, e por sua recusa em subsumir toda a heterogeneidade social a uma narrativa-mestra na qual

---

[17]Frederick Jameson, **The political uncounscious**, p. 30. *"[...] the term* ideology *here in althusser's sense as a represantional structure which allows the individual subject to conceive or imagine his or her lived relationship to transpersonal realities such as the social structure or the collective logic of History".*

[18]Edward Petcher. "The New Historicism and its discontents: politicizing renaissance drama", **PMLA** (Publications of the Modern Language Association of America) v. 102, n. 3, May 1987. p. 292. *"Many different and even contradictory critical practices are currently represented as new historicism. Nonetheless, as I understand the project, it is at its core – or, better, at its cutting edge – a kind of 'Marxist criticism'. [...] By centering the new historicism in Marxist criticism, do I mean classical Marxism or some of the different "softer" revisions prefaced by* neo *or* post*? The answer is that I mean all of them, to the extent that they all view history and contemporary life as determined, wholly or in essence, by struggle, contestation, power relations,* libido dominandi*".*

sentido Marxismo e Novo Historicismo se aproximam, pois ambos buscam compreender a relação entre texto e contexto, ambos buscam uma articulação entre literatura e práticas culturais, sociais e políticas. Além disso, entre as diferentes vertentes de Novo Historicismo situa-se o assim chamado "materialismo cultural", mais propenso a identificar uma base material da cultura, um fundamento não textual da História e, portanto, mais próximo da abordagem marxista. O materialismo cultural, representado por autores como Jonathan Dollimore e Allan Sinfield, difere, contudo, tanto em sua origem como em seu método de análise, do tipo de trabalho desenvolvido por Stephen Greenblatt e pelos demais críticos literários ligados ao periódico *Representations.* É a esta segunda corrente que me refiro especificamente quando uso o termo "Novo Historicismo" e o contraponho ao marxismo.

Catherine Gallagher, vinculada ao grupo de trabalho de Greenblatt, toca em um ponto crucial ao utilizar a expressão "hermenêutica de suspeita". Se o termo "sujeito" evoca um processo de subjetivação, "posicionando, motivando, constrangindo [os indivíduos] – *sujeitando-os a* – redes sociais e códigos culturais que em última instância excedem sua compreensão e controle"[2], então não seria possível "que certas formas de subjetividade, tidas como sendo de oposição, fossem na verdade um meio de manutenção de relações de poder?"[3] É a esta conclusão que chega Stephen Greenblatt, por exemplo, em seu livro *Renaissance self-fashioning*, ao afirmar que "em todos os textos e documentos que examinei não havia, até onde eu podia ver, nenhum momento de identidade pura, desengajada; de fato, o sujeito

---

[2]Louis A. Montrose. "Professing the Renaissance: the poetics and politics of culture", *in*: Aram H. Veeser. *op. cit.*. p. 21. *"[...][...] positioning, motivating, and constraining them [os indivíduos] within* – subjecting them to – *social networks and cultural codes that ultimately exceed their comprehension and control"*.
[3]Catherine Gallagher, "Marxism and the new historicism", *in*: Aram Veeser (org.), **The new historicism**, p. 42.

sua inocência e intercede por ela, garantindo-lhe a suspensão da pena, mas oculta a notícia até que a mulher renuncie a uma falsa doutrina relativa à salvação. Deste relato, Greenblatt salta para uma análise da obra *Measure for measure*, de Shakespeare, na qual, analogamente ao presbítero da história anterior, o Duque Vicentio manipula a ansiedade de Cláudio ao fazê-lo acreditar que será executado. Com isto Greenblatt não pretende afirmar que Shakespeare teve acesso aos autos daquele processo e, inspirando-se nele, escreveu *Measure for measure*. O verdadeiro objetivo de Greenblatt é nos mostrar que tanto o presbítero quanto Shakespeare fazem parte de um contexto cultural mais amplo, que confere significado tanto a textos literários quanto a outros tipos de textos. Em linguagem foucaultiana diríamos que ambos, o presbítero e Shakespeare, partilhavam de uma mesma *episteme*. De fato, o procedimento de Greenblatt é muito semelhante ao de Foucault, que, em *Vigiar e Punir*, estuda diversas instituições sociais, como a prisão, a escola e o exército, identificando nelas traços comuns – a questão da disciplina, a vigilância, o binômio utilidade/docilidade, o esquadrinhamento do espaço etc. – não para argumentar que houve influência nas práticas sociais de uma instituição a outra, mas sim que todas participavam de determinada formação discursiva.

5.3. Características gerais do Novo Historicismo

Como foi ressaltado anteriormente, há uma imensa dificuldade em conceituar o Novo Historicismo, uma vez que este não se constitui propriamente numa "escola", nem seus proponentes se empenhem em definir os "princípios gerais" de seu trabalho. Em função disso, até o momento venho tentando delinear um entendimento dessa corrente nos estudos literários

identidade nacional estão continuamente efetuando mudanças no curso da história".[8] Desse modo, Greenblatt busca superar as idiossincrasias do historicismo tradicional, para o qual a ação humana era vista como resultado direto e inevitável de um conjunto relativamente pequeno de circunstâncias externas e, pior do que isso, de alguns princípios universais. O Novo Historicismo, nesse sentido, busca elaborar um tipo de análise que leve em conta o *contexto* histórico, entendido como uma totalidade complexa, na qual atuam forças em conflito, mas que nem por isso postule esse contexto como *determinante* para a ação individual.

A ênfase que o Novo Historicismo confere ao particular, contudo, não diz respeito somente a seus objetos de estudo, mas também às particularidades do próprio crítico. Este não pode ser visto, de acordo com os novos historicistas, como alguém que escreve a partir de um ponto de vista trans-histórico, alguém cujos julgamentos encontram-se isentos de juízos de valor. Pelo contrário, se os grandes autores de Literatura do passado sofreram, em sua escrita, as coerções de seus contextos históricos, o mesmo é verdadeiro para a escrita do crítico literário no presente. Essa constatação é apontada pelos novos historicistas como uma das razões pelas quais estes resistem à teorização de seu trabalho. "Duvidamos que seja possível", dizem Gallagher e Greenblatt, "construir um sistema independente de nosso próprio tempo e lugar e dos objetos particulares com os quais nos interessamos, e duvidamos também que qualquer trabalho importante que possamos fazer possa começar com tal tentativa".[9]

---

[8]Stephen Greenblatt, "O Novo Historicismo: ressonância e encantamento", **Estudos Históricos**, v. 8, 1991, p. 246.
[9]Catherine Gallagher e Stephen Greenblatt, **Practicing New Historicism**, p. 2. *"We doubt that it is possible to construct such a system independent of our own time and place and of the particular objects by which we are interested, and we doubt too that any powerful work we might do would begin with such an attempt".*

> aquelas pressões históricas recíprocas pelas quais o passado formou o presente e o presente reforma o passado.[11]

O posicionamento político de muitos críticos ligados ao Novo Historicismo tem levado esses pesquisadores a repudiar o que, de seu ponto de vista, seria uma atitude de celebração dos "grandes autores" e suas respectivas "grandes obras". Greenblatt reclama que em sua época de estudante, "uma das atribuições típicas da crítica era demonstrar que um texto que parecia uma colcha de retalhos na realidade constituía um todo complexo", e que "por trás desses exercícios havia o pressuposto de que as grandes obras do passado eram o triunfo da intencionalidade, [...] a expressão madura de uma intenção artística única".[12]

A escolha determinados textos, e sua inclusão num cânone, sem dúvida implica na exclusão de outros textos, considerados de menor importância. Mas, afinal, quem escolhe? Com base em que pressupostos? Com quais propósitos? Uma História Literária tradicional, que procura estabelecer relações entre diversas obras escritas ao longo da História, sem remeter-se ao contexto social em que estas obras foram produzidas, não é capaz, de acordo com os novos historicistas, de responder a estas questões. Mesmo uma abordagem histórica que, partindo de uma concepção reducionista de poder político – postulando, por exemplo, uma relação direta e não problemática entre a ideologia dominante na Inglaterra na época das

---

[11]Louis Montrose, "Professing the Renaissance: the poetics and politics of culture", pp. 23-24. *"Integral to such a collective project of historical criticism must be a realization and acknowledgement that our analyses and our understandings necessarily proceed from our own historically, socially and institutionally shaped vantage points; that the histories we reconstruct are the textual constructs of critics who are, ourselves, historical subjects. If scholarship actively constructs and delimits its object of study, and if the scholar is historically positioned vis-à-vis that object, it follows that the quest of an older historical criticism to recover meanings that are in the final or absolute sense authentic, correct, and complete is illusory. Thus, the practice of a new historical criticism invites rethorical strategies by which to foreground the constitutive acts of textuality that traditional modes of literary history efface or misrecognize. It also necessitates efforts to historicize the present as well as the past, and to historicize the dialectic between them – those reciprocal historical pressures by which the past has shaped the present and the present reshapes the past."*

[12]Stephen Greenblatt, "O Novo Historicismo: ressonância e encantamento", p. 249.

> Por *textualidade da história* eu quero sugerir, primeiramente, que não podemos ter acesso a um passado pleno e autêntico, uma existência material vivida, sem a mediação de traços textuais sobreviventes da sociedade em questão – traços cuja sobrevivência não podemos assumir como sendo meramente contingentes, mas, ao invés, devemos presumir que seja pelo menos parcialmente conseqüentes sobre processos sociais complexos e sutis de preservação e apagamento; e, em segundo lugar, que esses traços textuais são, por si mesmos, sujeitos a mediações textuais subseqüentes quando eles são construídos como "documentos" sobre os quais os historiadores alicerçam os seus próprios textos, chamados de "histórias".[14]

Esse entendimento da cultura e da História como texto, segundo Gallagher e Greenblatt, torna-se interessante porque oferece grandes vantagens à Crítica Literária:

> Ainda assim, a noção de uma cultura distinta, particularmente uma cultura distante no tempo e no espaço, como um texto – uma noção que recebemos mais de Geertz e nos estruturalistas que dos historicistas é poderosamente atraente por diversas razões. Ela carrega o pressuposto hermenêutico central de que se pode ocupar uma posição a partir da qual pode-se descobrir significados que aqueles que deixaram traços de si mesmos não poderiam ter articulado. Explicação e paráfrase não são suficientes; buscamos algo mais, algo que os autores que estudamos podem não ter tido distanciamento suficiente sobre si mesmos e sobre sua própria era para alcançá-lo.[15]

E ainda:

> A noção da cultura como texto tem um outro grande atrativo: ela expande vastamente a série de objetos disponíveis para serem lidos e interpretados. [...] Tem havido, com efeito, uma rebelião social no estudo da cultura, de modo que figuras até este ponto mantidas fora dos círculos de interesse propriamente ditos – uma turba de visionários religiosos meio enlouquecidos, agitadores políticos semi-alfabetizados, camponeses de aspecto grosseiro de botas ferradas, dândis cujos escritos tinham sido descartados como efêmeros, burocratas imperiais, escravos libertos, mulheres romancistas descartadas

---

[14]Louis Montrose, "Professing the Reinassance", *in*: Aram Veeser (org.), **The new historicism**, p. 20. *"By the* textuality of history, *I mean to suggest, firstly, that we can have no access to a full authentic past, a lived material existence, unmediated by the surviving textual traces of the society in question – traces whose survival we cannot assume to be merely contingent, but must rather presume to be at least partially consequent upon complex and subtle social processes of preservation and effacement; and secondly, that those textual traces are themselves subject to subsequent textual mediations when they are construed as the 'documents' upon which historians ground their own texts, called 'histories'."*

[15]Catherine Gallagher e Stephen Greenblatt, **Practicing New Historicism**, p. 8. *"Still, the notion of a distinct culture, particularly a culture distant in time or space, as a text – a notion we got more from Geertz and the structuralists than from the historicists – is powerfully attractive for several reasons. It carries the core hermeneutical presumption that one can occupy a position from which one can discover meanings that those who left traces of themselves could not have articulated. Explication and paraphrase are not enough; we seek something more, something that the authors we study would not have sufficient distance upon themselves and their own era to grasp."*

os problemas não param aí. "Se todo traço de uma cultura é parte de um texto massivo, como se pode identificar os limites dessas unidades? Qual é a escala apropriada?" E mais: "como identificar, dentre o vasto conjunto de traços textuais em uma cultura, quais são significantes, [...] de quais vale a pena tratar"?[19] Para essas perguntas os novos historicistas simplesmente admitem não ter respostas claras.

5.4. Novo Historicismo e historiografia

De tudo o que foi exposto até o momento, podemos concluir que o Novo Historicismo realmente representa um desafio para a crítica literária contemporânea. Mas e a História, em que ela se vê afetada pelo que acontece no âmbito dos estudos literários? O que há de tão ameaçador no Novo Historicismo para que um historiador como Lawrence Stone, por exemplo, seja levado a incluí-lo entre as possíveis causas de um processo de extinção da História enquanto disciplina autônoma?[20]

Norman J. Wilson, discutindo as tendências pós- modernistas no estudo da História, trata explicitamente dessa questão, afirmando que "uma percepção aguçada das práticas narrativas e retóricas na construção do texto coloca dois desafios significativos aos historiadores: primeiro, a consideração de como os documentos históricos foram construídos

---

[19] *Ibidem*, pp. 14-15. *"If every trace of a culture is part of a massive text, how can one identify the boudaries of these units? What is the appropriate scale? [...] Similarly, we ask ourselves how we can identify, out of the vast array of textual traces in a culture, which are the significant ones, either for us or for them, the ones most worth pursuing."*

[20] Lawrence Stone. "History and postmodernism", **Past and Present**, n. 131, May 1991, p. 217-218.

Teoria Literária, a própria acidez das críticas e o calor dos debates não deixa espaço para dúvidas. Mas as vozes de historiadores, se não de todo ausentes, são relativamente escassas no que concerne às discussões teóricas envolvendo os novos historicistas. Creio, portanto, que o impacto do Novo Historicismo na historiografia se faz sentir não tanto como influência, mas expressa-se, sobretudo, em termos de sobredeterminação, isto é, às tendências contemporâneas da crítica literária correspondem outras, análogas, na historiografia.

Se historiadores contemporâneos sentem que o diálogo com a literatura tende a dissolver a História em um gênero literário, da parte dos teóricos da literatura manifesta-se também o temor de que seu campo de estudos seja engolido pela História. A própria abordagem do Novo Historicismo, que recolocando o papel da História na crítica literária é vista como uma forma teórica de resistência à teoria – entendendo-se por teoria as reflexões formalistas dos Novos Críticos –, encontra equivalentes na historiografia. Afinal, não foi a *Miséria da Teoria*, de Edward Thompson, também um manifesto teórico de resistência à teoria?[1]

Historiografia e Teoria Literária constituem, portanto, dois campos nos quais podemos discernir uma certa sintonia com relação aos debates teóricos contemporâneos, sem necessariamente termos de admitir que isto se deve à influência de uma disciplina sobre a outra. Frederic Jameson, por exemplo, ao tratar do Novo Historicismo, se manifesta de modo bastante claro a este respeito:

---

[1] A argumentação de Thompson nesta obra, em que polemiza com Althusser, é bastante complexa, mas podemos citar, a título de exemplo, uma passagem em que Thompson discute a questão da relação entre o ser e a consciência social: "De qualque modo, ela [essa questão] é mais proveitosamente resolvida pela análise histórica e cultural do que por pronunciamentos teóricos". Edward Thompson, **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**, Rio de Janeiro : Zahar, 1981, p. 17.

paralelos, sugerindo, assim, que os traços comuns tornam o momento propício para um maior diálogo interdisciplinar. O contato de historiadores com o Novo Historicismo ainda é pequeno, o fluxo mais intenso é composto por novos historicistas que vão buscar *insights* na historiografia contemporânea. Mas, se lhes dermos a devida atenção, perceberemos que os dilemas enfrentados no campo da Teoria Literária após a emergência do Novo Historicismo são também bastante pertinentes à historiografia, especialmente face à discussão acerca da narrativa na escrita da História.

6. O PÓS-MODERNISMO: UMA MAL A SER ELIMINADO?

No início deste capítulo caracterizei a disciplina histórica como estando "sitiada", seus profissionais sentindo-se mergulhados numa crise epistemológica e enfrentando desafios provenientes de diversas áreas, especialmente da Teoria Literária. Depois de termos percorrido este longo percurso, passando pelo Pós-modernismo, Pós-estruturalismo, Antropologia Cultural e Novo Historicismo, estamos em melhores condições para avaliar este fenômeno. O pós-modernismo e demais tendências afins, apesar de seu aspecto ameaçador, de fato trouxeram alguma contribuição de valor para o modo como entendemos a História? Ou, pelo contrário, não passa de perda de tempo, ou ainda, pior do que isso, um mal a ser eliminado?

Nancy F. Partner, procurando responder a esta questão, opta decididamente pela segunda alternativa, argumentando que "a desestabilização teórica da História alcançada pelos

CAPÍTULO III

A ABORDAGEM PÓS-ESTRUTURALISTA DE JACQUES DERRIDA

David Harlan, em seu artigo "Intellectual History and the Return of Literature", que deu início a toda a polêmica que estamos procurando mapear, contrasta as concepções de autores de orientação contextualista à visão pós-moderna e pós-estruturalista da História. O principal autor contextualista discutido por Harlan é, conforme vimos anteriormente, Quentin Skinner, que busca resgatar as intenções dos autores do passado, fundamentando-se na teoria dos atos da fala. Aos argumentos teóricos de Skinner, Harlan contrapõe as idéias de autores pós-estruturalistas, especialmente de Jacques Derrida. Contudo, este confronto no campo da historiografia tem seu correlato na Filosofia, pois o próprio Derrida se envolveu numa discussão com John Searle, um dos principais representantes da teoria dos atos da fala. Não pretendo reconstituir em sua totalidade o debate envolvendo Derrida e Searle, mas tendo em mente que essa discussão filosófica orienta teoricamente a discussão historiográfica envolvendo Harlan e seus opositores, é importante que resgatemos alguns elementos da Filosofia de Derrida, especialmente seu posicionamento frente à vertente anglo-saxônica da Filosofia Analítica. Sendo assim, procurarei neste capítulo apresentar em linhas gerais algumas das principais idéias de Derrida, com ênfase em sua crítica à teoria dos atos da fala de John Austin e John Searle, para, em seguida, no capítulo IV, tecer comentários críticos ao texto de Harlan e apontar caminhos para os problemas teóricos que ele levanta.

O estudo de uma tendência tão vaga e difusa, portanto, soaria desanimador não fosse pela impressionante repercussão dos escritos de Jacques Derrida, um autor inequivocamente associado ao pós-estruturalismo, e cujas idéias nos servirão de roteiro para a compreensão desta corrente teórica. No capítulo anterior eu havia sugerido que o pós-estruturalismo utilizava a teoria estruturalista para questionar e tornar problemáticas – mas não negar – as premissas do próprio estruturalismo. Nesse sentido, o pós-estruturalismo, em relação a seu predecessor, poderia ser metaforicamente comparado a alguém que avança numa piscina cada vez mais funda até que seus pés não mais possam tocar o chão. Quando o estruturalismo "perde o chão", penetramos no domínio pós-estruturalista. Embora essa imagem, em virtude de sua própria simplicidade, obviamente não possa esgotar um fenômeno tão rico e, ao mesmo tempo, tão indefinido quanto o pensamento pós-estruturalista, ela é útil para ilustrar o efeito produzido pela *desconstrução*, uma estratégia para a leitura de textos desenvolvida por Derrida, a qual, ainda que inadequadamente, tem sido freqüentemente associada ao empreendimento pós-estruturalista como um todo.

1. A DESCONSTRUÇÃO

Na verdade, o termo "desconstrução" á apenas um entre os inúmeros neologismos cunhados por Derrida, tais como fonocentrismo, logocentrismo ou *différrance*. E mais: em seus escritos, Derrida não confere a esse termo tanto destaque quanto é dado não só por muitos de seus admiradores, mas também, e talvez principalmente, pela maioria de seus opositores. O fato é que a palavra "desconstrução"

literatura precedeu e dirigiu suas preocupações filosóficas,[4] devemos lembrar que sua filosofia desenvolveu-se, sobretudo, enquanto crítica ao estruturalismo, e em especial ao modelo *lingüístico* – e não literário – proposto primeiramente por Ferdinand de Saussure. Devemos lembrar também que, apesar da imensa receptividade de suas idéias no meio acadêmico norte-americano, Derrida revela uma certa reserva quanto a certos aspectos do desconstrucionismo na América. Christopher Norris, ao abordar o tema da desconstrução, observa que "às vezes Derrida se exime de toda responsabilidade por tais leituras equivocadas [que interpretam a desconstrução como se esta fosse um 'método', uma 'técnica' ou uma espécie de crítica], tomando-as como um tipo de *déformation professionelle*, o resultado de se enxertar a desconstrução numa atividade (a da Crítica Literária) com suas próprias necessidades e pré-requisitos".[5]

Ao trabalharmos estas questões, portanto, devemos ter em mente a distinção entre aquela espécie de desconstrução primeiramente proposta por Derrida e o emprego dessa noção em obras de Crítica Literária. Como a presente pesquisa não tem por objetivo tratar especificamente das idéias de Derrida, e sim de sua influência nos debates historiográficos, apresentarei ambas as versões, argumentando posteriormente que a interpretação de Harlan situa-se mais próxima do modelo de desconstrução forjado pela Teoria Literária que do desconstrucionismo derridiano propriamente dito.

---

[4] Em sua "defesa de tese", em 1980, – na verdade, ele obteve o título de Doutor com base em suas publicações, mais que propriamente sobre uma tese – Derrida afirmou à sua banca examinadora: "Eu devo lembrá-los, de maneira um tanto grosseira e simples, que o meu interesse constante, anterior até mesmo ao meu interesse filosófico eu deveria dizer, tem sido dirigido à literatura, àquela forma de escrita que é chamada de literária". *Cf.* Jacques Derrida, "The time of a thesis: punctuations", *apud* Chistopher Norris, **Derrida**, p. 13. *"For I have to remind you, somewhat bluntly and simply, that my most constant interest, coming before even my philosophical interest I should say, if this is possible, has beeen directed towards literature, towards that writing which is called literary."*

[5] Christopher Norris, **Derrida**, p. 18. *"Sometimes Derrida disclaims all responsibility for such misreadings, regarding them as a kind of* déformation professionelle, *the result of grafting deconstruction on to an activity (that of literary criticism) with its own needs and requirements".*

> referir a um centro ou fundamento estável a partir do qual possamos pensar a totalidade de uma estrutura ou mesmo da realidade em geral]. A sua forma matricial seria – espero que me perdoem por ser tão pouco demonstrativo e tão elítico, mas é para chegar mais depressa ao meu tema principal – a determinação do ser como *presença* em todos os sentidos desta palavra. Poder-se-ia mostrar que todos os nomes do fundamento, do princípio, ou do centro, sempre designaram o invariante de uma presença (*eidos, arquê, telos, energeia, ousia* (essência, existência, substância, sujeito) *alehteia*, transcendentalidade, consciência, Deus, homem, etc.).[7]

Num primeiro momento, a desconstrução visa inverter a hierarquia dos conceitos, procurando pensar o segundo termo como principal e originário. Na relação entre causa e efeito, por exemplo, este é tradicionalmente entendido como secundário e derivado daquela. Mas, em nossa experiência, primeiramente constatamos a manifestação do efeito, para então remontarmos a suas causas. Assim concebido, o efeito é que deveria ser tido como originário, pois é por *causa* dele que um fenômeno pode ser concebido como causa. Em outras palavras, numa perspectiva desconstrucionista, o efeito é entendido como a causa de sua própria causa.[8] Outro exemplo: a condição masculina só é concebível em sua relação àquilo que ela *não é*. A idéia de *homem* só pode ser pensada enquanto tal enquanto estiver em oposição às idéias de *mulher* ou *gay*. O Outro, portanto, é essencial à compreensão de Si Mesmo, e, em função disso, não pode ser considerado como algo meramente acidental e secundário.

Pensar o termo inferior como principal, produzir o *derrubamento* da hierarquia, como sugere Derrida, constitui, deste modo, o *primeiro passo* na dinâmica de uma abordagem desconstrucionista. Contudo, permanecendo simplesmente neste momento de inversão, continuaremos ainda presos a uma perspectiva logocêntrica. Uma

---

[7] Jacques Derrida, "Escritura, signo e jogo no discurso das ciências humanas", in: **A escritura e a diferença**, 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1995, p. 231.

[8] Embora o exemplo da relação causa/efeito aqui utilizado não tenha sido proposto propriamente por Derrida, mas sim por Nietzsche, ele é apresentado, acertadamente, acredito, por Jonathan Culler, como um exemplo de desconstrução característica da abordagem pós-estruturalista. Jonathan Culler, **On deconstruction**, Ithaca, Cornell University Press, 1994, pp. 86-88.

Na verdade, nesse texto Derrida somente se refere ao jogo de maneira indireta, sem explicar em qualquer momento *o que é* o jogo, em que este consiste. E isso em função de um princípio fundamental da filosofia derridiana: o de que não existe princípio, fundamento ou conceito que seja anterior ou esteja fora do jogo de diferenças que operam em qualquer discurso. Deste modo, afirmar que "o jogo *é* isto" ou "o jogo *é* aquilo" seria reduzir essa noção ao sistema de oposições que ela visa subverter. "O jogo", de acordo com Derrida, "é sempre um jogo de ausência e presença, mas se o quisermos pensar radicalmente, é preciso pensá-lo antes da alternativa da presença e da ausência; é preciso pensar o ser como presença ou ausência a partir da possibilidade do jogo, e não inversamente".[12]

Uma das principais características da abordagem desconstrucionista, tal como praticada por Derrida, é a apropriação e utilização de conceitos derivados de um sistema de pensamento para, ao final, mostrar como esse sistema não funciona. Voltando ao exemplo a que me referi anteriormente, se afirmarmos que o efeito é a causa que faz com que a causa possa ser concebida enquanto tal, nós estaremos lançando mão de um conceito – o de *causa* – para questionar o próprio sistema – o da *causalidade* – no qual este conceito se fundamenta. De acordo com Jonathan Culler, teórico do estruturalismo e pós-estruturalismo literários, "este duplo procedimento de sistematicamente empregar os conceitos ou premissas que se está solapando, coloca o crítico numa posição, não de distanciamento cético, mas de um envolvimento sem garantias, afirmando que a causalidade é indispensável ao mesmo tempo em que se nega

[12] Jacques Derrida, *Ibidem*, p. 248.

particular, aquela versão de estruturalismo representada pela obra de Claude Lévi-Strauss. Também nas teorias desse autor, Derrida identifica pares de conceitos opostos que são submetidos à crítica desconstrucionista: etnocentrismo e descentramento, pensamento conceitual e pensamento mítico, engenheiro e *bricoleur*, e, relacionados a estes, ainda os conceitos de significante e significado, e de sensível e inteligível.

Para ilustrar a estratégia desconstrucionista utilizada por Derrida, tomemos a oposição entre conceito e mito e observemos como ela se torna problemática na obra de Lévi-Strauss. Este, de acordo com Derrida, reconhece que "o discurso sobre esta estrutura a-cêntrica que é o mito não pode ele próprio ter sujeito e centro absolutos. Deve, para apreender a forma e o movimento do mito, evitar a violência que consistiria em centrar uma linguagem descritiva de uma estrutura a-cêntrica". Desse modo, somos levados à conclusão de que "Por oposição ao discurso *epistêmico*, o discurso estrutural sobre os mitos, o discurso *mito-lógico* deve ser ele próprio *mito-morfo*".[16] Por isso é que, em *Le cru et le Cuit*, Lévi-Strauss chega a admitir que "será acertado considerá-lo [seu livro] como um mito: de qualquer modo, o mito da mitologia".[17]

Esta primeira fase de derrubamento, de inversão de uma hierarquia previamente estabelecida por uma perspectiva etnocêntrica, que afirmava a prioridade do pensamento conceitual sobre o pensamento mítico, do raciocínio lógico sobre a *bricolagem*, e que é levada a cabo pelo próprio Lévi-Strauss, nos força a pensar o mito como uma forma de pensamento original, irredutível à lógica e até mesmo como condição da própria *episteme*. Mas a desconstrução derridiana vai além, questionando, em primeiro lugar, o alcance de uma abordagem que pretende ultrapassar os limites

---

[16] *Ibidem*, p. 241.

[17] Claude Lévi-Strauss, **Le Cru et le cuit**, *apud* Jacques Derrida, "Escritura, signo e jogo nos discurso das ciências humanas", *in:* **A escritura e a diferença**, p. 242.

ocidental, ou negar qualquer distinção entre conceito e mito, ou entre Filosofia e Literatura. O que Derrida busca realizar, em todos os seus escritos, é um questionamento, uma crítica rigorosa dos limites de uma filosofia da representação, para que possamos vislumbrar a possibilidade de uma forma de pensamento que esteja além – ou aquém – desses limites. Mas o fato, é que Derrida tem sido freqüentemente visto como um teórico niilista, dando aval à livre interpretação, destituída de qualquer rigor crítico. Christopher Norris, discutindo a desconstrução em Derrida, contrapõe-se com insistência a esse ponto de vista, argumentando que "tratar a desconstrução como um convite aberto a formas novas e mais aventurosas de crítica interpretativa é claramente equivocar-se com relação àquilo que é mais distintivo e exigente nos textos de Derrida".[21] E ainda:

> A ênfase de Derrida sobre a textualidade e a escrita *não é*, em qualquer sentido, uma ruptura com a filosofia, ou uma declaração de liberdades interpretativas até então não sonhadas sob a severa lei repressiva da clareza e verdade conceituais. Que esta impressão esteja tão divulgada é parcialmente o resultado de que os filósofos tenham mostrado pouca vontade em *ler* Derrida, mas um zelo incomum em denunciá-lo com base em conhecimento de segunda mão de seu trabalho.
> [...] Como eu já argumentei – e argumentarei novamente –, a desconstrução é mal servida por aqueles fanáticos de uma "liberdade" textual ilimitada, que rejeitam as próprias noções de pensamento rigoroso ou de crítica conceitual.[22]

Quando Norris usa os termos "filósofos" e "fanáticos", devemos entender, respectivamente, uma tendência majoritária nos estudos filosóficos norte-americanos, de orientação analítica, cuja recepção de Derrida se faz por intermédio dos departamentos de Literatura, ao lado de uma corrente da Teoria Literária americana que interpreta as idéias de Derrida, muitas vezes tendo apenas uma compreensão superficial da tradição metafísica que ele critica. Segundo Jonathan Culller, essa tendência da

---

[21] Christopher Norris, **Derrida**, p. 20.
[22] *Ibidem*, p. 21, 27. *"For the moment what I want to make clear isthat Derrida's stress on textuality and writing is* not *in any sense a break with philosophy, or a declaration of interpretive freedoms hitherto undreamt under the grim repressive law of conceptual clarity and truth. That this impression is so widespread is partly the result of philosophers having shown little willingness to* read *Derrida but an uncommon zeal to denounce him on the strength of second-hand acquaintance with his work. [...] As I have argued already – and willl argue again – deconstruction is ill served by those zealots of a limitless textual 'freeplay' who reject the very notions of rigorous thinking or conceptual critique".*

haveria uma preocupação maior com o *conteúdo* a ser comunicado, ao passo que no texto literário propriamente dito, o interesse pela *forma* seria tão ou mais relevante. Bonnie Klomp Stevens e Larry L. Stewart, ao discorrer sobre o trabalho do crítico literário John Crowe Ransom, expressam, de maneira sintética, algumas das principais características dessa corrente teórica:

> [...] para Ransom e a maioria dos outros Novos Críticos, uma obra literária é verdadeiramente autônoma, o resultado de um processo criativo particular ao invés de um produto de um artista ou de uma era, e é considerada, de modo mais acurado, como um objeto independente, não como a manifestação de algo mais. Especular sobre as intenções de um poeta, por exemplo, é tanto fútil como sem sentido: mesmo que se possa, de algum modo, determinar quais eram as intenções originais do poeta, não se poderia estar certo que estas intenções tenham sido preservadas na versão final do poema – de fato, pode-se estar quase certo que não. Os Novos Críticos também tipicamente rejeitam a noção de que uma obra de literatura seja a expressão de uma tendência histórica ou sociológica, ou do estado psicológico de um autor: uma obra literária é moldada pela luta entre o conteúdo e a forma, não pela luta entre o sistema agrário e o comercial, entre a burguesia e o proletariado ou entre o *id* e o *ego*. Os Novos Críticos não são tão dezarrazoados a ponto de negarem que a história, a sociologia e a biografia não tenham influência sobre a Literatura. [...] Mesmo assim, pelo fato da obra literária possuir uma existência independente, a informação sobre qualquer coisa fora do próprio texto provavelmente não será muito esclarecedora – ela pode colocar alguns limites à interpretação, mas não pode dizer o que a obra é – além de poder conduzir à distração ou ao erro.[24]

O simpósio "The Languages of Criticism and the Sciences on Man", a que fiz menção anteriormente, e que tomou lugar na Universidade de Johns Hopkins, em 1966, tinha por objetivo apresentar o estruturalismo ao público americano. Os

---

[24] Bonnie Klomp Stevens; Larry L. Stewart. **A guide to criticism and research**. 2. ed. Fort Worth : Harcourt brace Jovanovich, 1992. p. 14-15. *"Thus, for Ransom and most of the other New Critics, a literary work is truly autonomous, the outgrowth of a particular creative process rather than the product of an artist and an age, and it is most accurately regarded as an independent object, not as a manifestation of something else. Speculating about a poet's intentions, for example, is both futile and beside the point: Even if one could somehow determine what the poet's original intentions were, one could not be sure that those intentions are perfectly preserved in the final poem – indeed, one can be fairly sure that they are not. New Criticism also typically reject the notion that a work of literature is an expression of a historical or sociological trend or of the author's psychological state: A literary work is shaped by the struggle between meaning and form, not by the struggle between agrarianism and commercialism, between burgeoisie and proletariat, or between id an ego. The New Critics are not so unreasonable as to claim that history, sociology, and biography have no influence on literature. [...] Still, because the literary work also has an independent existence, information about anything outside the work itself is not likely to be very enlightening – it may set some limits to interpretation, but it cannot say what the work is – and may well be distracting and misleading."*

estruturalismo na América. Até então Derrida era uma figura completamente desconhecida do público acadêmico americano e, na França, apenas um filósofo promissor, conhecido apenas por uma tradução e um prefácio ao livro *As Origens da Geometria,* de Edmund Husserl. E, provavelmente, teria permanecido ainda algum tempo nesta condição, se não fosse por Eugenio Donato, que, numa resenha sobre Georges Poulet, então talvez o autor de maior destaque no simpósio, chamou a atenção para as idéias de Derrida, estabelecendo uma relação entre o pensamento de Poulet e o texto "Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas". A partir de então o trabalho de Derrida passou a atrair o interesse de inúmeros críticos literários de renome, especialmente aqueles que, mais tarde, ficaram conhecidos como o "grupo de Yale", entre eles Paul de Man, J. Hillis Miller e Geoffrey Hartman. Enquanto isso, ainda nos anos 1960, surgiram dois importantes periódicos de Crítica Literária de orientação pós-estruturalista: *Diacritics* e *Gliph.* Leyla Perrone-Moisés assim discorre sobre as características dessa efervescência desconstrucionista nos Estados Unidos naquela época:

> Da França, as teorias de Jacques Derrida passaram aos Estados Unidos, onde encontraram calorosa acolhida, principalmente na Universidade de Yale. Rejeitando a leitura conceitual como essencialista, os desconstrucionistas norte-americanos preferem a leitura retórica, que desmonta os artifícios da linguagem utilizando seus próprios recursos figurais. Alguns, como Paul de Man, consideram que os tropos e figuras não são acidentes ou ornamentos discursivos, mas constitutivos de qualquer discurso. O tropo, para ele, é o paradigma lingüístico por excelência ("Allegories of Reading"). Mas a retórica clássica, como era de se esperar, também é desconstruída por eles, no que ela implica de filosofia idealista. [...] A contribuição da desconstrução para a crítica literária foi a consciência de seus pressupostos filosóficos, um aguçamento do seu senso crítico com relação aos textos, um afiamento dos instrumentos de leitura e um estímulo à criatividade escritural. A crítica desconstrucionista permitiu o ultrapassamento do formalismo tecnicista que começava a dominar nas universidades como "método científico".[27]

---

[27] Leyla Perrone-Moysés, "Outras Margens", **Folha de São Paulo**, 3 de dezembro de 1995, caderno Mais!, p. 6.

segundo lugar, se é certo que, para Derrida, a linguagem é radicalmente metafórica, não devemos nos esquecer que este constitui apenas o primeiro passo na estratégia descontrucionista. O momento seguinte seria o resgate do sentido literal da linguagem, entendida como texto, ou *arquiescritura* – esclareceremos posteriormente essa noção – e o estabelecimento do *jogo* entre os conceitos de literalidade e metaforicidade. Em terceiro lugar, problematizar a relação entre significado e significante, como faz Derrida, não significa necessariamente *negar* a existência de um referente exterior à linguagem, o que, em outras palavras, equivaleria a negar a realidade como tal. Este gesto, que implicaria, em última análise, em negar que a comunicação seja uma das funções da linguagem, não encontra aval em nenhum dos escritos de Derrida.[30] Em quarto lugar, não está claro para Freadman e Miller se a desconstrução é algo que o crítico faz com o texto ou se é algo que o texto faz a si mesmo, e as várias versões a que estes autores se referem podem ser facilmente identificadas em diferentes estudos pós-estruturalistas de teoria literária, mas não nas obras do próprio Derrida.[31] Por fim, não

---

[30] Grande parte da confusão a esse respeito, deve-se à interpretação do aforismo de Derrida, *il n'ya pas dors-texte*, como sendo uma negação pura e simples de uma realidade extra-lingüística. Devemos lembrar, contudo, que na passagem em que formula esta expressão, Derrida está tratando acerca da leitura das obras de Rousseau, e sobre a possibilidade de alcançar, a partir do texto de Rousseau, um fundamento não textual dessa leitura. Como, porém, para Derrida, o texto é marcado pela *ausência* do referente, e como toda expressão de linguagem remete-se a uma compreensão primordial de escrita, a *arquiescritura*, que discutiremos posteriormente, deparamo-nos com o fato de que extra-textual não pode jamais ser alcançado, estará sempre ausente, mas isso não nos autoriza a dizer que ele *não exista*. Isso tudo, colocado de maneira muito simples, é o mesmo que dizer que a escrita de Rousseau não é Rousseau, que a descrição que este faz de sua mãe não é sua mãe, e finalmente, que por meio de um texto jamais chego a coisa alguma que não seja, em si mesma, um outro texto. É, portanto, a partir dessa convicção, que interpreto a seguinte passagem de Derrida: "E, entretanto, se **a leitura** não deve contentar-se em reduplicar o texto, não pode legitimamente transgredir o texto em direção a algo que não ele, em direção a um referente (realidade metafísica, histórica, psicobiográfica etc.) ou em direção a um significado fora de texto cujo conteúdo poderia dar-se fora da língua, isto é, no sentido que aqui damos a esta palavra, fora da escritura em geral. Daí por que as considerações metodológicas que aqui arriscamos sobre um exemplo são estreitamente dependentes das proposições gerias que esboçamos mais acima, quanto a ausência do referente ou do significado transcendental. *Não há fora-de-texto.*"(Jacques Derrida, **Gramatologia**, São Paulo : Perspectiva, 1999, p. 194.), [o grifo é meu].

[31] Uma boa maneira de observar o contraste entre essas duas versões de crítica literária desconstrucionista consiste em comparar as abordagens de dois autores pós-estruturalistas, Steven Lynn e Catherine Belsey. Para Lynn, a desconstrução é uma atividade exercida pelo crítico. Ao interpretar uma poesia, por exemplo, ele busca identificar o sentido literal e o sentido metafórico de determinados trechos do poema, para então colocar em evidência a tensão e a impossibilidade de decisão entre esses dois sentidos. Já Belsey procede de forma

1960 e início dos anos 1970, e servindo-se, posteriormente, de *insights* derridianos na análise de obras literárias. Miller e Hartmann seguiram um percurso semelhante, inspirando-se em de Man, sendo que a contribução desses autores recebeu reconhecimento institucional quando Miller assumiu a presidência da *Modern Language Association*, em meados da década de 1980. Comum a esses três autores é a preocupação em perceber fraturas no texto literário, de modo a identificar momentos em que o texto apresenta significados implícitos que subvertem seu significado manifesto. Desse modo de Man, Miller e Hartmann polemizam com os novos críticos, uma vez que estes procuram perceber como o texto faz sentido, como ele possui uma unidade inerente, ao passo que aqueles tentam demonstrar justamente o contrário. Mas, pelo fato de concentrarem toda a atenção no texto, sem articulação a um contexto, de Man, Miller e Hartmann, a despeito de toda sua oposição à Nova Crítica, acabam permanecendo dentro dos limites de uma abordagem formalista. Em virtude disso esses autores receberam a alcunha de "Formalistas de Yale". Nesse sentido, eles polemizam também com o Novo Historicismo e com o Marxismo, correntes cuja preocupação primordial é com a articulação entre texto e contexto.[33]

Embora de Man, Miller e Hartmann tenham empreendido pesquisas rigorosas, apresentando um alto grau de refinamento teórico, em parte eles foram também responsáveis pelo surgimento de um grande número de estudos que empreendem a desconstrução de textos literários de modo inconseqüente. Se devemos nos ater ao texto, como defendem os formalistas de Yale, e, se em nossa leitura do texto

---

[33] A oposição entre essas correntes pode ser percebida com bastante evidência num texto do próprio Miller, em sua mensagem presidencial à *Modern Language Association*, em 1986, na qual ele abertamente critica os novos historicistas (J. Hillis Miller, "Presidential Address 1986. The triumph of theory, the resistance to reading and the question of the material base", **PMLA**, Publications of the Modern Language Association, v. 102, n. 3, May 1987.).

texto: assim como um significante nos remete a outros, também um texto em particular não constitui uma unidade fechada, mas nos remete a outros textos, formando assim uma trama ilimitada, a que chamamos de intertextualidade.[35]

John Rowe, arauto de uma abordagem intertextual da literatura, assim se refere a esse conceito: "'intertextualidade' não indica meramente a estratégia de ler um texto com um outro, mas o fato de que todo texto já é, por si só, um evento intertextual... o texto não é ele mesmo".[36] O problema, porém, é que, na prática da crítica literária, a intertextualidade torna-se uma noção confusa, e, ao invés de ser trabalhada como uma característica inerente a todo texto, como quer Rowe, ela passa a ser entendida como total liberdade interpretativa e a mais completa ausência de critérios no entrecruzamento de diferentes textos. Grande parte dos críticos literários norte-americanos de orientação pós-estruturalista, partindo de uma versão simplificada de desconstrução, aliada a um

---

[35] Para entendermos melhor esse conceito, tomemos um exemplo de crítica intertextual sugerido por Donaldo Schüller, **Teoria do Romance**, São Paulo : Ática, 1987. Ele sugere que consideremos as seguintes passagens de José De Alencar e Mário de Andrade, respectivamente: "Além, muito além daquela serra, que ainda azula no horizonte, nasceu Iracema". (*Cf.* José de Alencar, **Iracema**, 5. ed. São Paulo : Ática, 1975. p. 14.) "No fundo do mato virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapamunhas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma. (*Cf.* Mário de Andrade, **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**, 6. ed. São Paulo : Martins, 1970. p. 9.) Quando Mário de Andrade narra o nascimento de Macunaíma, seu texto remete-nos a Iracema, personagem de José de Alencar. O "mato-virgem" lembra-nos o "além daquela serra que ainda azula no horizonte". Ambos representam a distância do mundo civilizado, um local ainda não contaminado pela mão do homem branco. Mas as diferenças são igualmente evidentes. Iracema representa a pureza daquela que ainda não teve contato com a cultura européia. O "além daquela serra" indica o afastamento do litoral e, portanto, o afastamento das cidades populosas, redutos de vício e criminalidade. É como se o ambiente bucólico produzisse por si só o ser humano perfeito que nele se cria. Mas com Macunaíma é diferente. Ele é preto-retinto: de que tribo ele vem, afinal? Ele é filho do medo da noite. Sua origem liga-se aos escravos fugidos que em meio à floresta conheceram parceiras indígenas e ali tiveram filhos, fruto da marginalização a que o civilizado os submeteu. E Macunaíma é feio. Tanto fisicamente como moralmente falando: ele é desprezível, promíscuo, dominado pela cobiça e co-responsável pela dizimação de seu povo. Neste sentido o contraste com Iracema é gritante. Que Mário de Andrade tenha tido acesso à obra de José de Alencar, não há dúvida alguma. Afirmar que *Macunaíma* tenha sido uma resposta modernista explícita e intencional ao romantismo de *Iracema* seria já temerário, mas ainda assim plausível. Contudo, as múltiplas interpretações que já foram ou que poderão algum dia vir a ser feitas acerca do significado destes dois textos são, em última instância, pouco mais que puras construções intelectuais dos leitores, nada que se assemelhe a uma "realidade objetiva". Intertextualidade então seria isso. Quem se der ao trabalho poderá reconstituir, a partir do texto de Mário de Andrade, toda a herança cultural do Ocidente, mas ainda assim o fará a partir de uma perspectiva subjetiva e, portanto, essencialmente contestável.

[36] John Rowe, *apud* Frank Lentriccia, **After the new criticism**, p. 175.

Segundo Gerald Graff, que reuniu e publicou num volume intitulado *Limited Inc.* os textos de Derrida relativos a tal polêmica, "esse ensaio ["Assinatura, Evento, Contexto"] foi escrito para uma conferência sobre o tema da 'Comunicação', organizada pelo 'Congresso Internacional das Sociedades de Filosofia de Língua Francesa' (Montréal, agosto de 1971) e publicada pelas Éditions de Minuit e, em 1972, em *Marges – de la philosophie.* A primeira tradução inglesa, feita por Samuel Weber e Jeffrey Mehlman, apareceu no primeiro volume do periódico *Glyph,* em 1977. [...]". Ainda, de acordo com Graff, "No seu segundo volume (1977), Glyph publicava uma resposta ao ensaio de Derrida, dada por John Searle, 'Reiterating the differences: a reply to Derrida' (Reiteração das diferenças: Resposta a Derrida"). Foi essa 'Resposta' que provocou a resposta de Derrida, o ensaio *Limited Inc.*, traduzido por Samuel Weber [também publicado em *Glyph*, e, posteriormente, na coletânea de mesmo título a que me referi anteriormente]."[37] O cerne do confronto entre Derrida e Searle diz respeito ao conceito de *iteração*, isto é, a condição segundo a qual uma seqüência de significantes pode ser *repetida* em diferentes contextos, e de que modo este conceito contribui para tornar problemática a relação entre fala e escrita. Como o meu propósito não é o de apresentar em profundidade esse debate, mas sim o de tentar compreender melhor a crítica derridiana à teoria dos atos da fala, ater-me-ei mais ao texto inicial de Derrida, "Assinatura, Evento, Contexto". Nele, Derrida discute as idéias de John Austin, o autor que em primeiro lugar propôs essa teoria. Como Searle posiciona-se mais como um continuador do trabalho de Austin – e defensor de suas idéias frente à apreciação de

[37] Gerald Graff, "Prefácio do editor Americano", *in:* Jacques Derrida, **Limited Inc.**, Campinas : Papirus, 1991, p. 9.

> semântica poderão ser determinados como efeitos particulares, secundários, inscritos, suplementares.[40]

Desse modo, para elucidar a noção de contexto – ou melhor, para demonstrar como este é radicalmente *indeterminável* –, Derrida opera em sua argumentação um desvio que passa por uma discussão sobre a escrita e de sua relação com a fala. Este, na verdade, é um tema constante na filosofia de Derrida, discutido em praticamente todas suas obras, especialmente em *A farmácia de Platão, Gramatologia, Margens da Filosofia* e *Limited Inc.* Para Derrida, a tradição metafísica do Ocidente teria se mantido sempre aprisionada a uma perspectiva *fonocêntrica*, isto é, a um posicionamento que afirma a primazia da fala sobre a escrita. Desta perspectiva, ainda segundo Derrida, nenhum pensador teria conseguido se libertar, nem mesmo os que mais se esforçaram nesse sentido, como Nietzsche, Freud e Heiddeger. De fato, nem mesmo o próprio Derrida se julga capaz de superar, com seus escritos, a tradição que ele critica. No início de *Gramatologia* ele afirma que "a unidade de tudo o que se deixa visar hoje, através dos mais diversos conceitos da ciência e da escritura, está determinada em princípio, com maior ou menor segredo, mas sempre, por uma época histórico-metafísica cuja *clausura* nos limitamos a escrever".[41] E, algumas páginas mais adiante, Derrida acrescenta: "**não é** sair de uma época o poder desenhar sua clausura".[42] Acompanhemos, portanto, ainda que brevemente, este desvio derridiano pela questão da escrita.

---

[40] *Ibidem*, p. 13.
[41] Jacques Derrida, **Gramatologia**, 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1999, pp. 5-6.
[42] *Ibidem*, p. 15 [o grifo é meu].

pontos de conflito no texto platônico. Em primeiro lugar, como não considerar contraditória a atitude de Platão, legando-nos um *texto escrito*, no qual ele afirma o caráter indesejável da escrita? Em segundo lugar, porque recorrer a um mito, e não ao discurso especulativo, como seria mais coerente, para argumentar em favor do *logos*, da racionalidade? Além disso, ao discorrer sobre o verdadeiro conhecimento, Platão freqüentemente se remete a metáforas emprestadas à escrita, o próprio mal a ser extirpado. Numa passagem, por exemplo, em que Fedro pergunta a Sócrates acerca da natureza do discurso genuíno, este responde que "é aquele que, acompanhado de saber, se **escreve** na alma do homem que aprende."[44]

A desconstrução do mito apresentado por Platão passa, desse modo, pelo reconhecimento de que a escrita não pode ser considerada como um modo inferior, derivado e artificial em relação à fala, mesmo porque, se assim fosse, a escrita não ofereceria perigo algum. Se esta, portanto, é tida como um veneno, é porque já habita no interior da fala desde o princípio, é porque o conceito de escrita precede e ultrapassa, de alguma forma, o da própria fala. A partir de então se abre a possibilidade para o questionamento desses conceitos – fala e escrita, dentro e fora, anterior e posterior – e de seus limites:

> O limite (entre o dentro e o fora, o vivo e o não-vivo) não separa simplesmente a fala e a escritura, mas a memória como desvelamento (re-)produzindo a presença e a rememoração como repetição do monumento: a verdade e seu signo, o ente e o tipo. O "fora" não começa na junção do que chamamos atualmente o psíquico e o físico, mas no ponto em que a *mnéme*, em vez de estar presente a si em sua vida, como movimento da verdade, se deixa suplantar pelo arquivo, se deixa excluir por um signo de re-memoração ou de com-memoração. O espaço da escritura, o espaço como escritura, abre-se no movimento violento dessa suplência, na diferença entre *mnéme* [memória genuína] e *hupómnesis* [rememoração pelo artifício da escrita]. O fora já está *no* trabalho da memória.[45]

---

[44] Jacques Derrida, **A farmácia de Platão**, p. 100, [o grifo é meu].
[45] *Ibidem*, p. 56.

> socrático ou no sentido filosófico, no sentido do entendimento infinito de Deus ou no sentido antropológico, no sentido pré-hegeliano ou no sentido pós-hegeliano. Ora, dentro desse *logos*, nunca foi rompido o liame essencial e originário com a *phoné*.[47]

De acordo com Derrida, a própria semiologia, ao estabelecer uma distinção entre o *significado* – idéia ou conceito – e o *significante* – imagem acústica que representa a idéia –, parte de uma compreensão metafísica tradicional da verdade que afirma uma distinção entre o inteligível e o sensível, e a prioridade do primeiro sobre o segundo. Ela conserva, portanto, "a referência a um significado que possa 'ocorrer', na sua inteligibilidade, antes de sua 'queda', antes de toda expulsão para a exterioridade do 'este mundo' sensível. Enquanto face de inteligibilidade pura, remete a um *logos* absoluto, ao qual está imediatamente unido".[48] Esta busca pelo significado inteligível subjacente à qualidade sensível do significante, na verdade revela um anseio maior, o da pretensão de encontrarmos um fundamento último a partir do qual possamos interpretar a realidade em geral e que, como já vimos, em Derrida se expressa na busca pela determinação do ser como *presença*:

> Já se pressente, portanto, que o fonocentrismo se confunde com a determinação historial do sentido do ser em geral como *presença*, com todas as subdeterminações que dependem desta forma geral e que nela organizam seu sistema e seu encadeamento historial (presença da coisa ao olhar como *eidos*, presença como substância/essência/existência (*ousia*), presença temporal como ponta (*stigmé*) do agora ou do instante (*nun*), presença a si do cogito, consciência, subjetividade como fenômeno intencional do ego etc.). O logocentrismo seria, portanto, solidário com a determinação do ser do ente como presença.[49]

Com isso Derrida conclui que "a essência formal do significado é a *presença*, e o privilégio de sua proximidade ao *logos* como *phoné* é o privilégio da presença."[50] Esse pressuposto estaria, assim, presente em todo o pensamento ocidental,

---

[47] *Ibidem*, p. 13.
[48] *Ibidem*, p. 16.
[49] *Ibidem*, p. 15.
[50] *Ibidem*, p. 22.

em geral. Se tomarmos a diferença como um *conceito*, um fundamento sobre o qual erigimos um sistema, retornamos à filosofia da presença e sucumbimos frente à tradição metafísica que nos propomos a ultrapassar. Por isso é que Derrida cunha o termo *différance*, que soa exatamente como *différence* – "diferença", em francês –, mas que, em virtude de sua terminação, associa-se à forma de um nome derivado de um verbo, como "movência" ou "ressonância" – *mouvance* e *résonance*, em francês – implicando assim num duplo sentido: diferença como "ser diferente de" ou como "postergar", "deixar para mais tarde". Por causa da indecisão entre esses dois sentidos, e pelo fato de não podermos saber de que se fala, *différence* ou *différance*, a não ser se nos referirmos à escrita, é que, como acredita Derrida, o termo *différance* resiste à tendência de transformá-lo em conceito e incluí-lo no sistema de pensamento logocêntrico e fonocêntrico. Nas palavras de Derrida, "a diferança [*différance*], que não é nem uma palavra nem um conceito, me pareceu ser, mais estrategicamente, o mais próprio a ser pensado, se não a dominar – sendo talvez aqui o pensamento aquilo que se mantém num nexo necessário com os limites estruturais do domínio – o mais irredutível da nossa 'época' ".[55]

A diferença, que em Heidegger permitia discernir a clausura da época logocêntrica, é também uma noção importante na teoria estruturalista da linguagem desenvolvida por Ferdinand de Saussure. Para este autor, a linguagem constitui um sistema de signos, que por sua vez são entendidos como a união de um sinal fônico, o *significante*, e o conceito a ele correspondente, isto é, o *significado*. Desse modo, uma palavra, dentro de um sistema lingüístico, não adquire significado de forma positiva, mas sim por sua posição diferencial em relação a outros signos lingüísticos. Nas

[55] Jacques Derrida, "A diferença", *in:* **Margens da filosofia**, Campinas : Papirus, 1991, p. 38.

derivação desta em relação àquela. Neste sentido, a escrita poderia ser considerada como uma armadilha para o lingüista, conduzindo-o freqüentemente ao erro, e, ao mesmo tempo, como causa de inúmeras deformações da linguagem falada. Como, porém, podemos dizer que o significante é *arbitrário*, estabelecido por uma *convenção*, e, ao mesmo tempo, que há uma relação *natural* entre o significante e o significado? Como insistirmos na superioridade da fala sobre a escrita, percebendo, ao mesmo tempo, que esta ameaça abalar as estruturas daquela? Na visão de Derrida:

> [Saussure] Faz imprudentemente da visibilidade o elemento sensível, simples e essencial da escritura. Sobretudo ao considerar o audível como meio *natural* em que a língua deve *naturalmente* recortar e articular seus signos instituídos, aí desta forma exercendo seu arbitrário, esta explicação exclui qualquer possibilidade de alguma relação natural entre fala e escritura no exato momento em que a afirma. Ela confunde, então, as noções de natureza e de instituição, de que se serve constantemente, em vez de demiti-las deliberadamente, o que, indubitavelmente deveria ser a primeira coisa a fazer. Ela contradiz, por fim e sobretudo, a afirmação capital segundo a qual 'o essencial da língua é estranho ao caráter fônico do signo lingüístico'".[57]

Colocando em evidência, desse modo, as inconsistências da teoria lingüística de Saussure, Derrida não deixa, contudo, de ressaltar que seu propósito não é o de corrigir a teoria saussureana, ou de substituí-la por uma abordagem alternativa. Pelo contrário, Derrida ressalta que "são boas as razões de Saussure, e não se trata de questionar, *ao nível em que ele o diz*, a verdade *do que diz* Saussure com tal entonação".[58] Nem seria o caso, em Derrida, de negar o evidente fato de que *em nossa cultura*, a escrita é derivada da fala. Trata-se, na verdade, de desconstruir o edifício metafísico e lingüístico que se erigiu sobre o preconceito de que a fala não é só *de fato*, mas também *de direito*, anterior à escrita. Como prova de que esta anterioridade não seja necessária, Derrida menciona as escritas não alfabéticas, como os hieróglifos

---

[57] Jacques Derrida, **Gramatologia**, p. 52.
[58] *Ibidem*, p. 47.

> seu outro e seu duplo e trabalhando para reduzir a diferença. Se persistimos nomeando escritura esta diferença, é porque, no trabalho de repressão histórica, a escritura era, situacionalmente, designada a significar o mais temível da diferença. Ela era aquilo que, mais de perto, ameaçava o desejo da fala viva, daquilo que do dentro e desde o começo, encetava-a. E a diferença, nós o experimentamos progressivamente, não é pensada sem o *rastro* [isto é, *trace*, arquiescritura].[61]

O trabalho de crítica ao fonocentrismo e de redefinição do conceito de escrita, que já havia sido iniciado em *A farmácia de Platão*, *Gramatogia* e *Margens da Filosofia*, tem assim continuidade em "Assinatura, Evento, Contexto". A dimensão da escrita, desta vez explorada por Derrida, é a da *ausência*. Interpretando um texto de Condillac sobre a função da escrita, Derrida extrai dali algumas idéias que considera paradigmáticas do pensamento logocêntrico. A fala é considerada por Condillac como um meio de comunicação, e a escrita, por sua vez, seria uma extensão da fala, uma possibilidade de ampliar a extensão da comunicação no tempo e no espaço, de modo que uma mensagem, um conteúdo semântico possa ser transmitido mesmo na *ausência* do destinatário: "Os homens em condição de comunicarem entre si seus pensamentos por sons sentiram a necessidade de imaginar novos signos próprios para perpetuá-los e torná-los *conhecidos* por pessoas *ausentes*".[62] Ainda na perspectiva condillaciana, nos diz Derrida, "o sentido, o conteúdo da mensagem semântica seria transmitido, *comunicado*, por *meios* diferentes, medicações tecnicamente mais poderosas, a uma distância muito maior, mas num meio essencialmente contínuo e igual a si mesmo, num elemento homogêneo através do qual a unidade, a integridade do sentido não seria essencialmente afetada".[63]

---

[61] *Ibidem*, p. 69.
[62] Condillac, *apud* Jacques Derrida, "Assinatura, Evento, Contexto", p. 15.
[63] Jacques Derrida, "Assinatura, Evento, Contexto", *in:* **Limited Inc.**, p. 14.

saberemos *com certeza* o que Nietzsche queria dizer ou fazer quando ele anotou essas palavras, nem mesmo se ele realmente *queria* alguma coisa. E mesmo isso é ainda uma suposição, naturalmente, de que não há dúvida que seja a assinatura de Nietzsche autografada aqui, supondo-se também que se saiba o que está incluído no conceito de autógrafo e na forma de uma assinatura".[65] Desligada do contexto em que foi escrita, portanto, a nota de Nietzche pode ser "citada", isto é, enxertada em novos contextos, gerando assim novos significados. Derrida, porém, vai muito além dessa constatação, e, em "Assinatura, Evento, Contexto", lembra que mesmo à fala podemos atribuir a iteração como característica essencial. Também o signo fônico só pode funcionar como linguagem se for *repetível*, isto é, iterável. Nesse sentido, como já havia sido avançado em *Gramatologia,* a fala poderia ser considerada uma forma de escrita, e, em função disso, toda a indeterminação verificada nesta poderia ser também conferida àquela:

> É nessa possibilidade que gostaria de insistir: possibilidade de destaque e de enxerto citacional que pertence à estrutura de toda marca, **falada** ou **escrita** , e constitui toda marca como escrita, antes mesmo e fora de todo horizonte de comunicação sociolingüística; na escrita, isto é, na possibilidade de funcionamento cortado, num certo ponto, de seu querer dizer "original" e sua pertinência a um contexto saturável e impositivo. Todo signo, lingüístico ou não lingüístico, falado ou escrito (no sentido corrente dessa oposição), em pequena ou em grande escala, pode ser *citado*, posto entre aspas; por isso ele pode romper com todo contexto dado, engendrar ao infinito novos contextos, de modo absolutamente não saturável.[66]

Uma vez esclarecido o que Derrida entende por iteração e algumas das consequências que ele tira desse conceito para a relação entre fala e escrita, e entre texto

---

[65]Jacques Derrida, **Spurs: Nietzsche's Styles / Éperons: Les styles de Nietzsche**, Chicago : University of Chicago Press, 1979, p. 122. *"Nous n'avons aucun moyen infaillible de savoir où le prélèvement a eu lieu, sur quoi la greffe aurait pu prendre. Nous ne serons jamais* assurés *de savoir ce que Nietzsche a voulu faire ou dire en nontant ces mots. Ni même s'il a* voulu *quoi que ce fût. A supposer encore qu'on n'ait aucun doute sur as signature autographe et qu'on sache quoi mettre sous le concept d'autobiographie et la forme d'un seing".*

[66]Jacques Derrida, "Assinatura, Evento, Contexto", *in:* **Limited Inc.**, p. 25.[o grifo na tradução é meu].

e incomensurabilidade – prestam-se muito bem à compreensão do debate e do posicionamento de Austin/Searle e Derrida, respectivamente.

Outra distinção que cumpre fazer antes de prosseguirmos, é aquela referente a duas linhas distintas dentro da própria tradição anglo-saxônica de pensamento filosófico, uma que afirma a necessidade de constituirmos uma linguagem separada, puramente lógica, própria do conhecimento científico e livre de ambigüidades – o empirismo lógico –, e outra que afirma a prioridade e a pertinência de um estudo analítico da linguagem comum do cotidiano – a teoria dos atos da fala, propriamente dita. Estas duas diferentes abordagens para o estudo da linguagem em geral nos remetem às duas distintas fases no pensamento filosófico de Wittgenstein.

No *Tratactus Logico-Philosophicus*, a primeira das duas obras que publicou, Wittgenstein argumenta que "o mundo consta de todos os fato que efetivamente ocorrem e que por isso podem ser 'ditos' por proposições. Estas são consideradas verdadeiras ou falsas conforme retratem (configurem) ou não os fatos que ocorrem. A linguagem é construída para falar acerca do mundo".[68] Seguindo esta direção apontada por Wittgenstein, o empirismo lógico, representado, sobretudo, por Moritz Schlik, Rudolf Carnap e Karl Popper, entre outros, buscou constituir uma linguagem e um conjunto de critérios para garantir o rigor e a legitimidade do conhecimento científico. A metafísica, nesse sentido, por constituir-se de proposições não verificáveis empiricamente, era descartada de antemão como sendo "vazia de significado".

Na segunda fase de seu pensamento, representada principalmente pela obra *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein opera uma reviravolta em relação à sua

---

[68]Inês Lacerda Araújo, **Introdução à filosofia da ciência**, Curitiba : Editora da UFPR, 1993, p. 57.

de Wittgenstein, propondo uma série de conceitos a partir dos quais possamos fazer um estudo analítico da linguagem comum.

As proposições que têm por característica a afirmação ou negação de uma realidade qualquer são chamadas por Austin de *constatativas* e têm por objetivo a transmissão de um conteúdo. Mas, sengundo Austin, a linguagem não se esgota nessa função. Com ela podemos fazer outras coisas: exortar, advertir, perguntar, constrangir etc. Numa cerimônia de casamento, por exemplo, quando o noivo responde "sim", ele está fazendo algo mais do que meramente comunicar uma idéia. Ele está, por este mesmo ato, efetuando sua ação de se casar. Em outras palavras, por meio da linguagem nós não só comunicamos nosso pensamento, mas podemos também *agir* de formas determinadas. A estas sentenças pelas quais realizamos ações, Austin chama de *performativas*.

Jonathan Culler, discutindo a teoria de Austin, lembra que, para este, a distinção entre sentenças constatativas e performativas pode ser muito sutil, e, de certo modo, até arbitrária. Tomemos por exemplo a frase "prometo pagar você amanhã". Trata-se, sem dúvida de uma frase performativa, pela qual se leva a efeito a ação de prometer. Contudo, "ao invés de dizer 'prometo pagar você amanhã', pode-se, em circunstâncias apropriadas, desempenhar o ato da promessa dizendo 'pagarei você amanhã' – uma sentença cuja força ilocucionária permanece performativa".[70] Neste caso, contudo, trata-se de uma sentença que, pela sua forma, apresenta as características de uma sentença constatativa. E o que podemos afirmar com relação a esse exemplo seria válido para as sentenças constatativas de maneira geral: todas elas constituiriam casos

[70]Jonathan Culler, **On deconstruction**, pp. 112-113. *"Instead of saying 'I promisse to pay you tomorrow' one can in appropriate circumstances perform the act of promissing by saying 'I will pay you tomorrow' – a statement whose illocutionary force remains performative".*

operação das sentenças performativas, Austin exclui de seu campo de considerações as sentenças não "sérias", isto é, aquelas proferidas em ensaios ou encenações teatrais. Na visão de Austin, tal uso da linguagem se dá *parasiticamente* em relação aos atos de fala realizados em contextos sociais autênticos: "A linguagem, em tais circunstâncias", nos esclarece Austin, "é, de maneiras especiais – inteligíveis – usada não de maneira séria, mas de modos parasíticos sobre o uso normal – modos que se colocam sob a doutrina dos *estiolamentos* da linguagem. Tudo isso nós estamos *excluindo* de consideração. Nossas elocuções performativas, felizes ou não, devem ser entendidas quando empregadas em circunstâncias normais".[72]

Para Derrida, "Austin exclui, pois, com tudo o que ele chama de *sea-change*, o 'não-sério', o 'parasitário', dando conta disso o 'estiolamento', o 'não-ordinário' (e com toda a teoria geral que não seria mais comandada por essas oposições), aquilo que ele, contudo, reconhece como a possibilidade aberta de comunicação".[73] Isto porque, para dar conta dessas circunstâncias "anormais" da fala, Austin se vê compelido a reintroduzir a noção de intencionalidade como determinante, pois um número ilimitado de fatores contextuais, quando levados em consideração, poderia fazer com que um determinado ato de fala pudesse ser considerado fora de seu emprego "normal".

Ao criticar esse retrocesso de Austin, Derrida não quer com isso excluir completamente a intencionalidade da teoria da comunicação, "posto que [a intenção] é fundamento determinante do contexto".[74] O que Derrida insiste, na verdade, é na indeterminação do contexto. A iteração "supõe não que a marca valha fora do contexto

---

[72]John Austin, **How to do things with words**, Cambridge : Harvard University Press, 1975, p. 22. *"Language in such circumstances is in special ways* parasitic *upon its normal use – ways which fall under the doctrine of the* etiolations *of language. All this we are excluding from consideration. Our performative utterances, felicitous or not, are to be understood as issued in ordinary circumstances".*

[73]Jacques Derrida, "Assinatura, Evento, Contexto", *in:* **Limited Inc.**, p. 31.

[74]*Ibidem*, p. 34.

CAPÍTULO IV

O QUE ESTÁ EM JOGO NO ARTIGO DE HARLAN?

No final do primeiro capítulo apresentei, em grandes linhas, o debate teórico que se desenvolveu nas páginas da *American Historical Review* a partir da publicação do artigo "Intellectual history and the return of literature", do historiador intelectual americano David Harlan.[1] Retomarei agora sucintamente algumas das principais idéias apresentadas naquele artigo, para então discutir algumas das tensões e contradições nele presentes, assim como também suas implicações para a teoria da História e, mais especificamente, para o domínio da História Intelectual. Não é meu propósito deter-me numa crítica às idéias de Harlan, mas tomo este autor como representativo de um corrente que, inspirada por recentes avanços em teoria literária e filosofia da linguagem, tem proposto abordagens inovadoras para o estudo da História. Ao final, buscarei discutir as idéias e as críticas a Harlan a partir de uma perspectiva mais ampla, de modo a incorporar mais efetivamente a contribuição de outros autores ligados ao debate.

1. AS INSUFICIÊNCIAS DE HARLAN E DE SEUS CRÍTICOS

Lendo o conjunto de textos que compõem o debate, é interessante notar que, subjacente às questões tratadas explicitamente, jaz um número de questões ainda mais pertinentes, mas que não são imediatamente evidentes. Tomemos, por exemplo, o primeiro artigo de Harlan. Aparentemente ele polemiza com Quentin Skinner, apresentado como o

[1] David Harlan, "Intellectual history and the return of literature", **American Historical Review**, 94 (June 1989), p. 581-609.

exatamente o oposto daquilo a que ele explicitamente se propõe a afirmar. Mais especificamente: seu artigo, que, num nível lógico e literal, repetidamente assevera que a teoria literária e a filosofia da linguagem ameaçam o entendimento que os profissionais de História têm de sua disciplina, num outro nível, retórico e metafórico, oculta o receio dos profissionais de Crítica Literária de que os fundamentos de sua disciplina sejam solapados pela compreensão de texto trabalhada na historiografia em geral. Para tanto, tomarei como fio condutor dois aspectos que permeiam o texto de Harlan: a descontextualização e recontextualização de passagens das obras desses autores e o uso pouco problematizante de dicotomias como fala e escrita, trabalhos complexos e documentos, ou entre as tradições protestante e rabínica de interpretação.

1.1. A crítica de Harlan às teorias de Skinner

Seis páginas do artigo de David Harlan são dedicadas a uma apreciação – e depreciação – da perspectiva interpretativa apresentada por Quentin Skinner, que propõe o resgate da intencionalidade do autor de um texto a partir da reconstrução contextual em que o referido texto foi concebido. Eis como Harlan resume a proposta hermenêutica de Skinner:

> Desde suas origens na mitologia grega até seu refinamento na erudição bíblica do século XIX e sua emergência como uma especialidade acadêmica, o principal objetivo da hermenêutica romântica tem permanecido constante: a recuperação da intenção do autor. A apropriação de Skinner da hermenêutica o levou a insistir que a primeira responsabilidade do historiador é reconstituir as "intenções primárias" do autor, onde a mensagem real do texto será encontrada.
>
> De modo a recuperar a intenção do autor, os historiadores devem reconstruir o mundo mental no qual o autor escreveu seu livro – todo o conjunto de princípios lingüísticos, convenções simbólicas e suposições ideológicas nas quais o autor viveu e pensou. Somente fixando o texto do autor neste contexto elaboradamente reconstruído é que os historiadores podem esperar recuperar "tudo o que pode ter sido tencionado".[3]

[3] David Harlan, op. cit., p. 584. *"From its origins in Greek mythology through its refinement in nineteenth-century biblical scholarship to its emergence as an academic specialty, the guiding objetive of Romantic*

> historiador. [...] Em terceiro lugar, pelo fato de que a teoria da fala focaliza os sujeitos intencionais fazendo algo (falando ou escrevendo) – porque é intersubjetiva ao invés de intertextual – ela promete resgatar os autores do esquecimento ao qual o pós-estruturalismo os consignou. Em quarto lugar, e derivando diretamente do que foi dito acima, se a teoria dos atos da fala pudesse ser aplicada à história intelectual, ela reinstalaria a intenção autoral como primeira preocupação dos historiadores.[5]

A princípio, a descrição de Harlan acerca do posicionamento teórico de Skinner frente ao pós-estruturalismo parece adequada, e, mais do que isso, bastante convincente. Afinal, em meados da década de 1970, ainda que não constituísse a tendência predominante nos estudos literários, o pós-estruturalismo já havia conquistado posições significativas em alguns dos principais departamentos de Literatura nos Estados Unidos, e obras importantes de Derrida, como *Escritura e Diferença*, *Gramatologia* e *Margens da Filosofia* estavam sendo traduzidas para o inglês, tendo boa receptividade. Sendo assim, não parece absurda a caracterização de Harlan, segundo a qual Skinner, com sua proposta teórica de resgate das intenções do autor com base na teoria dos atos da fala, estaria dialogando com os pós-estruturalistas:

> As prescrições de Skinner podem ter-se tornado a "nova ortodoxia" entre os historiadores intelectuais, mas como todo homem de igreja sabe, ortodoxias geram hereges. Neste caso, os apóstatas parecem ser, no dizer de Skinner, "os formalistas de Yale e seus vários aliados filosóficos", ou seja, os pós-estruturalistas. E ele parecem estar ganhando adeptos entre as fileiras dos próprios aliados de Skinner, "um recente número de teóricos em hermenêutica", abertamente exibindo "uma curiosa tendência" para adotar "os pressupostos dos formalistas". Em "Hermeneutics and the role of history", **Skinner atacou os pós-estruturalistas**

---

[5] *Ibidem*, p. 586. *"If speech act theory could be applied to intellectual history, as Skinner believes, it just might provide the conceptual ground from which our traditional understanding of history could be defended against the onslaught of poststructuralist criticism. Speech act theory might defend intellectual history in four different ways. First, the importance speech act theory attaches to the context in which utterances are made means that texts and their meanings would be anchored in the bedrock of specific historical situations; this would put an end to free foating signifiers and all the uncertainty they have brought with them. Second, language would resume its formerly transparent nature and once again make itself available for the historian to gaze through. Just as we were accostumed to doing before the poststructuralists arrived, we could read a historical text and peer through its language as if staring through a window, discovering all sorts of things about the author and the world in which the author lived, almost as if we had become one of God's spies. Third, because speech act theory focuses on the intentional subjects doing something (speaking or writing) – because it is intersubjective rather than intertextual – it promisses to rescue authors from the oblivion to which poststructuralism has consigned them. Fourth, and stemming directly from this, if speech act theory could be applied to intellectual history, it would reinstall authorial intention as historian's primary concern".*

aquela adotada pelos formalistas, os **novos críticos** e seus vários aliados filosóficos".[10] Skinner polemiza, nesse sentido, portanto, com a Nova Crítica, não com o pós-estruturalismo, como supõe Harlan. E, à luz das considerações que fiz até o momento, podemos concluir que, se há, no horizonte de Skinner, um adversário intelectual mais importante que a Nova Crítica, este adversário *não é* o pós-estruturalismo e menos ainda o próprio Derrida.

David Hollinger, em sua réplica ao artigo de Harlan, lembra que "o contextualismo surgiu como reação a perspectivas liberais e a-históricas".[11] Richard Tuck, num ensaio sobre a História do pensamento político se aprofunda mais nesta questão, afirmando que o contextualismo de autores como Quentin Skinner, J. G. A. Pocock ou John Dunn desenvolveu-se como reação, de um lado, a estudos – principalmente obras de caráter didático – que afirmavam a relevância dos grandes textos da tradição de pensamento político em função dos valores a-temporais por eles veiculados, e, de outro lado, contra uma tendência empirista na ciência política, representada, sobretudo, por David Easton, que manifestava a tendência a relegar a História do pensamento político para um segundo plano.[12] Embora mais plausível que a explicação de Harlan, a explicação de Tuck ainda não pode ser considerada definitiva, pois levanta uma polêmica com a opinião de John Gunnell acerca do "verdadeiro", ou, mais exatamente, do "principal" alvo das críticas de Skinner, uma vez que estas se dirigem a um número consideravelmente grande de autores.

As incongruências que podemos identificar no texto de Harlan com relação à análise que este faz dos textos de Skinner, contudo, não se esgotaram ainda. Vejamos, por exemplo, como ele se refere ao impacto do pós-estruturalismo na hermenêutica, dando assim a entender que a proposta de Skinner seria a de uma volta a antigos modos de

---

[10] Quentin Skinner, *op. cit.* p. 215. *"Here again the classic position has been the one adopted by the formalists, the New Critics and their various philosophical allies"*, [o grifo na tradução é meu].
[11] David Hollinger, *op. cit.*, p. 612. *"Contextualism arose in reaction to complacently Whiggish and ahistorical perspectives more distant than Skinner is from the insights developed by Gadamer".*
[12] Richard Tuck, "History of political thought", *in*: Peter Burke (org.). **New perspectives in historical writing**, University Park, Pennsylvania State University Press, 1995, pp. 193-205.

A leitura de "Hemeneutics and the role of history", porém, nos mostra que a visão de Skinner não é tão estreita quanto Harlan nos faz crer. De fato, Skinner advoga em favor das vantagens que uma abordagem contextual traria à interpretação de textos clássicos de literatura, filosofia ou política. Mas a argumentação de Skinner é bastante complexa e, no caso dos textos literários, por exemplo, ele francamente admite que, para determinados tipos de obras, a interpretação *correta* pode não ser a *melhor*.[16] Além do mais, Skinner não defende uma epistemologia assim tão ingênua, ele não está de modo algum alheio aos problemas implícitos à tentativa de recuperação da intenção autoral. Pelo contrário, ele tem consciência de que as intenções de um autor nem sempre correspondem àquilo que este de fato escreveu. Para Skinner, "a idéia de se estudar o que um autor está fazendo é uma idéia crucialmente [...] e frutiferamente ambígua – ambígua entre o estudo daquilo que o autor fez intencionalmente e aquilo que nós podemos corretamente dizer que alcançou, tenham ou não tenham sido todos os efeitos intencionalmente explicitados".[17]

---

[16] Skinner parte de uma distinção entre textos heterônomos, para os quais a melhor interpretação é necessariamente a correta – e por "correta" em Skinner devemos entender aquela que corresponde adequadamente ao contexto histórico em que a obra foi produzida – e textos autônomos, nos quais interpretações em desacordo com o contexto histórico podem, ainda assim, ser as melhores. Vejamos, por exemplo, como Skinner avalia as diferentes interpretações acerca do caráter do personagem "Brutus" na peça shakespeariana *Julius Ceasar*, uma obra que ele qualifica de "autônoma": "Poderíamos argumentar, por exemplo, que mesmo que a interpretação de *Julius Ceasar* dada por Dover Wilson esteja correta", a análise mais equívoca oferecida por Rabkin não só continua a nos dar uma boa alternativa à leitura correta, mas constitui mesmo uma leitura melhor do que aquela que sabemos ser a correta, no sentido de que ela oferece, digamos, uma narrativa mais ampla e mais coerente dos padrões encontrados nos diálogos e imagens retóricas da peça, na seqüência de suas cenas e assim por diante. Tomados juntos, esses argumentos tendem à sugestão de que, mesmo que possa haver uma unidade necessária entre a melhor e a correta interpretação no caso de um texto heterônomo, o mesmo não parece se aplicar em casos fortemente autônomos". *Cf.* Quentin Skinner, "Hermeneutics and the role of history", p. 226-227. *"We might argue, for example, that even if the Dover Wilson interpretation of* Julius Ceasar *happens to be correct, the more equivocal analysis favored by Rabkin not only continues to provide us with a good reading alternative to the correct one, but even with a better reading than the one we know to be correct, in the sense that it offers, say, a fuller and more coherent account of the patterns to be found in the play's imagery and dialogue, the sequence of its scenes, and so on. Taken together, these arguments tend to suggest that, even though there may be a necessary unity between the best and the correct interpretation in the case of a heteronomous text, the same does not seem to apply in strongly autonomous cases".*

[17] Quentin Skinner, "Hermeneutics and the role of history", p. 218. *"The other qualification is that the idea of studying what a writer is doing is a crucially and a fruitfully ambiguous one – ambiguous between the study of what the writer has done intentionally and what we may correcly say he has achieved, whether or not all the effects were intentionally brought off".*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

> Frankfurt continuaram a reflectir sobre o paralelismo existente entre as teorias de Marx e de Freud; o movimento feminista veio trazer toda uma série de perspectivas e de argumentos antes negligenciados; e, no meio de toda essa confusão, as cidadelas empiricistas e positivistas da filosofia social de expressão inglesa viram-se ameaçadas e minadas por hordas sucessivas de hermeneutas, estruturalistas, pós-empiricistas, desconstrucionistas e outras ondas de invasores.
> Neste momento, em que a poeira de refrega começa a assentar, afigura-se possível fazer um balanço, e foi isso o que procurámos fazer neste livro.[20]

Ora, na medida em que o pós-estruturalismo e hordas adjacentes investem contra as pretensões de cientificidade da tendência empirista – representada de maneira exemplar pela filosofia de Karl Popper, no texto em questão – a desconstrução é vista com bons olhos por Skinner, uma vez que ela está a combater o inimigo comum, possibilitando, assim, uma abertura maior à perspectiva histórica no estudo da sociedade e da cultura. E, de fato, por mais que os estudos de Hans-Georg Gadamer, Michel Foucault, Thomas Kuhn ou Jacques Derrida, por exemplo, se diferenciem da abordagem proposta por Skinner em intenção, método e conteúdo, é inegável que a historicidade do texto desempenha um papel fundamental no pensamento desses autores. Não há sentido, portanto, a partir da leitura desse texto específico de Skinner, pelo menos, em representá-lo num confronto direto contra o pós-estruralismo, como o faz David Harlan.

Pretendo deixar claro que não é meu propósito, a partir das considerações que venho fazendo até o momento, inverter o quadro, apresentando Skinner como o detentor da verdade e Harlan simplesmente como um comentador inconseqüente. Creio que ambas as posições, tanto de Skinner quanto de Harlan, são parciais. O primeiro afirma, por mais matizada que seja sua argumentação, que o significado é algo inerente ao texto e a interpretação, nesse sentido, é concebida como um *resgate* desse significado. Já para o segundo, toda a ênfase recai sobre a leitura, produtora de múltiplas significações, entendendo o significado como uma *construção* do intérprete. Creio que o processo de interpretação textual não pode se deter nem sobre o resgate de um significado aborígine, e nem tampouco numa livre construção de significado, destituída de rigor crítico, uma vez

[20] *Ibidem*, p. 14-15.

constitui uma característica marcante em seu texto, e contribui decisivamente para torná-lo interessante e provocativo.

Como segunda observação, eu gostaria de salientar que um outro problema pertinente à crítica de Harlan a Skinner. Trata-se da dicotomia radical que Harlan estabelece entre a fala e a escrita. Harlan buscava com isso contrapor-se a Skinner, que, fundamentando-se na teoria dos atos da fala, postulava uma certa homogeneidade entre esses dois domínios. Como, porém, essa dicotomia faz parte de um conjunto maior de oposições binárias, e como esse conjunto articula-se a outros aspectos do texto de Harlan, mais especificamente ao uso que este faz da filosofia de Derrida, tratarei desta questão no tópico a seguir.

1.2 – A desconstrução na ótica de Harlan

Um dos aspectos mais problemáticos do artigo de Harlan diz respeito à sua fundamentação teórica. O retorno da Literatura, de que fala Harlan, implica, na verdade, na emergência de uma abordagem textualista no estudo da História, que teria produzido uma aproximação entre a Historiografia e a Teoria Literária e, ao mesmo tempo, um esmaecimento de suas fronteiras. Esse retorno da Literatura, que, segundo Harlan, estaria intimamente associado ao impacto do pós-estruturalismo nas ciências humanas, teria "mergulhado os estudos históricos numa profunda crise epistemológica",[23] abalando, entre outras coisas, as noções de referência e narrativa.[24] A influência do pós-estruturalismo, o qual Harlan por vezes se refere como sendo equivalente à "crítica literária pós-moderna",

---

[23] David Harlan, "Intellectual Histpry and the return of literature", p. 581. *"The return of literature has plunged historical studies into an extended epistemological crisis"*.

[24] *Cf. Ibidem*, p. 582. "Se o signo e a referência foram as primeiras vítimas do pós-estruturalismo, a narrativa foi a segunda". *"If sign and reference have been the first casualties of poststructuralism, narrative has been the second"*.

domínio. Geralmente nos referimos a nomes como François Lyotard, Jean Baudrillard e Frederic Jameson como autores que discutem o pós-modernismo, mas não como pós-estruturalistas.[27] Por outro lado, se Jacques Derrida ou Roland Barthes são às vezes associados ao pós-modernismo, tal menção se afigura mais difícil com relação a autores como Michel Foucault, Jacques Lacan ou Giles Deleuze, aos quais é comum nos referirmos como pós-estruturalistas. Além disso, as discussões sobre o pós-modernismo têm sua origem na Arquitetura, e dali se expandiram para as artes plásticas, literatura, filosofia e até mesmo para as reflexões sobre política e economia.[28] O pós-estruturalismo, por sua vez, é herdeiro do estruturalismo, que tem em Ferdinand de Saussure e Claude Lévi-Strauss seus representantes mais notórios. Os pós-estruturalistas, por fim, buscam construir novas teorias, ao passo que a ênfase do pós-modernismo é a de implodir as teorias já existentes, as chamadas *metanarrativas*.

As historiadoras Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margareth Jacob, discorrendo sobre o impacto do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, de um ponto de vista abertamente oposto ao de Harlan, apresentam um critério diferente para a distinção entre esses termos. De acordo com essas autoras, "a definição do pós-modernismo envolve três termos interrelacionados: 'modernidade', 'modernismo' e 'pós-estruturalismo'. De maneira sucinta, modernidade é o modo de vida moderno, industrial e urbano; modernismo é o movimento na arte e na literatura que busca capturar a essência deste novo modo de vida (o arranha-céu, por exemplo); e pós-estruturalismo é a crítica teórica dos pressupostos da modernidade encontrados na filosofia, na arte e na crítica literária desde os séculos dezessete e dezoito".[29] Esta classificação, que, de certa forma aproximaria mais o pós-

---

[27] Para uma apreciação conjunta desses três autores podemos nos remeter a Steven Connor, **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**, São Paulo : Loyola, 1994.

[28] Para uma apreciação, ainda que inconformada, da abordagem pós-moderna nas ciências sociais e na economia, é interessante a leitura de Sérgio Paulo Rouanet, "A verdade e a ilusão do pós-moderno", *in*: **As razões do Iluminismo**, São Paulo : Companhia das Letras, 1987, pp. 229-277.

[29] Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margareth Jacob, **Telling the truth about history**, New York : W. W. Norton, 1995, p. 201. *"Defining postmodernism involves three related terms: 'modernity', 'modernism' and 'poststructuralism'. Briefly put, modernity is the modern, industrial and urban way of life; modernism is the*

intertextualidade em Derrida e Paul de Man. Porém, depois de descrever a aplicação skinneriana dos atos da fala ao estudo da História Intelectual, Harlan começa a criticá-la fazendo uso não de Foucault, Barthes, Derrida ou Paul de Man, mas de Hans-Georg Gadamer, um autor que, indiscutivelmente, *não pertence* ao grupo dos pós-estruturalistas. Poderíamos talvez argumentar que Gadamer comparece ali em função de afinidades entre a sua teoria hermenêutica e a perspectiva pós-estruturalista. Mas, ainda assim, parece-me incongruente anunciar que o pós-estruturalismo ameaça abalar as bases do contextualismo de Skinner, para depois mostrar como essas bases são abaladas por um autor que não é pós-estruturalista.

Martin Jay, num ensaio intitulado "The textual approach to intellectual history" faz um mapeamento daquilo que ele chama de "abordagem textual", esclarecendo de que modo a hermenêutica gadameriana e a desconstrução derridiana, embora distintas, contribuem para desacreditar o contextualismo de Skinner.[32] Creio que uma breve incursão nesse ensaio nos ajudará a esclarecer alguns dos problemas teóricos presentes no artigo de Harlan. De acordo com Jay, a abordagem textual no estudo da história intelectual desenvolveu-se em três vertentes. A primeira, inspirada na teoria hermenêutica de Gadamer, "questiona o papel do leitor como um observador neutro e objetivo de documentos revelando informações sobre o mundo." Nesse sentido, continua Jay, "na medida em que o leitor atual é parte desse processo sem fim [de leituras e interpretações que se formam em torno do texto ao longo de sua história], nossa resposta não está fora do texto, cujo significado lhe é anterior, mas está inevitavelmente entrelaçada nele".[33] Desse modo poderíamos dizer que uma distinção nítida entre texto e contexto não pode ser mais estabelecida. Levada a seu extremo, essa hermenêutica dissolveria o texto e se concentraria

---

[32] Martin Jay, "The textual approach to intellectual history", *in*: **Force fields**, New York : Routledge, 1993, pp. 158-166.

[33] *Ibidem*, p. 160. *"The first hermeneutic version of the disintegral text calls into question the role of the reader as a neutral and objective observer of documents revealing information about the world. [...] Insofar as the current reader is part of that unending process, our response is not ouside the text, whose meaning exists prior to it, but is inevitably interwined with it".*

É interessante notar que, à luz das considerações de Jay, podemos perceber que o posicionamento teórico de Harlan encontra-se mais próximo de um pantextualismo hermenêutico inspirado – mas não necessariamente legitimado – pela obra de Gadamer, do que propriamente da perspectiva pós-estruturalista à qual ele explicitamente e insistentemente julga se associar. Harlan afirma, por exemplo, que, por meio da interpretação, "o autor some, suas intenções desaparecem e o texto começa a sugerir possibilidades que seu autor pode jamais ter imaginado".[37] Em outra passagem ele afirma ainda que "os historiadores não devem buscar meramente entender os escritores do passado, mas reeducá-los, impondo anacronicamente o suficiente de nossos problemas e vocabulário para fazer deles familiares parceiros de conversa".[38] E mais: parafraseando Francis Bacon, ele exorta para que forcemos a história a responder *nossas* questões. "*Nossas* questões, derivadas de nossas necessidades, forjadas em nossos termos".[39] Ora, Harlan procura solapar as bases do contextualismo, mas, com afirmações desse tipo, ele acaba se tornando tão ou mais unilateral que o próprio objeto de sua crítica. É por esse motivo que afirmo, como já havia adiantado, de certa forma, ao discorrer sobre a filosofia de Derrida, que a versão de pós-estruturalismo apresentada por Harlan está próxima de uma compreensão de descontrução e intertextualidade derivada da vertente dos estudos literários representadapelos formalistas de Yale – Paul de Man, J. Hillis Miller e Geoffrey Hartmann. E mais: do modo como Harlan trabalha a desconstrução, esta não chega a seu termo, não chega a estabelecer o *jogo* entre os termos opostos, como propõe Derrida. Essa é uma hipótese que será ainda reforçada na continuidade de minha argumentação.

---

[37] David Harlan, Intellectual history and the return of literature", p. 587. *"So the authos vanishes, his or her intentions disappear, and the text begins to suggest possibilities its author may have never imagined".*

[38] *Ibidem*, p. 603. *"It is for this reason that the historian must set out not merely to understand the writers of the past but to reeducate them, anachronistically imposing 'enough of our problems and vocabulary on the dead to make them conversational partners".*

[39] *Ibidem*, p. 608. *"To paraphrase Bacon, we must put history to the rack; we must compel it to answer our questions.* Our *questions, derived from our needs, couched in our terms".*

Ora, se a linguagem é marcada pela indeterminação, se as palavras são prolíficas, se os significantes não nos remetem a significados estáveis, mas a uma cadeia infinita de outros significantes, e, por conseqüência, e analogamente, os textos se dissolvem na trama da intertextualidade, então, como o atesta o próprio Harlan, de embalo, perdemos "qualquer distinção significativa entre 'grandes livros' e 'livros de historinhas'."[45] Entretanto, numa virada surpreendente e, diria mesmo, desnorteante, Harlan nos assevera que "ninguém, nem mesmo entre os pós-estruturalistas, tem qualquer dificuldade em distinguir os 'grandes livros' dos 'livros de historinhas'."[46] Ora, se toda a argumentação anterior se dirigia no sentido de afirmar que a ênfase do processo de significação recai sobre a leitura mais que sobre a produção do texto, como se justifica essa afirmação, de que existem características intrínsecas aos próprios textos que os tornam "grandes" ou "pequenos"?

Ora, para justificar essa reviravolta teórica, Harlan lança mão de conceitos desenvolvidos por Dominick LaCapra, Ronald Barthes e Frank Kermode. De LaCapra Harlan obtém a diferença entre "trabalhos complexos" e "documentos". De acordo com a interpretação de Harlan, "os 'trabalhos complexos se distinguem [dos documentos] por sua tendência a subverter os protocolos e convenções aceitos de leitura".[47] E, citando LaCapra, Harlan explica que "os trabalhos complexos desenvolvem a função contestatória de questionar [os entendimentos recebidos] de uma maneira que tenha implicações mais amplas para a condução da vida."[48] De Barthes, Harlan retira a oposição entre textos

---

referential and representational capacities; the growing suspition that narrative may be incapable of conveying fixed, determinate, accessible meaning; and, finally, the eclipse of the author as an autonomous, intending subject".

[45] *Ibidem*, p. 597. *"Along with it [referencialidade] goes any meaningful distinction between 'great books' and comic books'."*

[46] *Ibidem*, p. 597. *"In actual fact, however, no one, even among the poststructuralists, has any trouble telling the 'great books' from the comic books."*

[47] *Ibidem*, p. 598. *"[...] LaCapra's 'complex works' are distinguished by their tendency to subvert the accepted protocols and conventions of reading".*

[48] Dominic LaCrapra, *apud* David Harlan, "Intellectual history and the return of literature", p. 598. *"They [trabalhos complexos] carry out 'the contestatory function of questioning [received understandings] in a manner that has broader implications for the leading of life'."*

podemos discernir o que está em jogo em seu artigo, de modo não explícito, mas ainda assim crucial para a perspectiva teórica que ele procura defender. Quem, afinal de contas, tem a ganhar com a distinção entre "grandes" e "pequenos" textos, e quem se sente ameaçado com o apagamento das fronteiras que delimitam esses dois domínios? Para podermos prosseguir nessas indagações, é conveniente que façamos primeiramente uma divisão entre críticos literários, de um lado, e historiadores de outro.

O primeiro grupo é certamente muito heterogêneo, e nele encontramos posicionamentos diversos, desde o mais formalista até o mais historicista. Entretanto, podemos afirmar que, de maneira geral, para a Crítica Literária é importante, ainda que não seja simples, a distinção entre textos literários e textos não literários, ou mesmo entre "grandes" obras literárias e textos literários "de menor importância". Tenho em mente aqui, por exemplo, a oposição entre *Ulisses*, de James Joyce e *Sands of Time*, de Sidney Sheldon, ou entre os contos de Edgar Allan Poe e os de Stephen King, ou ainda, para não nos limitarmos à literatura de língua inglesa, entre *São Bernardo*, de Graciliano Ramos e *O xangô de Baker Street*, de Jô Soares.

No campo da historiografia, porém, o quadro torna-se, se não mais complexo, pelo menos mais indefinido. Para elucidá-lo, vamos partir da seguinte questão: quando é que um texto torna-se importante para um historiador? O historiador trabalha a partir de evidências obtidas em seus materiais de pesquisa, as *fontes históricas*. Estas podem ser de vários tipos – artigos de jornais, cartas, atas de um processo, depoimentos orais, textos literários, vestígios arqueológicos etc. – e sua importância para o estudo da História decorre de sua articulação e relevância com o conjunto da pesquisa historiográfica que está sendo empreendida. Nesse sentido, um documento cartorial, por exemplo, pode assumir uma importância maior – dentro da pesquisa, evidentemente – que os escritos de um grande filósofo ou um renomado dramaturgo. Poderíamos concluir desse modo – e eu uso o verbo concluir na forma condicional por razões que esclarecerei logo a seguir –, que

abordagem em favor da qual Harlan advoga. Nesse sentido é sintomático que, dos três modelos de "abordagem textual" apresentados por Martin Jay, Harlan só se serve de dois – a hermenêutica de Gadamer e a desconstrução de Derrida –, ignorando, propositalmente ou não, a terceira – o textualismo antropológico de Geertz, que significativamente Darnton admite incorporar em suas pesquisas.

Se existe um limite discernível entre o crítico literário, como aquele cuja preocupação maior consiste na interpretação dos "grandes" textos, e o historiador, que atribui valor ao texto – ou vestígios textualizados, numa acepção bem ampla do termo "texto" – em função da articulação deste ao problema de sua pesquisa, poderíamos situar Harlan no primeiro grupo. Mas o fato é que a fronteira é indiscernível, e, por contingências institucionais, Harlan é historiador, não crítico literário. Na verdade, tanto Harlan quanto LaCapra desenvolvem seus trabalhos sobre um gênero híbrido, e, como atesta conformadamente o segundo, "encontrar ou criar lugares institucionais para empreendimentos hibridizados é um problema sem soluções prontas, e tende a gerar paradoxos; é um problema que não se resolve, mas com o qual se vive de maneiras mais ou menos desejáveis".[53] Desse ponto de vista, por sua proximidade com o tipo de trabalho desenvolvido pela Teoria Literária, Harlan sente a necessidade de estabelecer um critério a partir do qual possamos reconhecer e valorizar os grandes textos com os quais se ocupa a sua tendência específica dentro da História Intelectual. É nesse sentido que o contextualismo de autores como Quentin Skinner, J. G. A. Pocock, David Hollinger e Thomas Haskell se torna particularmente perturbador para Harlan. Por sua ênfase sobre o *contexto* em que os textos por eles estudados vieram a lume, esses autores escrevem *como historiadores* – Skinner é cientista político, mas escreve *História* do pensamento político –, com tudo o que essa postura interpretativa implica para uma teoria do texto. Em outras

[53] Dominick LaCapra, **History, politics and the novel**, p. 6. *"Finding or making institutional sites for hybridized ventures is a problem with no ready-made solutions, and it is bound to generate paradoxes; it is a problem one does not solve but lives with it in more or less desirable ways".*

Ora, essa dicotomia radical entre fala e escrita não encontra qualquer respaldo na filosofia de Derrida. Para este, como vimos no capítulo anterior, a tradição filosófica do Ocidente sempre privilegiou a fala sobre a escrita. Para desconstruir essa tradição, chamada de *fonocentrismo*, Derrida primeiramente identifica as características da escrita, mostra como estas podem ser atribuídas também à fala – eliminando, portanto, num primeiro momento, a distinção entre ambas –, para a seguir tentar pensar o jogo – e não a restauração da dicotomia – entre fala e escrita.

Essa lógica binária, totalmente avessa às idéias de Derrida, pelo menos enquanto permanecermos na hierarquia entre os opostos, estende-se também à maneira como Harlan interpreta a oposição entre "trabalhos complexos" e "documentos". Mas a distinção feita por LaCapra, autor a que Harlan nos remete, é muito mais sutil. Em primeiro lugar, devemos admitir que LaCapra realmente usa a expressão "trabalhos complexos", de certo modo identificados como sendo os "grandes textos": "A preocupação que quero reanimar", escreve LaCapra, "refere-se à importância de se ler e interpretar os textos complexos – os assim chamados 'grandes' textos da tradição ocidental – e à formulação do problema de relacionar esses textos a seus contextos pertinentes".[55] LaCapra, porém, não faz uma distinção entre "trabalhos complexos" de uma lado e "documentos" de outro, mas entre dois *modos de leitura*, a "*worklike*"[56] e a "documental", sendo que sua principal

---

of as analogous to speaking, that writing merely transcribes speech into script, or that writing is *speech, a sort of frozen speech, speech fixed in script. But this is not clearly the case: speech is not the same as script, writers are not the same as speakers, and readers are not the same as listeners; the writer's reader is not analogous to the speaker's hearer. There is no dialogue between writer and reader: the reader does not interrogate the writer, and the writer does not respond to the reader".*

[55] Dominick LaCapra, "Rethinking intellectual history and reading texts", *in*: Dominick LaCapra e Steven Kaplan (ed.), **Modern European intellectual history: reappraisals and new perspectives**, Ithaca : Cornell University Press, 1982, p. 49. *"The concern I want to reanimate centers around the importance of reading and interpreting complex texts – the so-called 'great' texts* of the Western tradition – and of formulating the problem of relating these texts to various pertinent contexts".

[56] Não sendo capaz de encontrar uma tradução adequada para o termo "*worklike*", utilizado por LaCapra, decidi deixá-lo no original em inglês. De acordo com LaCapra, a distinção entre os aspectos *worklike* e documental do texto é a seguinte: "O documental situa o texto em termos de dimensões literais ou factuais, envolvendo referência à realidade empírica e transmitindo informação sobre ela. A *worklike* suplementa a realidade empírica, acrescentando ou subraindo dela. *[The documentary situates the texts in terms of factual or literal dimensions involving reference to empirical reality and conveying information about it. The worklike supplements empirical reality by adding to, and subtracting from, it.]*"

LaCapra, é um motivo pelo qual os textos devem ser lidos de forma *dialógica*, o que, de certa forma compromete a argumentação de Harlan, uma vez que isso implica no repúdio de sua abordagem presentista da História com base numa irrestrita liberdade interpretativa:

> Mas é enganador colocar o problema do entendimento em termos de um ou outro de dois extremos: a representação puramente documental do passado e a busca "presentista" pela libertação do "fardo" da História por meio da ficcionalização e mitologização irrestritas. [...] A alternativa genuína a uma concepção puramente documental e contemplativa do passado "por si próprio" não é seu simples oposto: a tentativa fútil de escapar do passado ou de identificá-lo através da projeção do presente. Em vez disso, os textos deveriam ser vistos como se dirigindo a nós de maneiras mais sutis e desafiadoras, e eles deveriam ser trazidos ao presente – com implicações para o futuro – de modo dialógico. A historiografia seria um exercício de obsessão narcisista se ela se constituísse numa projeção voluntária de preocupações presentes sobre o passado. A noção de "desleitura criativa" (ou "reescrita" ativa) é em si mesma enganadora quando ela legitima uma agressão unilateral e subjetivista que ignora os modos como os textos podem realmente desafiar o intérprete e levá-lo a mudar de idéia. Mesmo que se aceite a metáfora que apresenta a interpretação como a "voz" do leitor histórico no "diálogo" com o passado, deve-se reconhecer ativamente que o passado tem suas próprias "vozes" que devem ser respeitadas, especialmente quando elas resistem ou qualificam as interpretações que gostaríamos de colocar sobre elas. Um texto é uma rede de resistências e um diálogo é uma atividade de mão dupla; um bom leitor é também um ouvinte atento e paciente.[59]

Seguindo de perto LaCapra, estamos, portanto, a uma distância bastante grande do modelo de interpretação apresentado por Harlan para a História Intelectual. Poderíamos continuar ainda com uma apreciação das idéias de Roland Barthes e Frank Kermode para insistir na argumentação de que as fontes que Harlan se utiliza não o

---

become tenuous – indeed where oppositions in general founder and emerge in the passage between radical hyperbole and delimited structures."

[59] *Ibidem*, p. 80. *"The genuine alternative to a purely documentary and contemplative conception of the past 'for its own sake' is not its simple opposite: the futile attempt to escape the past or to identify it through projection with the present. Rather, texts should be seen to address us in more subtle and challenging ways, and they should be carried into the present – with implications for the future – in a dialogical fashion. Historiography would be an exercise in narcissistic infatuation if it amounted to a willful projection of present concerns upon the past. The notion of 'creative misreading' (or active 'rewrinting') is itself misleading when it legitimates one-sided, subjectivist agression that ignores the ways texts may actually challenge the interpreter and lead him to change his mind. Even if one accepts the metaphor that presents interpreation as the 'voice' of the historical reader in the 'dialogue' with the past, it must be actively recognized that the past has its own 'voices' tha tmust be repected, especially when they resist or qualify the interpretations we would like to place on them. A text is a network of resistances, and a dialogue is a two-way affair; a good reader is also an attentive and patient listener."*

historiográfica, ou, em outras palavras, que podemos resolver problemas *teóricos* com *procedimentos de pesquisa*, o que, evidentemente é uma falácia. Harlan, num longo parágrafo, é bastante incisivo a este respeito:

> Em meados dos anos 1970, um grupo de jovens historiadores, repelidos pela previsibilidade e falta de refinamento ideológico de seus colegas da Esquerda – e alarmados, como os conservadores, pela ascensão do pós-modernismo, mas percebendo que uma cara feia são seria o suficiente – voltaram-se para as Ciências Sociais como guia. O que as Ciências Sociais prometiam, naturalmente, era justamente o que elas sempre prometeram: redenção por meio da metodologia; o cálice sagrado do conhecimento objetivo outorgado através da instituição do procedimento estabelecido. [...] Este profissionalismo, pragmático, metodologicamente obcecado, é agora a tendência dominante entre os historiadores acadêmicos – a tentativa mais poderosa e amplamente influente de lidar com os *status* em declínio da História. [...] Mas, mesmo que eles consigam levar isso a cabo – mesmo que eles de algum modo reúnam seus colegas historiadores em torno de um conjunto comum de procedimentos de pesquisa – e daí? Procedimentos comuns levariam realmente a avaliações comuns? Será que o acordo em questões metodológicas necessariamente produz o acordo em questões substantivas – as quais quase sempre acabam envolvendo crenças morais profundamente enraizadas? Em outras palavras, metodologia é o suficiente? As Humanidades podem sobreviver se elas abandonarem sua responsabilidade tradicional de ajudar-nos a pensar a que devemos atribuir valor e como devemos viver? Os historiadores terão alguma coisa a ensinar se eles não mais insistirem no poder redentor do passado – na importância de como pensar com os pensamentos de nossos predecessores, como criar nosso próprio vocabulário de deliberação moral ocupando-nos com o deles? Ou será que toda essa tentativa de nos salvar do poço do pós-modernismo não está deixando escapar alguma coisa importante?[60]

---

[60] David Harlan, **The degradation of American history**, Chicago : University of Chicago Press, 1997, pp. xxii-xxiii. *"In the mid-1970's a group of younger historians, repelled by the predicability and ideological coarseness of their colleagues in the left – and alarmed, like the conservatives, by the rise of postmodernism but realizing that a stiff upper lip was not going to be enough – turned to the social sciences for guidance. What the social sciences promissed, of course, was just what they have always promised: redemption through methodology; the holy grail of objective knowledge vouchsafed through the institution of established procedure. [...] This pragmatic, methodologically obsessed professionalism is now the dominant tendency among academic historians – the most powerful and broadly influential attempt yet to cope with history's declining status. [...] But even if they manage to pull it off – even if they somehow bring their fellow historians together with a common set of research procedures – what then? Would common procedures really lead to common evaluations? Would agreement on methodological issues necessarily produce agreement on substantive issues – which almost always turn out to involve deeply held moral beliefs? In other words, is methodology enough? Can the humanities survive if they abandon their traditional responsibility of helping us think about what we should value and how we should live? Will historians have anything left to teach if they no longer insist on the redemptive power of the past – on the importance of learning how to think with our predecessors' thoughts, how to create our own vocabulary of moral deliberation by fiddling around with theirs? Or does this whole attempt to save us from the pit of postmodern theory miss something important?"*

Podemos perceber um posicionamento semelhante se nos remetermos a uma outra crítica ao artigo de Harlan, desta vez de autoria de Joyce Appleby. Depois de uma análise cuidadosa e perspicaz de diversos problemas teóricos presentes na argumentação de Harlan, Appleby assevera, como Holllinger, que a validade de nossas interpretações encontra seu critério último de legitimidade na *prática* da pesquisa historiográfica: "[...] a convergência deriva de nossa **prática** compartilhada em fazer História em um tempo e lugar determinados, e não em nosso compromisso com um conjunto de padrões abstraídos da experiência."[64] Num trabalho posterior, em co-autoria com Lynn Hunt e Margareth Jacob, Appleby aprofunda suas críticas ao pós-modernismo e ao pós-estruturalismo num tom surpreendentemente conservador para alguém que nos anos 1960 e 1970 militava junto à Nova Esquerda: "Histórias nacionais ainda serão necessárias; assim como também a fé no objetivo último da educação: a rigorosa busca pela verdade usável por todos os povos." E, finalmente, como solução para a crise das metanarrativas, apontada pelos pós-modernistas, as autoras sugerem que simplesmente devemos substituir as antigas metanarrativas por outras novas.[65] Mais do que uma resposta aos desafios colocados pelo pós-modernismo, tal posicionamento parece refletir uma recusa a encará-los de frente.

Gertrude Himmelfarb é outra historiadora que se posiciona criticamente ao pós-estruturalismo. O historiador Mak Poster comenta que Himmelfarb, "que antecedeu a onda da História Social e geralmente se opôs a ela durante os anos 1970, agora defende

---

[64] Joyce Appleby, "One good turn deserves another", **American Historical Review**, vol. 94, n. 5, Dec 1989, p. 1331. *"Like Barthe's discrimination between great books and comic books, other historians will agree with my statement, but this convergence will follow from our shared practice of doing history at a particular time and place rather than our commitment to a set of standards abstracted from experience."* [o grifo na tradução é meu].

[65] Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margareth Jacob, **Telling the truth about history**, New York : W.W. Norton, 1995, p. 235. *"Just as the metanarrative of progress replaced that of Christianity in the West, soo too it is*

Um último opositor das tendências pós-modernista e pós-estruturalista na História que eu gostaria de comentar é Russel Jacoby. Num artigo intitulado "A new intellectual history?", ele levanta uma série de questões comuns a autores como Hayden White, Dominick LaCapra, Sande Cohen, David Harlan e Allan Megill. Destas questões, a mais relevante talvez seja a percepção de que, assumindo muitas das teorias e do vocabulário da Crítica Literária, esses autores tenham se tornado herméticos a um público mais amplo. Será que a crítica da narrativa [desses autores] alimenta a ilusão de que a subversão conceitual requer uma prosa ilegível?", reclama Jacoby.[69] Essa constatação faz eco a uma de suas principais obras, *Os últimos intelectuais*, na qual Jacoby argumenta que a última geração de intelectuais americanos e canadenses, em virtude de um intenso grau de especialização, perdeu de vista o público mais amplo que era seduzido por intelectuais mais antigos, como Wright Mills, William Appleman Williams ou John Keneth Galbraith. Os historiadores de orientação literária, na opinião de Jacoby, fazem ainda pior, pois fecham-se inclusive a outros historiadores fora de sua área de especialização. Por mais pertinentes e polêmicas que sejam essas observações, o fato é que Jacoby só identifica problemas, não propõe alternativas. A não ser, é claro, que o abandono dos *insights* provenientes da teoria literária – e, conseqüentemente, o abandono de seu vocabulário "enigmático" – constitua uma alternativa.

Podemos concluir, portanto, que os críticos de Harlan e das vertentes pós-moderna e pós-estruturalista, como Hollinger, Appleby, Himmelfarb e Jacoby, por mais que tenham seus momentos de aguçada sensibilidade, não são capazes de dar respostas diretas e substantivas às questões teóricas levantadas no artigo de Harlan. É possível que tais respostas nem mesmo existam ou possam ser concebíveis. Mas creio que o maior entrave na análise desses autores seja seu apego a uma concepção cientificista da pesquisa histórica que é colocada em xeque pelos pós-modernistas e pós-estruturalistas. É com base

[69] Russel Jacoby, "A new intellectual history?", **American Historical Review**, vol. 97, n. 2, Apr 1992, p. 420.

um longo preâmbulo, estimulando grandes expectativas, essas autoras acabam chegando à modesta definição de "objetividade como uma relação interativa entre um sujeito inquiridor e um objeto externo."[71] Se este é o novo entendimento de objetividade dos críticos do pós-modernismo, então parece que não avançamos muito em relação às concepções neopositivistas da História.

Devemos reconhecer que Appleby, Hunt e Jacob procuram posicionar-se teoricamente, adotando uma perspectiva de "realismo prático", segundo a terminologia de Hilary Putnam, e afirmando que a objetividade seria o resultado de um certo consenso, obtido a partir da discussão, e que "ao invés de enraizar a verdade em primeiros princípios, os pragmatistas fazem da obtenção da verdade um problema de empenho em autocorreção, no qual qualquer asserção pode ser colocada em questão, embora não na maneira do relativista, que coloca todas as proposições em questão, tudo de uma vez."[72] Mas, se for assim, se a verdade histórica deriva da busca de um "consenso", ainda que relativo, entre os praticantes da disciplina histórica, então a própria acidez dos debates teóricos envolvendo a questão da objetividade e da cientificidade da História é sinal de que esse consenso é altamente problemático, e que, portanto, a verdade histórica inspirada pelo "realismo prático", tal como o entendem Appleby, Hunt e Jacob, repousa sobre bases bastante precárias.

Para que possamos, talvez não resolver, mas pelo menos vislumbrar a dimensão do problema com o qual estamos lidando, é importante salientar que o grande problema dos críticos de Harlan é que eles insistem em conceber a História como uma disciplina "científica", que produz resultados "objetivos". Porém, por mais que se esforcem em repensar as noções de cientificidade e objetividade, seus esforços sempre esbarrarão no

---

outset that all histories start with the curiosity of a particular individual and take shape under the guidance of her or his personal and cultural attributes".

[71] *Ibidem*, p. 261. *"We have redefined historical objectivity as na interactive relationship between na inquiring subject and an external object."*

[72] *Ibidem*, p. 285. *"Rather than grounding thruth on first principles, pragmatists make truth's attainment a matter of self-correcting endeavors where any factual claim can be called into question, although not in the manner of the relativist who calls all propositions into question, all at once".*

> objetos do conhecimento humano, suas formas revelam sempre uma unidade interior e uma homogeneidade lógica.[75]

E ainda:

> O historiador precisa aprender a ler e interpretar seus documentos e monumentos não só como restos mortos do passado, mas também como suas mensagens vivas, que se dirigem a nós em sua própria linguagem. O conteúdo simbólico dessas mensagens, entretanto, não é imediatamente observável. Cabe ao lingüista, ao filólogo e ao historiador fazê-las falar e fazer-nos compreender a linguagem. A distinção fundamental entre as obras do historiador e do geólogo ou paleontólogo não consiste na estrutura lógica do pensamento histórico, mas nessa tarefa especial, nessa missão específica. Se o historiador não conseguir decifrar a linguagem simbólica de seus documentos, a história continuará sendo para ele um livro fechado.[76]

Tendo em mente, portanto, que a História trabalha com artefatos culturais carregados de conteúdo simbólico, e considerando ainda que a noção de símbolo implica polissemia, somos levados à conclusão de que o empreendimento do historiador se aproxima mais do autor de ficção do que propriamente do cientista. Enquanto este investiga a natureza em busca de fatos e leis, o autor de ficção – e também o historiador – refere-se ao mundo da práxis, conferindo significado às ações humanas. Mas quais as conseqüências de subordinarmos, como proponho, a escrita da História ao âmbito da Literatura?

Em primeiro lugar, isso nos leva ao reconhecimento de que as grandes obras de historiografia de nosso tempo, mais cedo ou mais tarde, serão incorporadas pela Literatura e incluídas no cânone ocidental. É a sugestão que Linda Orr argumenta de modo persuasivo, conforme vimos no capítulo II.[77] O que foi feito de grandes historiadores do passado, como Heródoto, Tucídides, Voltaire, Gibbon, Ranke, Burckhardt ou Michelet? Seu talento é atualmente reconhecido e cultivado em vista de suas *qualidades literárias*. Não seria surpresa, portanto, se o mesmo acontecesse a Marc Bloch, Lucien Febvre,

---

[75] Ernst Cassirer, **Antropologia filosófica**, pp. 278-279.
[76] *Ibidem*, pp. 279-280.
[77] Linda Orr, "The revenge of literature: a history of history", **New Literary History**, n. 18, p. 1-22. Autumn 1986.

parentesco entre a historiografia e a narrativa de ficção. O emprego das idéias de Ricoeur, contudo, envolve dois problemas, com os quais não posso deixar de lidar: a preocupação desse autor em estabelecer critérios para que possamos ser capazes de distinguir com clareza entre uma narrativa histórica e uma narrativa de ficção, o que contraria minha insistência na afinidade entre esses dois domínios; e um certo *esprit de système*, do qual com razão reclama LaCapra, e que leva Ricoeur a reflexões hermenêuticas profundas, mas a sugestões relativamente modestas quanto a novos rumos a serem tomados na escrita da História.[79]

O grande desafio enfrentado por Ricoeur é tornar evidentes as implicações temporais da narrativa com base na *Poética*, uma obra que não se refere à questão do tempo senão de maneira incidental. O percurso trilhado por Ricoeur é longo e complexo, especialmente no que diz respeito à sua fenomenologia do tempo, de inspiração agostiniana e heideggeriana, e tratar desse tema em profundidade acarretaria num desvio inconveniente e mesmo desnecessário. Contudo, é interessante salientar dois aspectos deste autor sobre a articulação do tempo na narrativa. Em primeiro lugar, segundo Ricoeur, toda narrativa pressupõe elementos estruturais, tais como personagens, ações, finalidades, resultados, circunstâncias e interações que, concebidos numa ordem puramente paradigmática, isto é, fazendo abstração da dimensão temporal, não podem por si só, constituir uma narrativa. Pelo contrário, é "passando da ordem paradigmática da ação à ordem sintagmática da narrativa [que] os termos da ação adquirem integração e atualidade".[80] Além disso, a

---

[79]Dominick LaCapra, **History, Politics and the Novel**, Ithaca : Cornell University Press, 1989, p. 13. "Eu acrescentaria que, a despeito de todo o meu respeito e meu acordo em relação a certos aspectos de seu trabalho, não tenho tentado emular a iniciativa recente de Paul Ricoeur, que às vezes penso que se apresenta mais como um *esprit de système* que um *esprit systématique* autocrítico. A máquina teórica massiva que ele agrupa – o que poderia ser chamado seu *Schein und Zeit* – parece-me frequentemente produzir leituras um tanto convencionais de textos específicos e até mesmo servir como justificação para tal convencionalismo. [*I would add that , despite my respect for his work and my agreement with certain of its aspects, I have not tried to emulate the recent inicaitive of Paul Ricoeur, which I think at times bespeaks more of an* esprit de système *than a self-critical* esprit systématique. *The massive theoretical machine he pieces together – what might be called his* Schein und Zeit – *seems to me often to produce rather conventional readings of specific texts and even to serve as a justification for such conventionality.]*"

[80] Paul Ricoeur, **Tempo e narrativa**, Campinas : Papirus, 1994, p. 91.

não podemos tirar determinadas conclusões. Este posicionamento, contudo, torna-se problemático se lembrarmos, com Derrida, que a sentença escrita por Nietzsche "Esqueci-me do guarda-chuva" pode significar qualquer coisa. Como Jonathan Culler observa de maneira bastante perspicaz, "tentativas de descrever limites sempre tornam possível o deslocamento desses limites, de modo que a sugestão de Wittgenstein, de que não se pode dizer 'bububu' e significar 'se não chover, sairei para uma caminhada', paradoxalmente tornou isso mesmo possível."[82] Essa concepção de linguagem, não podemos deixar de salientar, tem implicações éticas bastante sérias. Se, devido ao caráter arbitrário do signo, e, por consequência, à dimensão polissêmica do texto, podemos extrair qualquer significado de qualquer texto, isso abre também a possibilidade de que possamos interpretar os vestígios do passado de modo absolutamente livre. Nesse sentido, uma reinterpretação do Holocausto, por exemplo, pode chegar a conclusões altamente polêmicas.

Mas o que a crítica ao pós-modernismo e ao pós-estruturalismo frequentemente deixa de ressaltar, é que o texto exerce um papel ativo que vai além do simples estabelecimento de limites para a interpretação. A leitura – mesmo numa perspectiva derridiana – deve ser entendida como uma dinâmica *dialógica*. Isso significa que o texto abre perspectivas, transforma o leitor, levando-o muitas vezes a mudar radicalmente sua maneira de ver o mundo. E mais do que isso: é a leitura de textos – numa ampla acepção dos termos "leitura" e "textos" – que dá forma à nossa visão de mundo. "O mundo", diz Ricoeur, numa perspectiva francamente fenomenológica, "é o conjunto das referências abertas por todos os tipos de textos descritivos ou poéticos que li, interpretei e amei."[83] Se fizermos a ênfase da interpretação recair sobre o ato da leitura, e mais do que isso, sobre a figura do leitor, não há como explicar adequadamente *de onde* vem a

---

[82]Jonathan Culler, **Deconstruction**, Ithaca : Cornell University Press, 1994, p. 124. *"Attempts to describe limits always make possible a displacement of those limits, so that Wittgenstein's suggestion that one cannot say 'bububu' and mean 'if it does not rain I shall go out for a walk', has, paradoxically, made it possible to do just that."*

[83] Paul Ricoeur, **Tempo e narrativa**, vol. 1, p. 122.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

comparação que nos levam a reconhecer uma distinção significativa entre as obras de Carlos Drummond de Andrade e as de Paulo Coelho.

Resta-nos ainda um último problema em relação ao artigo de Harlan: será mesmo que intertextualismo e contextualismo constituem abordagens mutuamente excludentes? Para discutir essa questão é necessário esclarecer o que devemos entender por "contexto histórico". A interpretação de um texto pressupõe que estabeleçamos relações entre esse texto e uma configuração textual à qual damos o nome de "contexto". Dominick LaCapra, discorrendo sobre essa questão, identifica basicamente seis diferentes tipos de contexto com os quais a pesquisa historiográfica trabalha: intenções, motivações, sociedade, cultura, o *corpus* e estrutura.[85] Tal lista, e isso o próprio LaCapra admite, não esgota as possibilidades do historiador, mas ainda assim é bastante abrangente. O grande erro do historiador é considerar o contexto como um substrato estável e não problemático a partir do qual podemos identificar o significado de determinado texto. Pelo contrário, o contexto histórico não é um referente, mas sim um outro texto, que pode ser lido, interpretado e com qual podemos gerar significados múltiplos e até mesmo conflitantes. Nesse sentido, é válida a crítica de Harlan a Skinner, quando este julga identificar nas *intenções* do autor uma realidade a partir da qual podemos determinar de forma unívoca o significado de um texto.

Como o historiador, para realmente fazer História, tem de lidar com a dimensão temporal dos objetos que estuda, identificando mudanças e permanências, ele precisa identificar no fluxo dos acontecimentos algo que não mude, algo que sirva de fundamento para as relações que ele estabelece entre diferentes fenômenos. Mas este "algo" imutável, este "padrão" ou "estrutura" não pode ser entendido como um atributo do passado *em si*, e sim como um produto da configuração poética operada pelo autor do texto historiográfico. Sem esse entendimento, seríamos obrigados a aceitar, por exemplo, uma

[85]Dominick LaCapra, "Rethinking Intellectual History and reading texts", **Modern European intellectual history**, p. 57.

DE BONI, Luís A. **Antropologia: perspectivas filosóficas**. Porto Alegre : Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Universidade de Caxias do Sul, 1976.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro : Graal, 1988.

DERRIDA, Jacques. **Margens da Filosofia**. Campinas : Papirus, 1991.

_____. **Posições: semiologia e materialismo**. Lisboa : Plátano, s.d.

_____. **A escritura e a diferença**. São Paulo : Perspectiva, 1971.

_____. **A farmácia de Platão**. São Paulo : Iluminuras, 1997.

_____. **Gramatologia**. São Paulo : Perspectiva, 1999.

_____. **Limited Inc**. Campinas : Papirus, 1991.

_____. **Spurs: Nietzsche's styles/Éperons: les styles de Nietzsche**. Chicago : University of Chicago Press, 1996.

DESCARTES, René. "O discurso do Método". *in*: **Os pensadores**. São Paulo : Abril Cultural, 1985.

DIGGINS, John Patrick. **The rise and fall of the American Left**. New York : W. W. Norton and Company, 1992.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo : Ensaio; Campinas : Ed. da Unicamp, 1992.

_____. **História do estruturalismo**. São Paulo : Ensaio, 1994. (volumes 1 e 2).

DRAY, William H. **Filosofia da história**. Rio de Janeiro : Zahar, 1969.

EAGLETON, Terry. **Literary theory: an introduction**. Minneapolis : University of Minnesota Press, 1983.

_____. **Marxism and literary criticism**. London : Methuen, 1976.

EVANS, Richard. **In defense of history**. New York : W.W. Norton, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1997.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 2. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1995.

_____. **Shakespearean negotiations: the circulation of social energy in renaisance England**. Bekeley : University of California Press, 1988.

GREENE, Gayle; Khan, Coppélia (ed.). **Making a difference: feminist literary criticism**. London : Methuen, 1986.

HANDLIN, Oscar. **A verdade na história**. São Paulo : Martins Fontes, 1982.

HARLAN, David. **The degradation of American history**. Chicago : Chicago University Press, 1997.

HARTZ, Louis. **The liberal tradition in America: an interpretation of America political thought since Revolution**. New York : Harcourt Brace and World, 1955.

HEGEL, Georg Wilhelm. **Filosofia de la historia**. Madrid : Alianza, 1989.

_____. **Ciência de la lógica**. Buenos Aires : Solar : Hachette, 1968.

HEIDEGGER, Martin. "Conferências e escritos filosóficos". in: **Os pensadores**. São Paulo : Nova Cultural, 1999.

_____. **Ser e tempo**. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1997. (parte II)

HIMMELFARB, Gertrude. **The new history and the old: critical essays and reappraisals**. Cambrige : Harvard University Press, 1997.

HOFSTADTER, Richard. **The American political tradition and the men who made it**. New York : A. A. Knopf, 1948.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro : Rocco, 1991.

HOLLINGER, David. **In the American province: studies in the history and historiography of ideas**. Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1989.

HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. São Paulo : Martins Fontes, 1992.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro : Imago, 1991.

IGGERS, Georg G. **Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge**. Hanover : University Press of New England, 1997.

JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais**. São Paulo : Trajetória Cultural : Universidade de São Paulo, 1990.

_____. **Criticism and social change**. Chicago : University of Chicago Press, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1993.

_____. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1996.

LODGE, David (ed.). **20th century literary criticism: a reader**. London : Longman, 1975.

LOVEJOY, Arthur. **The great chain of being: a study on the history of an idea**. Cambridge : Harvard University Press, 1957.

LYOTARD, Jean François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1986.

MACHEREY, Pierre. **A theory of literary production**. London : Routledge, 1978.

MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro : Rocco, 1987.

MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su génesis**. México : Fondo de Cultura Economica, 1982.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Praga a Paris: o surgimento, a mudança e a dissolução da idéia estruturalista**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1991.

MILES, Dudley; POOLEY, Robert C. **Life and literature in England**. Chicago : Scott Foresman and Company, 1948.

MILLER, Perry. **The New England mind**. Cambridge : Harvard University Press, 1953. (2 volumes)

MOURA, Gerson. **História de uma História**. São Paulo : Edusp, 1995.

MUNSLOW, Alan. **Deconstructing history**. New York : Routledge, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. "Para a genealogia da moral". *in*: **Os pensadores**. 3. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

NORRIS, Christopher. **Derrida**. Cambridge : Harvard University Press, 1987.

NORTON, Mary Beth *et alii*. **A people and a nation: a History of the United States**. Vol II: since 1865. Boston : Houghton Mills, 1985.

NOVICK, Peter. **That noble dream: the "objectivity question" and the American historical profession**. Cambridge : Cambridge University Press, 1988.

_____; SCHNEEWIND, J. B.; SKINNER, Quentin. **Phylosophy in history: essays in the historiography of phylosophy**. Cambridge : Cambridge University Press, 1985.

ROSEN, Stanley. **Hermeneutics as politics**. New York : Oxford : Oxford University Press, 1987.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro : Zahar, 1990.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. 13. ed. São Paulo : Brasiliense, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo : Cultrix, 1971.

SCHÜLLER, Donaldo. **Teoria do Romance**. São Paulo : Ática, 1987.

SHAKESPEARE, William. **Macbeth**. London : Cambridge University Press, 1968.

SKINNER, Quentin. **As ciências humanas e seus grandes pensadores**. Lisboa : Dom Quixote, 1992.

STEGMÜLLER, Wolfgang. **A filosofia contemporânea**. vol. 1. São Paulo : Editora Pedagógica e Universitária / Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre a hermenêutica**. Porto Alegre : Ed. da PUC-RS, 1996.

STEVENS, Bonnie Klomp; STEWART, Larry L. **A guide to criticism and research**. Forth worth : Harcourt Brace Jovanovich, 1992.

SWAIN, Tânia Navarro (org.). **História no plural**. Brasília : Universidade de Brasília, 1994.

TADIÉ, Jean-Yves. **A crítica literária no século XX**. São Paulo : Bertrand Brasil, 1992.

TAINE, H. **Essais de Critique et d'histoire**. Paris : Hachette, 1900.

TAINE, Hipolito. **Historia de la literatura inglesa**. Buenos Aires : Editorial Americalee, 1945.

TAYLOR, Mark C. (ed.) **Deconstruction in context: literature and philosophy**. Chicago : London : University of Chicago Press, 1986.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**, vol I. Rio de Janeiro :Paz e Terra, 1987.

BEARD, Charles A. "Written history as an act of faith". **American Historical Review**, vol. 33, n. 2, pp. 214-229, Jan 1934.

BEVIR, Mark. "The errors of linguistic contextualism". **History and Theory**, v. 31, n. 3, p. 276-298, 1992.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert. "Dialogue à propos de l'histoire culturelle". **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 59, p. 86-93, sep 1985.

BRUNER, Jerome. "The narrative construction of reality". **Critical Inquiry**. n. 18. pp. 1-21. Autumn, 1991.

CURTIN, Philip D. "Depht, span and relevance". **American Historical Review**, vol. 89, n. 1. pp. 1-9, Feb. 1984.

DAVIS, Natalie Zemon. "Rites of violence: religious riot in sisteenth-century France". **Past and Present**, n. 59, pp. 51-91, 1973.

DEGLER, Carl N. "In pursuit of an American History". **American Historical Review**, vol. 92, n. 1, pp. 1-12, Feb 1987.

DIGGINS, John Patrick. "The oyster and the pearl: the problem of contextualism in intellectual history". **History and Theory**, v. 23, n. 2, p. 229-236, 1984.

DINARDO, Wilma Patrícia Marzari. "Literatura, recepção, interpretação". **Revista Letras**, v. 30, p. 91-101, 1991.

DOLLIMORE, Jonathan. "Shakespeare, cultural materialism, feminism and marxist humanism". **New Literary History**. v. 21, n. 3. pp. 471-493. Spring, 1990.

ELEY, Geoff; NIELD, Keith. "Starting over: the present, the post-modern and the moment of social history". **Social History**, n. 20, v. 3, p. 335-364, oct 1995.

FISH, Stanley. "Consequences". **New Literary History**, vol 11, n. 3, pp. 433-458, March 1985.

FRADER, Laura L. "Dissent over discourse: labor history, gender and the linguistic turn". **History and Theory**, v. 34, n. 3, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo. "Le Midrach" (resenha). **Horizontes**. Bragança Paulista, vol. 17, pp. 125-126, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. "Contra os ídolos". **Folha de São Paulo**: Jornal de Resenhas. 10 de outubro de 1997. p.4.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. "Quantitative and cartographical exploitation of French military archives, 1818-1826". **Deadalus**, vol 100, n. 2, pp. 397-441, Spring 1971.

LEVIN, Richard. "Unthinkable thoughts in the new historicizing of English renaissance drama". **New Literary History**. v. 21, n. 3. pp. 433-447. Spring, 1990.

LINK, Arthur S. "The American Historical Association, 1884-1984: Retrospect and prospect". **American Historical Review**. vol. 90, n. 1, pp. 1-17, Feb 1985.

MAKKREEL, Rudolf A. "Traditional historicism, contemporary interpretations of historicity, and the history of philosophy". **New literary History**. v. 21, n. 4. pp. 9777-991. Autumn, 1990.

McNEILL, William H. "Myhistory, or truth, myth, history and historians". **American Historical Review**. vol. 91, n. 1, pp. 1-10, Feb 1986.

MEDICK, Hans. "Missionaries in the row boat? Ethnological ways of knowing as a challenge to social history". **Comparative Studies in Society and History**. v. 29, n. 1, p. 16-105, Jan 1987.

MEGILL, Allan. Recounting the past: "description, explanation and narrative in historiography". **American Historical Review**, v. 94, n. 3, p. 627-653, jun 1989.

MILLER, J. Hillis. "Presidential address 1986. The triumph of theory, the resistance of reading and the question of the material base". **PMLA**. (publications of the Modern Language Association). v. 102, n. 3. pp. 281-291. May, 1987.

NEVILLE, Kirk. "History, language, ideas and post-modernism: a materialist view". **Social History**, n. 19, v.2, p. 221-240, may 1992.

ORR, Linda. "The revenge of literature: a history of history". **New Literary History**, n. 18, p. 1-22. Autumn 1986.

PERRONE-MOYSÉS, Leyla. "Outras Margens". **Folha de São Paulo**, caderno "Mais!", p. 6, 3 de dezembro de 1995.

PETCHER, Edward. "The new historicism and its discontents: politicizing renaissance drama". **PMLA**. (Publications of the Modern Language Association of America). v. 102, n. 3. pp. 292-303. May, 1987.

PREWITT, Keneth. "America's resarch universities under public scrutiny". **Daedalus**, v. 122, n. 4, p. 85-100, 1993.

RICHTER, Melvin. "Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner and the *Geschichtliche Grundbegriffe*". **History and Theory**, v. 29, n. 1, p. 38-70, 1990.

VERNON, James. "Who's afraid of the linguistic turn? the politics of social history and its discontents". **Social History**, n. 19, n. 1, p. 81-97, jan 1994.

WALTERS, Ronald. "Signs of the times: Clifford Geertz and historians". **Social Research**. 47, p. 537-556, Autumn 1980.

WILSON, George. "Again, theory: on speaker's meaning, linguistic meaning, and the meaning of a text". **Critical Inquiry**, v. 19, n. 1, p. 164-193, Autumn 1992.

ZAGORIN, P. "Historiography and postmodernism: reconsiderations". **History and Theory**. v. 29, n. 3, p. 263-274, 1990.